

UNIVERSIDADE ABERTA



A POLÍTICA PORTUGUESA DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS
UM ESTUDO DE CASO – A integração de refugiados ucranianos na Freguesia de
Benfica

Ricardo João de Oliveira Marques

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos sobre a Europa

Orientador: Professor Doutor Mário Filipe

Coorientadora: Professora Doutora Maria do Céu Marques

Abril 2026

UNIVERSIDADE ABERTA



A POLÍTICA PORTUGUESA DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS
UM ESTUDO DE CASO – A integração de refugiados ucranianos na Freguesia de
Benfica

Ricardo João de Oliveira Marques

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Estudos sobre a Europa

Orientador: Professor Doutor Mário Filipe

Coorientadora: Professora Doutora Maria do Céu Marques

Abril 2026

DECLARAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

Declaro que concedo à Universidade Aberta o direito de arquivar e tornar acessível a presente dissertação, no todo ou em parte, em formato digital, através do seu repositório institucional, com o objetivo de promover a sua divulgação.

O presente trabalho encontra-se licenciado sob uma Licença Creative Commons – Atribuição – Uso Não Comercial – Sem Derivações (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), permitindo a sua utilização por terceiros, desde que seja dada a devida autoria e respeitadas as condições da referida licença.

Lisboa, 2 de abril de 2026

AGRADECIMENTOS

À Universidade Aberta por ter criado a oportunidade deste sistema de ensino que me proporcionou concretizar mais uma etapa no meu percurso académico;

Aos Professores de todo o percurso do Mestrado, que me lançaram desafios quase sempre superáveis, alargando a minha visão sobre o mundo;

Ao Professor Doutor Mário Filipe, pela paciência inextinguível e compreensão face aos sucessivos revezes deste percurso;

À Coordenadora Professora Doutora Maria do Céu Marques, pelo seu rigor científico e incentivo constante à conclusão desta etapa;

À Associação dos Ucrânianos em Portugal, pela janela de oportunidade que criou de realizar a 'Caravana da Paz', resgatando mais de 70 ucrânianos do contexto de guerra e pelo apoio na concretização da investigação empírica;

À Junta de Freguesia de Benfica, pela disponibilização da informação e acesso aos vários participantes desta investigação;

Aos ucrânianos, povo por quem tenho a maior admiração e exemplo vivo de resiliência e do poder da união;

À minha família, por me disponibilizarem tanto tempo para estas aventuras académicas e acreditarem que o conhecimento faz parte do que me faz feliz;

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em primeiro lugar a Carlos Marques, meu pai, pelo exemplo constante de humanismo, pluralidade e compromisso com a dignidade da vida humana, valores que moldaram profundamente o meu percurso pessoal e académico. Mostrou-me que nunca é tarde para investir na formação académica, dando o seu exemplo pessoal para que, nesta fase tão desafiante da minha vida profissional, tivesse priorizado a realização deste mestrado;

À minha mãe, Conceição Marques, por me fazer acreditar que não existem impossíveis e que vale sempre mais uma má decisão, do que uma não decisão. Foi guiado por este espírito, que 15 dias depois do início da guerra, nos “fizemos à estrada” para resgatar 70 ucranianos, trazendo-os para Benfica;

Às minhas filhas, Carolina, Leonor e Rita, pela generosidade de me partilharem com o mundo e, por consequência, serem também responsáveis pelo sucesso do acolhimento dos refugiados, promovendo a sua integração;

À minha mulher, Cláudia, pela sua paciência e por ter feito parte deste projeto de resgate e acolhimento das famílias, acompanhando-as ainda hoje. Assegurou as minhas ausências para que pudesse concluir esta etapa do percurso académico;

A todas e a todos os refugiados ucranianos, principalmente, aos 70 que confiaram em nós e fizeram de nós casa. A todos os refugiados das mais diversas nacionalidades, que, em Benfica, se tornaram nossos vizinhos e enriqueceram a nossa comunidade;

À minha equipa do executivo, por aceitarem o desafio do acolhimento. Aos inúmeros funcionários que dedicam as suas vidas ao serviço público, cuidando;

A todas as associações de ucranianos que connosco colaboram, na pessoa da Natália Varha, pelo trabalho de excelência na integração dos refugiados ucranianos, principalmente das mães e crianças, pelos desafios que nos tem trazido e alegria contagiante, um estímulo para o serviço público.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação de mestrado.

Confirmo que em todas as etapas da sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a Série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

"I declare that I have acted with integrity in the preparation of this master's dissertation. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully understood the Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta, published in the official Journal Diário da República, 2.^a Série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 02 de abril de 2026

Nome completo/Full name: Ricardo João de Oliveira Marques

Assinatura/Signature:



RESUMO

A Europa testemunhou um impacto singular dos fluxos migratórios desencadeados pelo ataque terrorista às *Twin Towers* em 2001, seguido pela guerra no Afeganistão e no Iraque, pela subsequente Primavera Árabe e a recente crise na Ucrânia, que em 2022, teve como impacto a chegada de refugiados 8,8 milhões à União Europeia, doravante designada por EU.

Estas crises humanitárias tiveram repercussões notáveis nos Estados-Membros da EU em termos financeiros, sociais e de segurança, deixando uma marca distintiva na demografia das principais capitais europeias, claramente alteradas pela inclusão dos milhões de refugiados que ali procuraram proteção e segurança.

Apesar de uma abordagem concertada para a gestão dos fluxos migratórios, evidenciada na Agenda Europeia da Migração (2015) e pela implementação de medidas de acolhimento através do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), verificam-se assimetrias na implementação das políticas pelos Estados-Membros, resultando em diferentes níveis de integração dos refugiados.

Nesta dissertação, propõe-se uma revisão dos conceitos teóricos essenciais para a análise da política de acolhimento europeia a refugiados e o seu impacto na integração, com um foco na política pública portuguesa de acolhimento de refugiados ucranianos, com base num estudo de caso: as medidas de acolhimento de refugiados ucranianos da Junta de Freguesia de Benfica.

Palavras-Chave: Refugiados; Conflito Ucraniano; Sistema Europeu Comum de Asilo; Acolhimento; Integração.

ABSTRACT

Europe has witnessed a unique impact of migratory flows triggered by the terrorist attack on the Twin Towers in 2001, followed by the war in Afghanistan and Iraq, the subsequent Arab Spring and culminating in the recent crisis in Ukraine which in 2022, resulted in the arrival of 8.8 million refugees in the European Union (EU).

These humanitarian crises have had notable repercussions on EU member states in financial, social and security terms, leaving a distinctive mark on the demographics of the main European capitals, clearly altered by the inclusion of the millions of refugees who have sought protection and safety there.

Despite a common approach to managing migratory flows, evidenced in the European Agenda on Migration (2015) and the implementation of reception measures through the Common European Asylum System (CEAS), there have been asymmetries in the implementation of policies by Member States, resulting in different levels of integration of refugees.

This dissertation proposes a review of the theoretical concepts essential to the analysis of European refugee reception policy and its impact on refugee integration, focusing on Portuguese public policy for the reception of Ukrainian refugees, based on a case study - the reception measures for Ukrainian refugees by the Benfica Parish Council.

Keywords: Refugees, Ukrainian Conflict, Common European Asylum System, Reception, Integration.

Índice

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Índice.....	ix
Índice de Gráficos.....	xii
Índice de Figuras.....	xiv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xv
Introdução.....	1
1. Sobre o contexto.....	1
2. Sobre o tema.....	1
3. Sobre a relevância e os objetivos.....	2
4. Sobre as questões e hipóteses de investigação.....	3
Capítulo 1.....	5
1.1. Contextualização dos Refugiados na Europa.....	5
1.2. As Assimetrias Europeias.....	8
Capítulo 2.....	12
2.1. Enquadramento Teórico.....	12
2.1.1. Conceito de Crise Migratória.....	13
2.1.2. O Conceito de Refugiado.....	15
2.1.3. Medidas de Acolhimento - Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA).....	16
2.1.4. O Conceito de Integração.....	20
2.2. Comparação das Políticas de integração na Polónia, Alemanha e Portugal	23
2.3. Síntese Teórica.....	27

Capítulo 3.....	29
3.1. Metodologia.....	29
3.2. Estudo de Caso.....	31
3.2.1. A instituição – Junta de Freguesia de Benfica.....	31
3.2.2 O Programa PAR- programa de apoio a refugiados.....	33
Capítulo 4. Análise e Interpretação de dados	37
4.1. Caracterização Sociodemográfica.....	37
4.2. Documentação.....	40
4.3. Habitação.....	42
4.4. Emprego.....	45
4.5. Educação.....	49
4.6. Aprendizagem da Língua Portuguesa.....	51
4.7. Integração na Saúde.....	54
4.8. Participação Social e Atividades Recreativas.....	56
4.9. Avaliação de Integração em Portugal.....	58
Considerações Finais	64
Conclusão Final.....	68
Bibliografia.....	73
Anexos.....	78
Anexo I- Caracterização Sociodemográfica dos Inquiridos.....	78
Anexo II- Documentação.....	81
Anexo III- Integração na Habitação.....	84
Anexo IV- Integração no Emprego.....	88

Anexo V- Integração na Educação.....	93
Anexo VI- Integração Linguística.....	96
Anexo VII- Integração na Saúde.....	99
Anexo VIII- Participação Social e Atividades Recreativas	103
Anexo IX- Avaliação da Integração em Portugal.....	106
Anexo X- Instrumento de Recolha de Dados.....	112

Índice de gráficos

Gráfico n.º 4.1.1- Distribuição Etária.....	38
Gráfico n.º 4.1.2-Nível de Escolaridade.....	38
Gráfico n.º 4.1.3- Composição do Agregado Familiar.....	39
Gráfico n.º 4.2.1- Obtenção de Documentos.....	41
Gráfico n.º 4.2.2- Grau de Dificuldade de Obtenção de Documentos.....	41
Gráfico n.º 4.3.1- Situação Habitacional.....	43
Gráfico n.º 4.3.2- Tempo de Obtenção de Habitação.....	44
Gráfico n.º 4.3.3- Grau de Dificuldade na Habitação.....	44
Gráfico n.º 4.4.1- Situação Profissional.....	46
Gráfico n.º 4.4.2- Tempo de Espera de Emprego.....	46
Gráfico n.º 4.4.3- Categoria Profissional exercida atualmente.....	47
Gráfico n.º 4.4.4- Mobilidade Profissional.....	47
Gráfico n.º 4.4.5- Grau de Dificuldade de Obtenção de Emprego.....	48
Gráfico n.º 4.5.1- Frequência de Ensino.....	50
Gráfico n.º 4.5.2- Grau de Dificuldade de Acesso à Educação.....	50
Gráfico n.º 4.6.1- Autoavaliação da Aprendizagem da Língua Portuguesa.....	51
Gráfico n.º 4.6.2- Frequência de Cursos de Aprendizagem da Língua Portuguesa.....	52
Gráfico n.º 4.6.3- Perceção do Grau de Dificuldade de Aprendizagem.....	53
Gráfico n.º 4.7.1- Atribuição de Médico de Família.....	55
Gráfico n.º 4.7.2- Utilização do Serviço de Urgências nos últimos 12 meses.....	55
Gráfico n.º 4.8.1- Participação em Atividades.....	57
Gráfico n.º 4.8.2- Regularidade de Participação em Atividades.....	57
Gráfico n.º 4.9.1- Perceção da Integração.....	59
Gráfico n.º 4.9.2- Expectativas à Chegada a Portugal.....	59

Gráfico n.º 4.9.3- Grau de Correspondência das Expectativas Iniciais.....	60
Gráfico n.º 4.9.4- Tipo de Apoio Institucional.....	61
Gráfico n.º 4.9.5- Grau de Satisfação com o Apoio Institucional.....	61
Gráfico n.º 4.9.6- Principais Dificuldades no Processo de Integração.....	62
Gráfico n.º 4.9.7- Avaliação Global da Integração.....	62
Gráfico n.º 4.9.8- Grau de Satisfação Global com a Integração	63

Índice de Figuras

Mapa n.º 1- Cuidados de Saúde.....	34
Mapa n.º 2- Mercado de Trabalho.....	34
Mapa n.º 3- Educação.....	35
Mapa n.º 4- Habitação.....	36
Diagrama n.º 1- PAR- Programa de Apoio a Refugiados.....	41

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

ACM- Alto Comissariado Para as Migrações

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CRP- Conselho Português para Refugiados

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

ONU- Organização das Nações Unidas

MIPEX- Índice de Políticas de Integração de Migrantes

NIF- Número de Identificação Fiscal

NISS- Número de Identificação da Segurança Social

SECA- Sistema Europeu Comum de Asilo

SNS- Sistema Nacional de Saúde

EU- União Europeia

INTRODUÇÃO

1. Sobre o Contexto

A crise resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em fevereiro de 2022, gerou um fluxo massivo de refugiados ucranianos para a União Europeia, destacando-se Portugal como um dos países que mais rapidamente “abriu portas” e se organizou do ponto de vista das políticas públicas e da sociedade civil.

Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, que Portugal tem sido um dos países que tem recebido refugiados ucranianos, ocupando o 19.º lugar na tabela da União Europeia (Euronews, 2025). De acordo com os dados do Alto Comissariado para as Migrações (AIMA, 2023), até 2023, o país acolheu mais de 80 000 refugiados ucranianos, o que representa uma parte significativa da população deslocada pela guerra.

O governo português implementou uma série de políticas para garantir a chegada em segurança e a integração social desses indivíduos, baseando-se no acolhimento e na proteção internacional oferecida pela EU.

O acolhimento de refugiados ucranianos tem já um percurso histórico no país, que se diferenciou pela rapidez da mobilização das políticas públicas, bem como pela coesão social observada na sociedade civil.

De acordo com Cortes *et al.* (2022), a solidariedade da população portuguesa foi um fator-chave no sucesso do acolhimento inicial, onde muitos refugiados foram recebidos nas casas de famílias portuguesas, ou integrados em programas de acolhimento em larga escala.

2. Sobre a justificação do tema

A escolha do tema da presente Dissertação de Mestrado é um exercício de interpretação de uma realidade social histórica e politicamente construída. Para uma melhor compreensão, o tema dos refugiados tem de ser desconstruído teoricamente nos diferentes componentes que em conjunto o constroem.

Na ótica de Almeida e Pinto, é como identificar uma matéria-prima sobre a qual a investigação teórica incide, uma matéria que não é “constituída pelo próprio real, por “factos puros” (Almeida e Pinto, 1983, p. 9).

Assim, em primeiro lugar, a escolha deste tema justifica-se porque os refugiados fazem parte do nosso quotidiano: são os nossos vizinhos, os nossos colegas de trabalho e vivem na nossa cidade, por isso, o primeiro critério de escolha é a familiaridade com o objeto de estudo, sendo este critério apontado como vantajoso, nomeadamente por permitir que a investigação se “enraíze na experiência anterior do investigador” (Carmo e Ferreira, 2008, p. 47).

Em segundo lugar, é fundamental investigar o tema dos refugiados e das políticas de acolhimento, devido ao significativo impacto que a chegada de milhões de refugiados está a ter na União Europeia, nomeadamente, no que se refere ao acolhimento, à adaptação e ao processo de integração social, com consequências económicas, sociais e culturais e de transformação da “fotografia demográfica”.

Em terceiro lugar, a escolha do tema deu-se pelo facto dos fluxos migratórios apresentarem uma dimensão suficiente para análise em Portugal, considerando que houve um crescimento exponencial de 1540 pedidos (Europarlamento, 2022) em 2021, para 55 000 no ano de 2022, sendo 95% provenientes da Ucrânia. Portugal, à semelhança dos restantes países da União Europeia, constituiu-se como país de acolhimento, tendo implementado inúmeras medidas de proteção aos refugiados, observando-se, no entanto, diferenças face a outros países da União Europeia.

Assim, o objeto de estudo é a política portuguesa de acolhimento a refugiados ucranianos, enquadrada nas políticas da União Europeia, tendo por fundamento a análise de um estudo de caso, nas dimensões da habitação, mercado de trabalho, aprendizagem da Língua Portuguesa, saúde, educação e, por último, integração social.

3. Sobre a relevância e os objetivos

Esta Dissertação de Mestrado pretende ser um contributo académico para os Estudos Europeus que têm nos fluxos migratórios um “campo fértil” de interpretação, ampliando assim os estudos académicos em Portugal sobre a integração de refugiados. Por esta razão, são dois os objetivos da investigação:

(1) Contribuir para o estudo sistematizado e objetivo dos fluxos migratórios na União Europeia, tendo, em Portugal, como estudo de caso, a freguesia de Benfica.

(2) Medir e avaliar a eficácia das medidas de acolhimento a refugiados, comparar com outras realidades europeias e apontar para eventuais medidas que permitam melhorar o sistema de acolhimento português.

Tendo em consideração, que o acolhimento massivo de refugiados é um fenómeno muito recente trata-se, por isso, de um estudo exploratório com forte componente descritiva.

4. Sobre as questões e hipóteses de investigação

Como referido, neste estudo, procede-se a uma abordagem à política europeia de acolhimento de refugiados, considerando-se para o efeito a legislação e as medidas implementadas, no sentido de verificar se estas contribuem para a integração dos refugiados nas comunidades que os acolhem.

Parte-se de questões decorrentes da revisão bibliográfica e da análise documental, nomeadamente de questões como: “qual a razão de apesar de haver uma política de integração homogénea a toda a União Europeia, de existir financiamento homogéneo para programas de acolhimento (FAMI), em relação aos refugiados ucranianos se ter mantido a tendência de menor afluxo em Portugal?”; “Será que as medidas portuguesas de acolhimento são menos atrativas e eficazes face a outras realidades europeias?”; “Em que medida as medidas implementadas por Portugal, contribuem para a integração dos refugiados ucranianos?”

Deste modo, a presente dissertação pretende clarificar estas perguntas, seguindo o rumo da “pergunta de partida”: As medidas de acolhimento a refugiados em Portugal são eficazes no processo de integração dos refugiados ucranianos?

Ficam assim definidas como variáveis de análise: refugiados, medidas de acolhimento SECA, integração, sendo a interligação entre estas variáveis o objeto de análise.

Uma dissertação carece de uma matriz de “paradigma teórico” resultante do conjunto de teorias, de conceitos e hipóteses teóricas que ditam as escolhas metodológicas e permitem em simultâneo, ler o objeto de estudo e orientar a pesquisa empírica dos dados.

Como referido por Quivy e Campenhoudt (2006, p.15), “As hipóteses apontam o caminho da procura, fornecendo um fio condutor à investigação e fornecendo o critério para a recolha de dados que confrontará as hipóteses com a realidade”.

Neste sentido, as hipóteses de investigação são o assegurar das linhas fundamentais para a recolha dos dados através das técnicas de investigação, nomeadamente são as hipóteses teóricas que nos permitem “testar” as relações entre os conceitos.

Deste modo, são duas as hipóteses teóricas da presente proposta de investigação.

Hipótese 1- As medidas de acolhimento de refugiados, em Portugal, contribuem de modo eficaz para a integração dos refugiados.

Hipótese 2- As diferentes medidas de acolhimento de refugiados dos Estados-Membros na União Europeia, determinam de forma diferenciada a atratividade ao País-Membro.

É com base nestas duas hipóteses que irá ser delineada a investigação, fornecendo dados sobre a integração dos refugiados ucranianos em Portugal, através do estudo de caso do PAR- Programa de Apoio a Refugiados em Benfca, por um lado, comparando com outros parâmetros de integração europeus.

CAPÍTULO 1

1.1.Contextualização dos refugiados na Europa

A centralidade europeia

A Europa tem sido um destino fundamental para milhões de refugiados nas últimas décadas, impulsionada pelo seu contexto geopolítico que reúne condições atrativas cruciais para aqueles que fogem dos seus países de origem: (1) centralidade geográfica, facilitada por acessibilidade aérea, marítima e terrestre, com a particular relevância da inexistência de fronteiras entre boa parte dos Estados-Membros da EU; (2) Estados democráticos, no absoluto respeito pelos direitos humanos.

A política de asilo da EU foi estabelecida, de modo a garantir que, cada um dos cidadãos europeus ou com estatuto de cidadania europeia circule livremente bem como as condições de segurança transversais dentro do espaço comum. Não obstante, cada Estado-Membro tem autonomia absoluta para deliberar sobre a sua política migratória nacional e definir quem pode acolher no seu espaço, o que teve como resultado impactos diferenciados entre os países sobre matérias migratórias (Padilla and Goldberg, 2017, p. 14).

O ano de 2015, representou uma mudança absoluta na política de asilo da Europa, motivado pelo acolhimento do número mais significativo de deslocados desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Impulsionado pela guerra civil na Síria, que, face ao não reconhecimento do Estatuto de Refugiado nos países árabes que proporcionassem o acesso ao mercado de trabalho e à educação, os refugiados viram na Europa um destino atrativo, em virtude das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, que assegura o direito ao asilo, definindo os direitos dos refugiados e estabelecendo em simultâneo as obrigações dos Estados-Membros.

Este mesmo contexto conduziu à criação da Agenda Europeia de Migrações, que tem como base quatro princípios estruturantes: a diminuição da facilitação da imigração ilegal; a proteção dos indivíduos e a segurança das zonas fronteiriças da Europa; a elaboração de uma política de proteção comum da EU, bem como uma abordagem diferente para a migração em termos legais (Padilla, França and Vieira, 2022, p. 22).

Em 2021, de acordo com o Eurostat, dos refugiados que entraram na EU, 632 315 solicitaram asilo. Contudo, a distribuição desses números foi assimétrica, com notáveis disparidades entre os países. Alemanha (190 545), França (120 685) e Espanha (65 295) destacaram-se como os principais destinos, enquanto Portugal, não obstante da proximidade geográfica com Espanha, acolheu um número significativamente menor – 1 540 apesar de, em 2023 de acordo com o relatório estatístico do Alto Comissariado para as Migrações ter a taxa mais alta de concessão de pedidos da União Europeia - 71% (Público, 2023).

O ano de 2022 foi marcado pela invasão russa à Ucrânia, resultando na chegada de 8,8 milhões de refugiados à EU que respondeu com medidas concretas, incluindo a criação de mecanismos de proteção para refugiados de guerra, uma ajuda humanitária imediata de 532 milhões de euros, apoio financeiro aos Estados-Membros que acolheram refugiados, assistência na gestão das fronteiras com os países da UE, e a ativação da Diretiva relativa à proteção temporária. Assegurou, deste modo, direitos harmonizados em toda a EU, abrangendo residência, mercado de trabalho, habitação, assistência social, assistência médica e, no caso dos menores, a educação.

No entanto, novamente, a distribuição imediata desses refugiados foi assimétrica: Polónia (961 340), Alemanha (967 715), França (134 740), Espanha (160 955) e Portugal (55 020), entre outros países (Eurostat, 2024). Torna-se essencial analisar as causas dessas assimetrias, explorando se estão relacionadas com a implementação de diferentes medidas entre os Estados-Membros. Evidencia-se, no entanto de forma clara, nestes países três dimensões: a proximidade, a distância e as condições económicas do acolhimento, como fatores de atratividade.

Tal como apontado por Marques (2023, p. 4), levantam-se múltiplas questões sobre as assimetrias europeias, designadamente: “qual a razão de apesar de haver uma política de integração homogénea a toda a União Europeia, de existir financiamento homogéneo para programas de acolhimento (FAMI), em relação aos refugiados ucranianos se ter mantido a tendência de menor afluxo em Portugal?”; “Será por geograficamente estarmos na “cauda da Europa”? Ou será porque as medidas de acolhimento em concreto são menos atrativas e eficazes face a outras realidades europeias?”; “O que justifica esta assimetria?”

Na ótica de Arias (2017), a EU, enquanto ator tanto a nível internacional como regional, “tem a possibilidade de implementar e desenvolver instrumentos e mecanismos de

integração dos refugiados, mas que podem implicar, ao mesmo tempo, uma possibilidade de desintegração face aos valores da comunidade” (Arias, 2017, p. 11).

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o fluxo migratório

A Rússia, desde a Guerra Fria, mantém uma relação marcada pela desconfiança com o Ocidente (Ochoa, 2013). Durante a bipolaridade mundial entre o bloco ocidental e soviético, a balança de poder era equilibrada, sem hegemonia global. Os países do bloco ocidental prosperavam, enquanto os países do Leste enfrentavam desafios económicos.

O ano de 2004, testemunhou o mais impactante alargamento da União Europeia, incorporando oito países da Europa Central e Oriental (PECO) e dois do Mediterrâneo. Este evento crucial representou a difusão dos valores europeus e, por arrastamento a NATO, até às fronteiras russas, destacando-se a Ucrânia como uma linha vermelha subestimada pela União Europeia (Sousa, 2000). A potencial integração da Ucrânia era percecionada pela Rússia como uma aproximação estratégica sensível com potencial de reconfiguração geopolítica, constituindo uma ameaça aos seus interesses e segurança.

Tanto a EU como a NATO continuaram a expandir as suas fronteiras: ambas as instituições ocidentais alargaram as suas esferas de influência para as antigas Repúblicas Soviéticas, pelo que para Silva, “Os “alargamentos” da EU e da NATO no espaço pós-soviético tornaram-se cada vez mais ameaçadores para a influência que a Rússia detinha naquele mesmo espaço, uma vez que estes alargamentos implicavam uma aceitação dos valores ocidentais.” (Silva, 2018, p. 58)

O conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 2014 com a anexação da Crimeia, agravou-se em 2022 com a invasão russa, sendo umas das justificações da Rússia a possível adesão da Ucrânia à NATO, agravado pelo facto de em 2019, a Ucrânia ter retirado o estatuto da língua russa como língua cooficial nos territórios do leste da Ucrânia de maioria russófona, impondo exclusivamente a língua ucraniana e excluindo a possibilidade de uma solução bilingue tal como prescreveu para o Donbass.(Filipe, M., 2022, p.5)

A escalada resultou na fuga de mais de 8,8 milhões de cidadãos ucranianos, acrescendo aos 7 milhões que se deslocaram internamente, provocando uma crise humanitária sem

precedentes no território, sendo a União Europeia, o principal destino de acolhimento desses refugiados.

A invasão, no contexto no Direito Internacional Humanitário, impulsionou o desenvolvimento de estratégias de proteção a civis. A revisão de literatura revela que ambos os países são signatários de inúmeros tratados internacionais de direitos humanos, mas a realidade atual evidencia violações flagrantes desses acordos.

Face a isto, de acordo com Marques (2023, p. 6), a União Europeia, reconhecendo o estatuto de refugiados, rapidamente implementou medidas de acolhimento: criou o mecanismo de proteção temporária para as pessoas que fugiram da guerra, disponibilizou ajuda humanitária no valor de 523 milhões de euros, prestou apoio em matéria de proteção civil a países da União Europeia com fronteira com a Ucrânia, em particular aos mais procurados como destino dos refugiados – República Checa, Moldávia, Polónia, entre outros, assim como apoio financeiro e técnico aos Estados-Membros que acolheram os refugiados.

1.2. As assimetrias europeias

De acordo com as estatísticas mais recentes do Eurostat (janeiro de 2026), Portugal ocupa o 13.º lugar entre os 27 países da União Europeia em número de refugiados ucranianos. O total de pessoas refugiadas nos Estados-membros da UE devido à invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em 2022, soma em 2026, 4 376 125.

Os países que acolheram no imediato o maior número de refugiados ucranianos foram a Alemanha (1.286.580), a Polónia (957.200) e a República Checa (385.075), com 46% das pessoas sendo mulheres, 32,9% crianças e 21,2% homens. Por outro lado, Luxemburgo (595) e Malta (1.965) são os países com o menor número de refugiados sob proteção temporária. Assim, desde o início da guerra, a população de beneficiários de proteção temporária aumentou na Alemanha, Polónia e República Checa, enquanto diminuiu na Áustria, França, Estónia, Países Baixos e Malta. Os cidadãos ucranianos representam 98% dos beneficiários do regime de proteção temporária na EU.

Os Estados-Membros receberam refugiados ucranianos em grande escala, implementando diferentes políticas e programas de integração.

Neste contexto, são três os países que se destacaram pela eficácia das suas políticas de acolhimento e integração: Polónia, Alemanha e Portugal. Estes países não apenas acolheram um grande número de refugiados, mas também mostraram impacto positivo em termos de integração social, acesso ao mercado de trabalho, educação e saúde.

Uma análise comparativa revela que embora estes três países se tenham destacado no acolhimento de refugiados ucranianos, a Polónia lidera em termos de números absolutos, enquanto a Alemanha oferece uma abordagem de integração mais estruturada a longo prazo, especialmente em relação ao mercado de trabalho e educação. Portugal, por sua vez, destaca-se pela rapidez e pela solidariedade social, o que tem sido fundamental para uma integração eficaz, talvez potenciado por um menor número de refugiados, que permitiu uma estrutura de acolhimento mais individualizada e integradora do número menor de refugiados. Cada um desses países tem lidado com desafios específicos, mas as políticas e a colaboração da sociedade civil têm sido fundamentais para garantir a integração bem-sucedida dos refugiados ucranianos na União Europeia.

A Polónia merece um destaque dado que foi o principal destino de refugiados ucranianos na União Europeia, com a chegada de mais de 4 milhões de ucranianos desde o início do conflito. A Polónia foi o país de maior relevância no acolhimento imediato, tendo redimensionado as suas estruturas de apoio para receber milhões de ucranianos. A razão da escolha da Polónia prende-se com a proximidade geográfica com a Ucrânia dado fazer com esta uma das fronteiras terrestres, sendo durante meses o ponto de saída dos ucranianos por via terrestre e férrea, bem como os laços históricos e culturais que os unem ao longo de centenas de anos. A resposta da Polónia foi rápida e criou a Lei de Acolhimento de Refugiados Ucranianos (aprovada em março de 2022), que permitiu aos ucranianos acessos a um conjunto de benefícios, incluindo:

- Direito de residência temporária: Inicialmente por um ano, com possibilidade de renovação;
- Acesso ao mercado de trabalho: A autorização de trabalho foi imediata, garantindo assim o seu meio de subsistência, diminuindo a necessidade de apoio social;

- Apoio à saúde: Os refugiados têm acesso aos cuidados de saúde públicos gratuitamente, tanto de atendimento médico geral quanto de saúde mental, que se revelou crucial tendo em consideração os traumas relacionados com a guerra;
- Educação: O sistema educativo polaco foi rapidamente adaptado para acolher crianças ucranianas, através de aulas de polaco e integração nas escolas locais.

Além disso, a sociedade civil polaca mobilizou-se em grande escala para apoiar os refugiados, com Organizações Não Governamentais (ONG) e voluntários oferecendo ajuda em diversas áreas, desde o fornecimento de alimentos até apoio psicológico.

Assim, desempenhou um papel crucial de acolhimento e escoamento dos refugiados ucranianos para outros países. Rapidamente transformou-se no maior aliado logístico e de acolhimento massivo, com uma forte dimensão de apoio humanitário e social, através da mobilização dos recursos das comunidades e de instituições de que os Camilianos são exemplo, bem como a integração no mercado de trabalho, sendo que os ucranianos contribuíram mais com os seus impostos do que os subsídios que receberam. Não obstante, ao longo de 2025, foram inúmeras as tensões e desafios, sobretudo económicos e sociais, que conduziram ao pedido de reforço de ajuda aos fundos europeus e uma limitação mais restritiva ao acolhimento. Verificou-se um aumento das tensões sociais que inclusivamente levaram à limitação dos benefícios fiscais dos refugiados. Na realidade, de 2022 até 2025 houve uma abordagem que evoluiu do apoio incondicional inicial para uma perspetiva mais restritiva.

A Alemanha recebeu aproximadamente 1 milhão de pessoas desde o início do conflito. A abordagem alemã de integração é uma das mais estruturadas na Europa, com um sistema de acolhimento e integração de longa data, impulsionado pela experiência do país com fluxos migratórios anteriores, como os refugiados sírios. Utilizou a Diretiva de Proteção Temporária da UE para fornecer proteção rápida aos refugiados ucranianos:

- Alojamento: A Alemanha forneceu alojamento temporário para refugiados e implementou programas para facilitar o acesso à habitação permanente. Muitas cidades e municípios ofereceram soluções de alojamento coletivo em centros de refugiados, além de ajudar a integrar os refugiados no mercado de habitação privado;

- Acesso ao mercado de trabalho: Os refugiados ucranianos têm acesso imediato ao mercado de trabalho e ao sistema de segurança social. A Alemanha é uma das líderes em programas de integração de trabalhadores qualificados, oferecendo cursos de língua alemã e reconhecimento de qualificações profissionais;
- Educação: As crianças ucranianas têm acesso imediato às escolas públicas e o governo oferece aulas de alemão e suporte psicológico para facilitar a adaptação. Muitos refugiados também têm acesso a programas de ensino superior e cursos de qualificação profissional;
- Saúde mental: O sistema de saúde alemão oferece apoio psicológico gratuito para refugiados, com serviços específicos voltados para as necessidades dos que fugiram de um conflito tão traumático.

Portugal, com um número menor de refugiados ucranianos em comparação com a Polónia e a Alemanha, destacou-se pelo seu modelo de integração rápido e pela solidariedade da sociedade civil. O governo português criou um conjunto de políticas de acolhimento para garantir que os refugiados ucranianos pudessem integrar-se rapidamente na sociedade portuguesa. Algumas dessas políticas incluem:

- Acesso à residência e ao mercado de trabalho: Os refugiados ucranianos receberam autorização de residência temporária e o direito de trabalhar, sem a necessidade de esperar por um processo burocrático longo, o que facilitou a sua inclusão no mercado de trabalho;
- Apoio à habitação: O governo português implementou programas para garantir alojamento temporário e facilitou a inserção dos refugiados em habitações privadas. Parcerias com as ONG e municípios ajudaram a garantir que os refugiados tivessem condições adequadas de habitação;
- Educação: As crianças ucranianas foram integradas rapidamente nas escolas, com suporte de aulas de português e apoio psicológico. A educação foi uma prioridade, já que o sistema de ensino português se adaptou para receber os alunos refugiados;
- Apoio à saúde mental: Portugal implementou serviços de saúde mental específicos para refugiados, com foco na recuperação de traumas de guerra.

CAPÍTULO 2

2.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O Enquadramento teórico que propomos neste estudo passa pela análise das teorias existentes sobre quatro conceitos teóricos, pela construção de hipóteses que testam a relação entre estes conceitos e pela conversão destes conceitos em dimensões de análise cuja operacionalização requer a construção de variáveis e indicadores que traduzem a realidade.

Os conceitos-chave que fundamentam o presente estudo são: Crise Migratória, SECA, Refugiados e Integração, entendidos como:

(1) **Crise Migratória** - Desafio que emerge como resultado dos recentes fluxos migratórios de um contingente de migrantes que procuram refúgio na União Europeia, fugindo de conflitos e perseguições nos seus países de origem. Provoca pressões económicas e sociais substanciais, com potencial para causar alterações abruptas na estrutura demográfica, dependendo da sua magnitude;

(2) **Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA)** – Trata-se da política comum do regime de acolhimento dos refugiados e dos que requerem asilo no espaço comum. Este sistema procura materializar as determinações do Direito Internacional, com o objetivo de uniformizar os sistemas e procedimentos;

(3) **Refugiados** – A definição da Organização Internacional para as Migrações é objetiva: "qualquer pessoa que, receando com razão, ser perseguida em virtude da sua etnia, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, encontrando-se fora do país da sua nacionalidade e não possa, ou não queira, em virtude daquele receio, pedir proteção daquele país" (art.º 1 (A) da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, modificado pelo Protocolo de 1967) (OIM, 2009, p.62);

(4) **Integração** - O processo de inserção de imigrantes no país de acolhimento, como definido por Abou (1988), ocorre em três etapas: adaptação, que envolve acomodação ao ambiente físico do país; integração, que implica a inserção do refugiado nas estruturas económicas, sociais e políticas do país; e aculturação, que se refere às mudanças no migrante e na sua descendência resultantes do processo de interação.

No contexto específico do nosso objeto de estudo, quatro abordagens teórico-conceituais serão utilizadas: crise migratória, refugiados, medidas de acolhimento (SECA) e integração. O enquadramento teórico que de seguida se apresenta, decorreu da pesquisa bibliográfica das teorias existentes relacionadas com esses quatro conceitos fundamentais.

2.1.1. O conceito de Crise Migratória

O “êxodo” dos povos, caracterizado pela deslocação geográfica massificada esteve desde sempre presente na história e na Europa temos assistido a estas “ondas” que “inundam” os países de destino, o que tem causado impacto do ponto de vista económico, político e social nos países de acolhimento. Em paralelo, a crise migratória está “imbuída da ideia de que os processos migratórios impõem problemas aos países recetores” (Moreira e Borba, 2021, p. 2).

Diversas teorias enquadram as crises migratórias, especialmente recorrendo a explicações de natureza mais "macro" fundamentadas em perspetivas estruturais ou sistémicas. Essas perspetivas consideram motivações como os constrangimentos socioeconómicos, históricos, políticos e culturais que influenciam a decisão de migrar.

Uma abordagem histórica importante é exemplificada pela teoria do sistema-mundo de Wallerstein. O autor encara as migrações como resultado da “divisão social do trabalho”. Esta divisão é vista por Moreira e Borba como globalmente estruturada em função de um centro, uma periferia e uma semiperiferia (Moreira e Borba, 2021, p. 7). Esta perspetiva é partilhada pela Teoria do Sistema Migratório de Kritz e Zlotnik (1992) consubstanciada na formação de “um sistema estável ao conectar espaços em que passa a existir intercâmbio de bens, capitais e pessoas entre certos países ou regiões” (Massey *et al.*, 1993, p. 436).

Mudando o enfoque dos fatores macro para o indivíduo, as redes de migração definidas como “conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes e não migrantes nas áreas de origem e destino, mediante vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (Massey, *et al.*, 1993, p. 448).

Não obstante o seu enfoque macro ou micro, Moreira e Borba estabelecem o critério de crise migratória como “uma sucessão de deslocamentos massivos de populações que se direcionam precariamente e de maneira irregular para outros países.” (2021, p. 8).

Na perspetiva de Martin e Taylor, a crise migratória refere-se, a pessoas que fogem da fome, da seca e de conflitos armados internos, bem como de outras violações dos direitos humanos, “São indivíduos e coletividades que se movem para resguardar essencialmente suas vidas e sua sobrevivência, condições mínimas – não plenamente dignas – para subsistir, em cenários de maiores adversidades” (Martin e Taylor, 2014, p. 32). Reveste-se de importância, enquadrar a recente “crise migratória” europeia.

Como já referido, é longo o histórico de acolhimento a refugiados, desde os anos 90 com a queda do muro de Berlim, a dissolução da União Soviética e o conflito dos Balcãs, com a procura massiva de refúgio nos países europeus, com um forte acolhimento na Áustria e Alemanha.

Posteriormente, com início na 1.^a década de 2000, assistimos a um acréscimo exponencial de refugiados, culminando em 2013-2015, com mais de 2,3 milhões de pedidos de refugiados (Eurostat 2016; ACNUR) provenientes da Síria (536 000), Iraque (150 000), Eritreia (75 000), Afeganistão (245 800), África Subsariana (350 000) sendo o mar Mediterrâneo a primordial rota de fuga. Este facto veio fazer sobressair as diferenças no acolhimento de diferentes países. Um dado revelador sobre esta heterogeneidade é que em 2015, 75% dos pedidos foram feitos em apenas 5 Estados (Alemanha, Hungria, Suécia, Áustria e Itália) (UE, 2016, s.n.), revelando que apesar do SECA ter já mais de uma década, os Estados-Membros variaram na sua proatividade ao nível do acolhimento integração.

No ano de 2022, a Europa foi surpreendida pela invasão russa da Ucrânia, que culminou com a chegada de 8,8 milhões de refugiados à EU. A EU tomou medidas concretas para acolher os refugiados, nomeadamente criou mecanismos de proteção para os refugiados de guerra, ajuda humanitária imediata no valor de 532 milhões de euros, apoio financeiro para os Estados-Membros que acolheram refugiados, apoio à gestão das fronteiras com os países da EU e, sobretudo, ativou a Diretiva relativa à proteção temporária que garantiu direitos harmonizados em toda a EU ao nível da residência, mercado de trabalho, habitação, serviço social, saúde e no caso dos menores a educação.

2.1.2.O conceito de Refugiado

O conceito de refugiado é fundamentado teoricamente pelo glossário da Organização Internacional para as Migrações (OIM), pela Convenção de Cartagena (1984) e pelo artigo de Feller (2001). Na definição dada pela OIM é a pessoa que, "receando, com razão, ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade" (OIM, 2006, p. 62). Esta definição abrange indivíduos que procuram proteção e segurança noutro país para garantir a sua sobrevivência.

Apesar da citação trazer uma definição clara e objetiva do conceito de refugiado, damos nota que a utilização da expressão “raça” no seu descritivo não encontra qualquer grau de adequação, dado não ter razão biológica, devendo por isso ler-se como ‘etnia’.

Na própria Convenção de Cartagena (1984), foi definido que os refugiados são “as pessoas que tenham fugido dos seus países, porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias” (p. 22).

Feller (2001) destaca que o conceito de refugiado foi estabelecido com a criação do Alto Comissariado para a Proteção dos Refugiados em 1921 pela Liga das Nações, proporcionando um quadro normativo internacional que deu origem ao estatuto de refugiado.

Também, Arias sublinha que o estatuto foi reconhecido pela comunidade internacional no sentido em que:

“O direito internacional fica intimamente ligado aos direitos dos refugiados, uma vez que é ele o marco orientador da atuação dos Estados nesta matéria. A relação que se estabelece entre ambos é que se o estatuto de refugiado não fosse reconhecido pelo direito internacional, os refugiados não poderiam ter os mesmos direitos gerais em cada Estado “(Arias, 2017, p. 19).

É relevante mencionar o princípio do "non-refoulement", que impede a repulsão de uma pessoa que fugiu da perseguição no seu país. Segundo o artigo 33.º da Convenção de Genebra (1951) “Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou repelirá (‘refouler’) um refugiado, seja de que maneira for, para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade

sejam ameaçadas”. (art.º 33, Convenção de Genebra relativa ao estatuto dos refugiados, 1951).

2.1.3. Medidas de Acolhimento - Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA)

A Europa, enquanto ator internacional, estabeleceu as bases do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) para uniformizar os procedimentos dos Estados-Membros. É Uçarer que refere que na Europa, o SECA é “o processo de criar um regime regional singular envolveu “harmonizar” as práticas existentes para promover uma configuração mais unitária” (Uçarer 2001, p. 289).

Assim, o SECA surgiu para promover uma configuração mais unitária, ampliou as competências e transferiu soberania dos Estados-Membros para a União Europeia.

Em 1999, o Conselho Europeu na cidade de Tampere, compilou um conjunto de políticas de asilo, comum a todos os Estados-Membros. Posteriormente, em 2000, o sistema EURODAC criou uma base de dados que permite identificar o Estado-Membro que responde ao pedido de asilo. Esta base permitiu verificar a desproporção entre os pedidos de acolhimento entre Estados como a Alemanha (46%), a Suécia (17%) e a Itália (7%), face aos restantes Estados-Membros, reflexo do que é identificado pela ACNUR, de que “a legislação e a prática de asilo ainda variam muito de país para país, fazendo com que os requerentes recebam tratamento diferente em toda a Europa”. (ACNUR, 2016, s.p.)

Na realidade, o SECA tem um conjunto de Diretivas para a política comum europeia, referente ao acolhimento de quem requer proteção, sendo que “determinam as competências de cada Estado e os limites de cada um” (Arias, 2017, p. 43). Estas Diretivas foram elaboradas de 2001 a 2013, e, grosso modo, regulamentam as condições mínimas de concessão de proteção temporária no caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas, nomeadamente o direito ao reagrupamento familiar, os critérios de regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, com base no pressuposto do princípio da não expulsão, assim como a inclusão de programas de aprendizagem de línguas e acesso ao ensino, entre outras.

Apesar desta política comum assentar essencialmente sobre a garantia jurídica do acesso ao estatuto de refugiado, deixa a implementação das medidas de acolhimento aos critérios de

cada Estado-Membro. Esta realidade justifica a discrepância da distribuição de refugiados pelos países, resultando numa desproporção das obrigações internas que podem ter os Estados-Membros de acolhimento.

A revisão bibliográfica aponta que fatores como a localização do país, a sua riqueza, o sistema de segurança social ou o grau de aplicação das suas políticas estão na génese das discrepâncias de pedidos entre Estados-Membros.

Nesta perspetiva, Arias (2017) refere que:

“Enquanto cada um dos Estados mantiver a sua posição própria sobre como interpretar a extensão das suas obrigações, os direitos dos indivíduos que solicitam esta proteção ver-se-ão limitados, uma vez que os interesses individuais dos Estados prevalecem face à segurança humana. Os interesses nacionais, a segurança humana e as obrigações morais e humanistas de cada Estado deveriam encontrar-se em unidade e assim proteger a vida sobre qualquer aspeto, independentemente do país de que esta provenha. (p. 41)”.

Por outro lado, a integração dos refugiados não se trata do tradicional processo de integração de imigrantes dado que a causa da sua mobilidade é de natureza diferenciada.

Na altura crítica de 2015, face à pressão crescente das primaveras árabes, com o propósito de redefinir as políticas portuguesas de acolhimento da população refugiada, que assegurasse duas questões essenciais: o cumprimento dos compromissos assumidos no que se refere aos mecanismos europeus de acolhimento e, em simultâneo, a distribuição de pessoas, Portugal instituiu um Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações.

É nesta sequência que foi desenhado, em Portugal, o Plano Nacional de Acolhimento e Integração de Refugiados, que procurou harmonizar o programa de recolocação de refugiados, com a real capacidade de acolhimento do país. No sentido de tornar o sistema mais eficaz e célere, ficou definido que o acolhimento não seria realizado diretamente pelo Estado português, mas que as instituições ou consórcios compostos por entidades locais seriam utilizados como recursos, de modo a descentralizar o acolhimento, distribuindo equilibradamente os refugiados pelo território português.

Este plano veio também estabelecer uma nova atribuição de responsabilidades na gestão do acolhimento e integração de refugiados, que passou a ser realizada pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Deste modo, as políticas de acolhimento e integração de refugiados passaram a estar sob a tutela do ACM, função que pertencia ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (Padilla, França e Vieira, 2022).

A integração dos refugiados ucranianos teve em conta inúmeras políticas governamentais de apoio à empregabilidade (programa Ativar do IEFP), à aprendizagem (cursos profissionais certificados bilingues - IEFP), de apoio à habitação (Programa Porta de Entrada, Programa de apoio a alojamento urgente - IHRU, entre outros), contando com a solidariedade dos portugueses.

A integração destes refugiados foi transversal a todo o país, desde os concelhos mais ruralizados aos concelhos urbanos, os programas locais de apoio multiplicaram-se, sendo que comparativamente com outros refugiados o nível de integração foi significativamente maior, com um índice de “crispação” social muito residual, sem proliferação de grupos segmentados ou de segregação social e cultural, cumprindo o conceito das *eurocities* - “cidades promotoras das políticas interculturais não como uma implementação passiva do quadro da política europeia, mas como “uma administração da cidade ativamente envolvida no desenvolvimento de políticas” (Bodirsky, 2012, p. 3). Verificou-se, no entanto, em Portugal, uma maior aceitação de refugiados que partilham de valores comuns europeus, evidenciando ainda preconceitos relativos a refugiados de quem nos distanciamos culturalmente, como é o caso dos provenientes de África do Norte ou do Sul ou da Ásia do extremo oriente ou do subcontinente hindustânico.

Face à crise humanitária massiva, Portugal muito rapidamente lançou um programa de acolhimento a refugiados sem precedentes, implementando várias medidas, de que o Programa de Acolhimento a Refugiados da Junta de Freguesia de Benfica é exemplo.

Devido ao conflito na Ucrânia, o Estado português implementou um programa de acolhimento especial para garantir a proteção e integração dos cidadãos deslocados. Para este fim, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março, criou um regime de proteção temporária, facilitando a atribuição de autorizações de residência e títulos

de proteção, assim como outros benefícios, com apoio através da plataforma sefforukraine.sef.pt.

Este regime destinou-se a cidadãos ucranianos, seus familiares, e outros estrangeiros ou apátridas residentes na Ucrânia que não possam regressar devido à guerra. Inclui a atribuição de Título de Residência Temporária, NIF, NISS e número de utente do SNS, e providencia apoio para o registo e acompanhamento de crianças não acompanhadas.

Em termos de transportes, os cidadãos ucranianos com passaporte biométrico podem viajar livremente pela EU por até 90 dias. A TAP ofereceu voos gratuitos para organizações humanitárias, e a CP disponibilizou viagens de comboio gratuitas para refugiados que chegassem a Portugal.

No que diz respeito à habitação, refugiados sem recursos podem solicitar apoio ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM), que disponibilizou alojamento coletivo e o programa Porta de Entrada para apoio financeiro em habitação no mercado privado. Em resposta ao grande número de refugiados, foi também lançado o programa de acolhimento de famílias, com mais de 10 000 famílias a acolherem refugiados nas suas casas.

Em relação à saúde, o pedido de proteção temporária garante acesso ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) com um Número de Utente, permitindo acesso a serviços de saúde e programas como o Programa Nacional de Vacinação e consultas de acompanhamento para crianças, com tradução disponível.

No mercado de trabalho, foram criadas várias medidas de apoio, como a plataforma *Portugal for Ukraine*, que ajuda na integração dos ucranianos ao mercado de trabalho, incluindo ofertas de emprego e cursos de português. Também foi estabelecido um Centro de Contacto em ucraniano para apoiar as candidaturas a empregos. Além disso, o programa Emprego Interior Mais oferece apoio financeiro a quem queira trabalhar em territórios do interior de Portugal. A simplificação do reconhecimento de qualificações também facilita o exercício de profissões regulamentadas por parte dos refugiados.

Na área da educação, o acesso ao sistema de ensino público foi simplificado. Crianças e jovens ucranianos entre 6 e 18 anos têm direito a ensino gratuito, mesmo sem legalização. O Governo também oferece bolsas e estatuto de estudante em emergência para ucranianos no ensino superior. A equivalência de diplomas pode ser feita *online*, e a documentação é dispensada em casos de emergência humanitária.

Por fim, para a aprendizagem da língua portuguesa, foram criadas várias opções de cursos, como os oferecidos pelos Centros Qualifica e escolas com programas de Português Língua de Acolhimento (PLA), bem como o programa #EstudoEmCasa da RTP, com professores certificados. Complementarmente, a Linha de Apoio a Migrantes e os Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) desenvolveram iniciativas para a língua, com profissionais e voluntários.

Em resumo, as medidas implementadas visam a integração eficaz dos cidadãos ucranianos em Portugal, com apoio nas áreas de habitação, saúde, educação, emprego e aprendizagem da língua portuguesa.

2.1.4. O conceito de Integração

A integração é um conceito utilizado com diferentes significados, referindo-se a diferentes níveis: individual, comunidade e institucional (Dauber, Spencer-Oatey, 2019, p. 20).

Goodson e Phillimore sublinham o conceito de Berry (1997) que “defendeu que a integração ocorria quando os indivíduos tinham interesse tanto em manter a sua cultura original quanto em participar de interações diárias com outros grupos, sendo uma estratégia escolhida pelos migrantes passar ou não por essa interação” (Goodson e Phillimore, 2008, p. 21).

Em paralelo, Strefezza (2020) e os autores Mestheneos e Ioannidi sistematizam o conceito de integração como um processo multidimensional do indivíduo, no qual o Estado e a sociedade têm um papel fundamental na integração que pode ser medida através da utilização de indicadores objetivos como emprego, educação, moradia, representação e participação política.

Strefezza (2020) refere ainda que, o investigador Zetter propôs uma tipologia composta por quatro domínios de ocorrência da integração: legais, estatais, funcionais e sociais. Strefezza, refere ainda que Fyvie, em 2003, concluiu que a educação, o mercado de trabalho, a saúde e a habitação são os principais focos dos refugiados, por terem essas áreas como a génese do processo de integração.

É diversa a literatura sobre a definição conceptual de integração, não sendo consensual. Na perspetiva da Comissão Europeia, é o princípio da reciprocidade que está na base da integração- a combinação entre os direitos e os deveres, um processo bilateral estabelecido

entre os dois agentes intervenientes - a população imigrante e a comunidade que a acolhe. A integração envolve, portanto, um papel ativo dos migrantes no seu próprio processo de adaptação, enquanto a sociedade de acolhimento desempenha um papel fundamental para garantir uma integração eficaz. Este é um processo dinâmico e bidirecional (Termote, 2011).

A integração é, assim, perspectivada como um processo que promove a inclusão e a coesão social dentro de um sistema preexistente com características únicas (Esser, 2004). Simultaneamente, facilita aos imigrantes encontrar o seu papel a desempenhar na sociedade que os acolhe, com base na sua autodeterminação (Isaakyan, 2015).

Isaakyan (2015) sublinha a complexa imprecisão do conceito de integração, devido à complexidade dos sistemas sociais e à constante mudança das sociedades contemporâneas. Deste modo, a integração é não só um conceito fluido e multifacetado, como de múltiplas dimensões.

A conceptualização da integração como um processo multigeracional, foi defendida por Heckmann (2006), que considera que os migrantes, através das diferentes gerações vão sendo progressivamente aceites na sociedade de acolhimento, facilitados pela mediação das instituições locais de proximidade às comunidades e das relações que os próprios migrantes vão estabelecendo nessas comunidades.

A integração enquanto processo pelo qual um indivíduo passa a fazer parte de um sistema social predefinido, é advogada por Penninx e Garcés-Mascarenãs (2016) que identificam três dimensões que estão necessariamente interligadas: uma externa ao indivíduo - a política e cultura, outra que de si depende diretamente - a socioeconómica, e por fim, a religiosa e cultural que desempenha uma função importante no processo de integração. Importa sublinhar que, na literatura, a integração é com regularidade referida como linear, sem considerar a complexidade e multidimensão do processo.

Por último, na ótica da ACNUR, a integração é “um processo complexo e multidimensional que necessita de ações interministeriais, diferentes níveis de administração estatal e sobretudo uma grande variedade de *stakeholders* não governamentais”. (ACNUR, 2016, p. 266).

A revisão da literatura aponta como fator primordial de integração “a empregabilidade, seguido da qualificação, educação, aprendizagem da língua, disponibilidade de transporte

público e habitação estável e em boas condições e o racismo” (Lichtenstein e Puma, 2018, p. 20).

De grande relevância, é o papel crucial das entidades locais que operacionalizam as medidas governamentais em diferentes níveis de governança, razão pela qual é absolutamente necessária a articulação entre os diferentes atores, de modo que, em articulação, possam ser implementadas políticas ajustadas à realidade de cada um e à comunidade em que se insere, que assegurem a integração eficaz desta população (Czaika e De Haas, 2013).

De acordo com Termote (2011), uma política migratória com objetivos humanitários — como, por exemplo, o acolhimento de refugiados e requerentes de asilo — deve abranger um espectro mais amplo de dimensões no processo de integração, em comparação com outros tipos de migrantes, dado que para além de terem de se integrar nas normas culturais, sistemas de educação e mercados de trabalho lidam em simultâneo com a dificuldade de não poderem comprovar suas qualificações, seja no âmbito da escolaridade ou profissional. Isso tem um impacto direto na inclusão na comunidade de acolhimento. Afeta o acesso à educação e ao emprego, bem como a obtenção de habitação, que se torna praticamente inviável sem uma fonte de rendimento própria (OECD, 2016).

O processo de integração dos migrantes envolve várias dimensões essenciais: acesso ao mercado de trabalho, saúde, educação, habitação e aprendizagem da língua. Cada uma destas áreas desempenha um papel crucial para garantir uma integração plena e duradoura, sendo medidas pelo Índice de Políticas de Integração do Migrante (MIPEx).

Acesso ao Mercado de Trabalho: A integração laboral é gradual e depende das competências e escolaridade dos migrantes, bem como dos motivos que os levaram a emigrar. A plena integração no mercado de trabalho é difícil, pois, embora os migrantes consigam empregos, não têm os mesmos direitos e oportunidades que os nacionais, especialmente no setor público (MIPEx, 2020; OECD, 2016).

Acesso a Serviços de Saúde: O acesso à saúde varia consoante o tipo de migrante, sendo mais limitado para requerentes de asilo e imigrantes indocumentados. As barreiras administrativas dificultam ainda mais o acesso, o que afeta tanto a saúde física quanto mental dos migrantes (MIPEx, 2020). Uma maior inclusão nos sistemas de saúde é essencial para uma integração eficaz.

Acesso à Educação: A educação é um fator fundamental na integração, influenciando o acesso ao mercado de trabalho e à coesão social. No entanto, a integração no sistema educacional enfrenta desafios, especialmente no acesso a escolas adequadas e acompanhamento do ritmo de aprendizagem. Os migrantes também enfrentam dificuldades no acesso à educação superior (MIPEX, 2020).

Acesso à Habitação: A habitação é um elemento central para a integração, proporcionando estabilidade e condições para que os migrantes possam aceder a outros direitos, como emprego e reunificação familiar. A falta de acesso a habitação adequada pode dificultar a integração plena (UNHCR, 2013).

Aprendizagem da Língua: A aprendizagem da língua do país de acolhimento é crucial para a comunicação e construção da identidade cultural dos migrantes. Embora o esforço do migrante seja fundamental, a sociedade de acolhimento deve fornecer recursos adequados para facilitar a aprendizagem da língua e garantir uma integração positiva (Council of Europe, 2011; Ruth McAreavey, 2009).

A integração bem-sucedida dos migrantes depende de políticas públicas inclusivas que promovam a igualdade de oportunidades e a participação ativa na sociedade.

Em síntese, neste estudo serão definidos como parâmetros de integração social de refugiados: a habitação, a inserção no mercado de trabalho, a aprendizagem da língua portuguesa, a participação em atividades recreativas, a educação e a saúde.

2.2. Comparação das Políticas de integração na Polónia, Alemanha e Portugal

Como referido, selecionou-se três Estados-Membros que se destacam no âmbito das políticas de integração dos refugiados, sendo que a plataforma MIPEX 2020 – Data Analysis Tool.

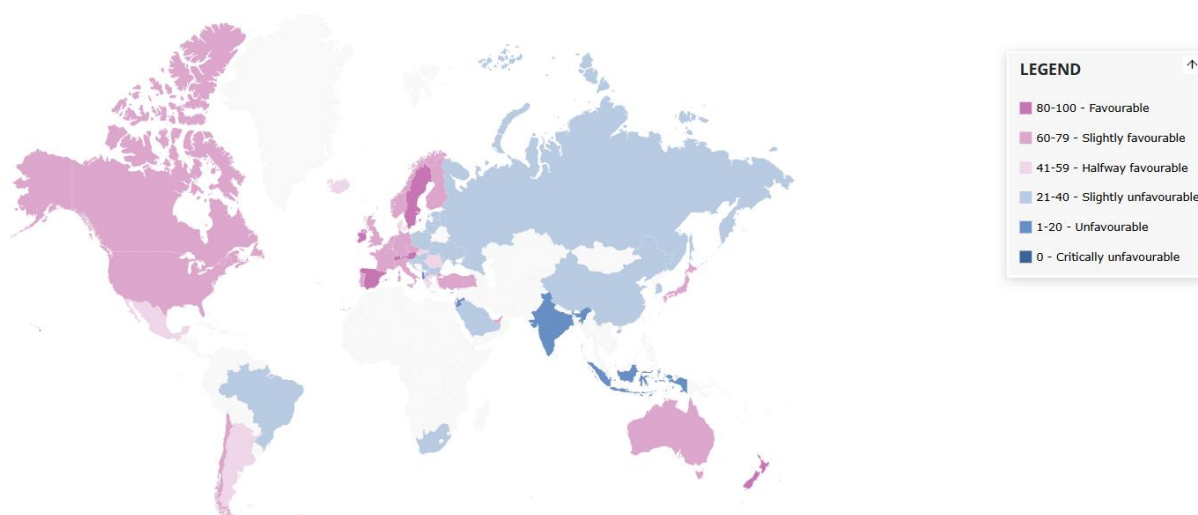
Permite-nos comparar as quatro dimensões, nos três países em análise: Polónia, Alemanha e Portugal.

O Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX) é um instrumento específico que permite medir a eficácia das políticas de integração de migrantes, transversal a todos os continentes, incluindo todos os Estados-Membros da EU, outros países europeus (Albânia,

Islândia, Macedónia do Norte, Moldávia, Noruega, Sérvia, Suíça, Reino Unido) a Rússia e Ucrânia, países asiáticos (China, Índia, Indonésia, Israel, Japão, Jordânia, Arábia Saudita, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos), países da América do Norte (Canadá, México e EUA), países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile), África do Sul e Austrália e Nova Zelândia na Oceânia.

Foi desenvolvido um conjunto de indicadores multidimensionais para aferir as oportunidades de participação dos migrantes na sociedade. O índice é uma ferramenta útil para avaliar e comparar o que os governos estão a fazer para promover a integração dos migrantes em todos os países analisados tendo resultado nos seguintes mapas:

Mapa n.º 1- Cuidados de Saúde (MIPEX)



Fonte: MIPEX, 2020

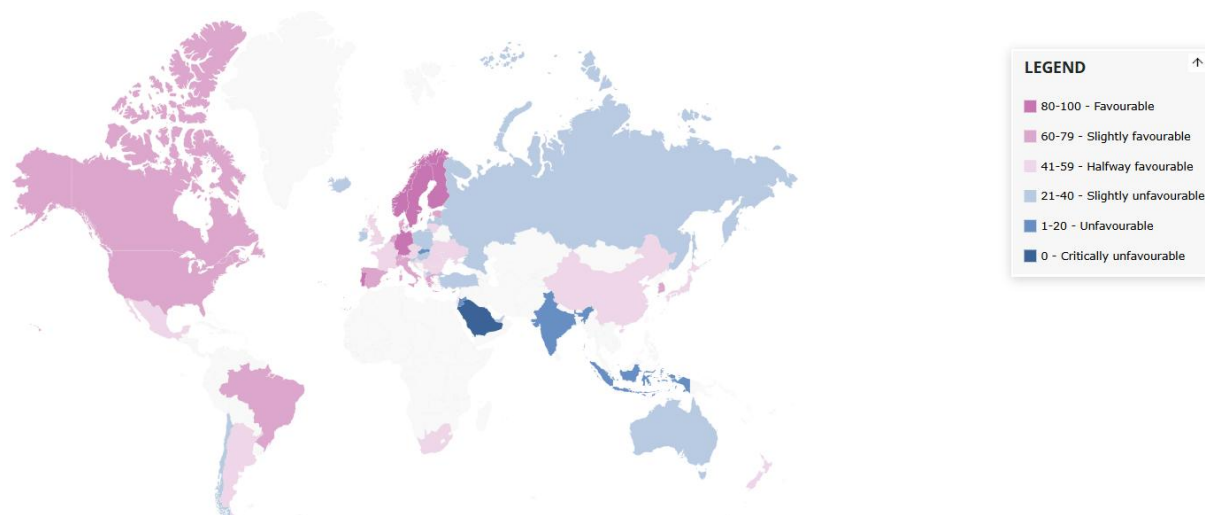
A inclusão dos migrantes no sistema de saúde dos países de destino é vista como uma componente essencial da sua integração. Os indicadores dizem respeito à cobertura dos cuidados de saúde e a capacidade de acesso aos serviços para os imigrantes

No extremo superior da escala do MIPEX, os sistemas de saúde são mais integradores nos países com um forte empenhamento na igualdade de direitos e oportunidades.

Portugal ocupa o 5.º lugar na UE, e o 17.º lugar a nível mundial nos cuidados de saúde prestados aos migrantes, com 65 pontos. Já a Alemanha ocupa o 7.º lugar na UE e 21.º no

mundo com 63 pontos, seguido da Polónia que ocupa o 24.º lugar na UE e 49.º no mundo com 27 pontos (MIPEX, 2020). No que se refere ao mercado de trabalho, podemos observar no mapa que se segue as assimetrias:

Mapa n.º 2 - Mercado de Trabalho

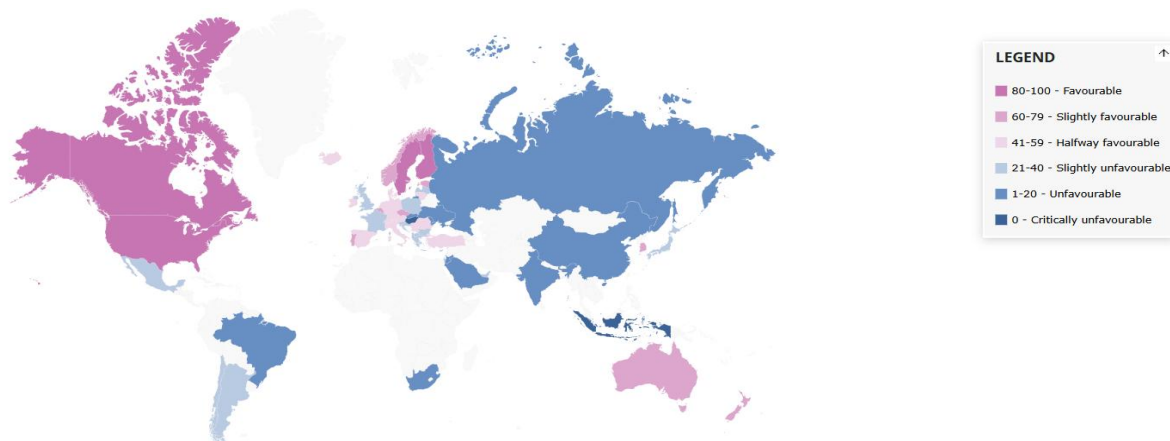


Fonte: MIPEX, 2020

As políticas de acesso ao mercado de trabalho são consideradas favoráveis à promoção da igualdade de emprego de qualidade a longo prazo tendo como o acesso ao mercado de trabalho, à formação profissional, e à segurança social.

Portugal ocupa a primeira posição ao nível europeu e mundial com 94 pontos, seguido da Alemanha que fica em 3.º lugar europeu e 5.º ao nível mundial com 81 pontos e por último a Polónia, que ocupa 25.º lugar na UE e o 44.º lugar a nível mundial com 24 pontos (MIPEX, 2020).

Mapa n.º 3 - Educação



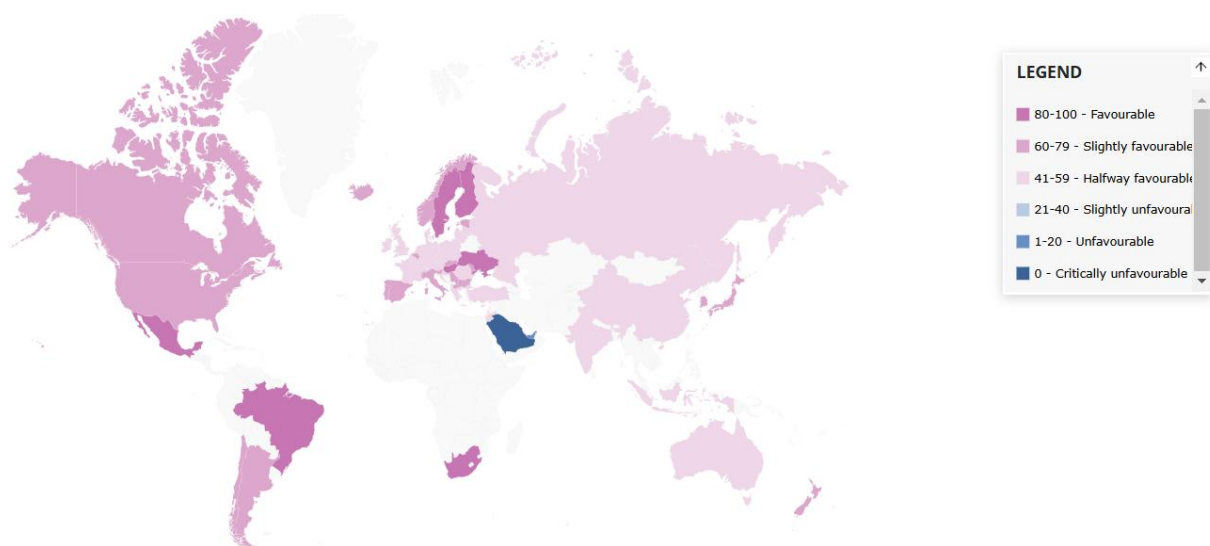
Fonte: MIPEX, 2020

A educação é por norma uma fragilidade nas políticas de integração da maioria dos países no sentido em que os sistemas de ensino são universais, pouco individualizados não focados no aluno migrante e no apoio para encontrar a escola ou a turma certa, ou para “recuperar o atraso” em relação aos seus pares e ultrapassar as barreiras culturais.

As políticas educativas são geralmente mais bem direccionadas nos países com um grande número de alunos imigrantes.

Sendo que Portugal ocupa o 3.º lugar ao nível da UE e 10.º ao nível mundial com 69 pontos, seguido da Alemanha com 55 pontos, ocupando o 8.º na Europa e o 15.º no mundo. A Polónia tem 33 pontos, ocupando 22.º lugar ao nível europeu e o 33.º no mundial (MIPEX, 2020).

Mapa n.º 4- Habitação



Fonte: MIPEX, 2020

A habitação é um passo fundamental no caminho para a cidadania plena e para melhores resultados de integração. A residência permanente é favorável à integração nos países do MIPEX. Portugal ocupa o 8.º lugar na UE e o 15.º ao nível mundial com 71 pontos, seguido da Alemanha que ocupa o 18.º na Europa e 33.º lugar no mundo com 54 pontos. Por fim a Polónia ocupa o 38.º lugar ao nível europeu o 39.º ao nível mundial com 50 pontos (MIPEX, 2020). A análise comparativa, coloca Portugal numa posição muito positiva a nível europeu e mundial, tendo o índice superior à Alemanha e Polónia em todas as dimensões.

2.3. Síntese crítica

Em suma, a revisão bibliográfica que permitiu enquadrar teoricamente o tema em estudo, permitiu em simultâneo identificar e articular de forma integrada os principais conceitos que estruturam a análise designadamente a crise migratória, o conceito de refugiado, o papel do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) e o processo de integração.

A revisão da literatura evidenciou ainda que os fluxos migratórios relacionados com os refugiados, devem ser enquadrados à luz de dinâmicas estruturais globais e de fatores contextuais muito específicos, sendo conjuntamente influenciados por dimensões políticas, económicas e sociais que modelam tanto as decisões individuais de migração como as respostas institucionais dos diferentes Estados, o que sugere que os modelos teóricos existentes não captam plenamente a complexidade destas dinâmicas, sendo necessário explorar novas dimensões.

Neste quadro, apesar da existência de um regime normativo comum ao nível da União Europeia, verificam-se diferenças significativas na forma como os Estados-Membros implementam e operacionalizam as políticas de acolhimento, o que inevitavelmente acentua as assimetrias na distribuição dos refugiados e nos resultados dos processos de integração, evidenciando limitações na eficácia da harmonização prevista pelo SECA. Estas assimetrias são influenciadas por fatores exógenos como os fatores geográficos ou os económicos, mas também diferentes níveis de capacidade institucional, visão política e envolvimento da comunidade, elementos que se revelam determinantes na eficácia das políticas públicas, de que são exemplo alguns países europeus que variaram a eficácia entre o acolhimento inicial e a integração a longo prazo.

A Polónia, distinguiu-se no acolhimento inicial e no volume dos acolhidos, devido à proximidade cultural e linguística promovendo a integração no mercado de trabalho imediata que facilitou a integração nas restantes dimensões. A Alemanha, por sua vez, é atualmente o país com o maior número de refugiados (1,1 milhão até junho de 2025), tendo investido em políticas de apoio social significativo, apoio no acesso à habitação e oportunidade de integração no sistema de ensino e evidenciou grande capacidade de integração a longo prazo. Portugal, destacou-se, pela capacidade de acolhimento e solidariedade das instituições e comunidade, tendo o governo facilitado a integração através de plataformas

“SEFforUkraine”, muito assente no acesso ao mercado de trabalho. (Consilium.europa.eu, 2026)

Na realidade, não se podem generalizar procedimentos, e formas de acolhimento, dado que apesar de leis comuns, existe um peso significativo das medidas internas de acolhimento de cada país, que determina o grau de integração e sucesso no acolhimento, também ele condicionado pela expectativa e grau de abertura do próprio refugiado.

Por outro lado, a análise do conceito de integração permitiu evidenciar a sua natureza multidimensional, dinâmica e não linear, dependente da articulação entre diversas dimensões estruturais — nomeadamente o acesso ao mercado de trabalho, à educação, à habitação, aos cuidados de saúde e à aprendizagem da língua — bem como da interação contínua entre os refugiados e a comunidade local que os acolhe. Neste sentido, a integração não deve ser compreendida como um resultado direto das políticas implementadas, mas antes lida como um processo complexo, influenciado por múltiplos fatores e atores, reforçando a necessidade de abordagens teóricas mais integradas e que tenham em conta o contexto real das situações.

Conclui-se então que os contributos teóricos analisados sustentam a definição das variáveis do estudo e a formulação das hipóteses de investigação, permitindo enquadrar de forma crítica a análise empírica do caso português, dentro do contexto europeu, contribuindo para uma leitura mais contextualizada das políticas de acolhimento.

Ao evidenciar, por vezes, as antíteses entre a uniformização normativa e diversidade de políticas nacionais, o enquadramento teórico reforçou a relevância da presente investigação, ao procurar avaliar em que medida as políticas de acolhimento em Portugal são eficazes na promoção da integração dos refugiados ucranianos e de que forma se posicionam face a outras realidades europeias.

CAPÍTULO 3

3.1. Metodologia

“A metodologia será, assim, a organização crítica das práticas de investigação” (Almeida e Pinto, 1989, p. 84).

Sistematizar as premissas metodológicas promoveu a reflexão crítica sobre as nossas práticas de investigação: quais os métodos e as técnicas a usar, qual a sua eficácia, riscos e limitações. Como interrogar a realidade e recolher as informações que irão testar as hipóteses de investigação? A metodologia fornece os instrumentos necessários: os métodos e as técnicas, permitindo uma abordagem ajustada à complexidade do objeto de estudo.

A implementação do estudo exige optar entre vários instrumentos. Esta opção, por sua vez, tem por base o tema e os pressupostos teóricos da investigação.

Antes de mais, será necessário sublinhar um aspeto que é o fator determinante da opção metodológica: devido à natureza do tema e perante uma multiplicidade de opções, foi selecionada uma comunidade de refugiados, especificamente, a comunidade ucraniana, por três razões: ter dimensão significativa para aplicação do estudo, estar organizada de forma a ser acessível o contacto com os refugiados, ser o fenómeno mais recente de fluxo migratório.

Em primeiro lugar, e decorrente do enunciado, logo à partida, o objeto empírico de estudo constitui um “estudo de caso” ou um estudo intensivo. Queremos com isto dizer, que os resultados obtidos dizem respeito apenas à experiência de integração desta comunidade, não existe qualquer tipo de pretensão de generalizar os resultados à integração de outras comunidades de refugiados.

Na realidade e de acordo com o apontado por Yin (1988), o estudo de caso é indicado para as situações em que se investiga um fenómeno atual no contexto real, e são utilizadas muitas fontes de dados (Carmo e Ferreira, 2008, p. 234).

Também, Merriam (1998) aponta que o estudo de caso é uma técnica adequada pelas suas características. É particular, isto é, focaliza-se numa determinada situação, é descritivo, dado que o produto final será uma descrição “rica do fenómeno em estudo, é heurístico no sentido

em que aumenta a compreensão do fenómeno que está em estudo e holístico, porque analisa a realidade na sua globalidade (Carmo e Ferreira, 2008, p. 235).

A análise intensiva, para Greenwood, consiste num exame intensivo tanto em amplitude como em profundidade, utilizando todas as técnicas disponíveis seja a unidade de observação, um acontecimento, grupo ou instituição. (Lima, 1995, p. 15).

Em segundo lugar, combatemos aqui o “**unitarismo metodológico**” “proposto pelo paradigma positivista que dominou as ciências sociais durante muitos anos procurando fazer um cruzamento entre diferentes métodos e técnicas dentro da profundidade que um estudo de caso exige, na senda de Costa (1997), considerando que “um processo de estudo de caso intensivo não se pode socorrer duma técnica, mas de uma pluralidade delas, acionadas alternada ou simultaneamente pelo investigador” (p. 140).

Desta forma, serão utilizadas estratégias múltiplas de investigação no terreno (Burguess, 1997) tais como, (1) pesquisa documental recorrendo a fontes primárias como a legislação e os quadros normativos europeus e fontes secundárias, como os relatórios, comunicações da UE, dados estatísticos do Eurostat e documentos das Agências europeias, (2) entrevista semiestruturadas aos principais interlocutores e técnicos com o objetivo de recolher informação para a sistematização de dados que estará na base da elaboração do (3) Inquérito por Questionário, instrumento que tem como objetivo a recolha de informação direta na comunidade refugiada ucraniana em Portugal. A riqueza do uso de estratégias devido aos vários pressupostos teóricos e à natureza da população em estudo.

Em terceiro lugar, apesar de em termos epistemológicos, existir um confronto entre a abordagem qualitativa e a abordagem quantitativa que se tornou uma linha divisória em termos de práticas de investigação e opções metodológicas, procuramos cruzar técnicas de natureza qualitativa – que se mostram pertinentes porque o interesse da investigação centra-se no modo pelo qual diferentes pessoas interpretam e estruturam a sua vida – e técnicas de natureza quantitativa necessárias para descobrir algumas *regularidades sociais*, inerentes ao próprio objeto de estudo.

Estas técnicas “são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela atividade de pesquisa” (Almeida e Madureira, 1991, p. 78). O uso conjunto destas técnicas permitirá não só verificar a veracidade das hipóteses como apontar para possíveis alterações nas medidas

de acolhimento que as tornem mais eficazes, tendo como dimensões de análise a integração ao nível da habitação, no mercado de trabalho, da aprendizagem da língua portuguesa, educação, saúde e integração social.

3.2. O Estudo de Caso

3.2.1- A Instituição – Junta de Freguesia de Benfica

O Bairro de Benfica é uma freguesia urbana que se situa na coroa norte da cidade de Lisboa, abrangendo uma área de 8,03 km², onde residem 35 367 habitantes, distribuídos por 2 493 edifícios com uma densidade populacional de 4 406,6 habitantes por km².

Situa-se na fronteira com os concelhos da Amadora e Odivelas, confluindo com 13 freguesias que abrangem 300 000 habitantes, sendo a porta norte de entrada na cidade de Lisboa através de uma rede de interface de comboio, metro e Carris (autocarros).

A Junta de Freguesia de Benfica, doravante designada por JFB, é uma autarquia local, sendo da sua competência a gestão do território nos domínios dos espaços verdes, higiene urbana, gestão e preservação de equipamentos, atividades culturais, desportivas, educacionais e sociais.

A JFB presta um serviço público diário aos mais de 35 000 habitantes, aos 2 800 trabalhadores dos 750 estabelecimentos comerciais e das 1 500 empresas sediadas em Benfica, os 4 000 estudantes do ensino pré-escolar ao secundário, os 3 500 estudantes do ensino superior, os mais de 300 docentes dos diferentes graus de ensino.

É uma Junta vocacionada para a proximidade, o contacto direto e regular com os moradores e utilizados da freguesia, garantidos pelos mais de 400 colaboradores que operacionalizam diariamente os inúmeros serviços disponíveis, como a gestão dos complexos desportivos com piscinas, ringue e ginásios e atividades desportivas na comunidade (2 800 utentes), o centro clínico com diversas especialidades médicas (6 000 utentes), o mercado de Benfica (100 bancas de produtos frescos e alimentares com 3 000 utentes diários), no domínio da educação a implementação das AAAF/componentes de apoio à família, nas escolas do jardim-de-infância e do 1.º Ciclo, com 1 200 alunos e a gestão dos refeitórios escolares que servem 2 000 refeições diárias. A Junta de Freguesia de Benfica articula ainda com o ensino

superior público e privado na implementação de diversos projetos, incluindo ainda a realização de mais de 400 estágios académicos nas áreas comunicação, serviço social, psicologia, educação, administrativa, entre tantas outras.

A sua intervenção ao nível da economia local estende-se à área do comércio, através de inúmeras iniciativas de apoio aos 750 estabelecimentos comerciais, apoiadas pela formação através de um Centro Qualifica que valida competências escolares, tendo já 940 pessoas encaminhadas para respostas qualificantes e de um centro de formação profissional-*FormUp!*, com 2 600 formandos que tiveram uma empregabilidade de 70%.

A Junta faz a gestão do plano de desenvolvimento local com base num modelo de cogovernança formalmente protocolado com o associativismo local, que permite ter uma rede de resposta direta eficaz, sendo composto por mais de 60 associações desportivas, culturais, sociais, escolares, associações de moradores, de pais, de jovens que diariamente constroem a vida do bairro.

Também no domínio social, a entidade promotora tem sob a sua responsabilidade inúmeros equipamentos e projetos como balneário público, lavandaria comunitária, banco alimentar, gabinete de psicologia, atendimento social, projeto de promoção de igualdade de género e combate à violência doméstica, plataforma de emergência social de apoio às famílias vulneráveis (mais de 3 000 famílias), *call center* de apoio aos idosos (8 000 utentes), agenda cultural sénior, programa de estimulação cognitiva dos seniores, programa de envelhecimento ativo e saudável e os programas de Habitação a Renda Acessível.

Não obstante da sua dimensão, a freguesia tem como mote *Bairro de Benfica*. Em Benfica, na última década foram criadas as condições para uma vida de bairro, em que se tem tudo disponível em 5 minutos - transportes, serviços, equipamentos de saúde e cultura, espaços de lazer, entre outros elementos, ao que acresce uma forte rede de vizinhança, proximidade e cuidado do próximo. Neste conceito de bairro, criaram-se dinâmicas locais dinamizadas pela junta com as associações de moradores (estão divididas por zonas) e pelo tecido associativo local e que tornam o bairro de Benfica num território inclusivo e com uma estrutura de acolhimento eficaz aos novos moradores regulares ou temporários, oferecendo uma rede de suporte em termos de acompanhamento e de serviços importante para os jovens que estão deslocados da sua zona de origem nacionais e estrangeiros.

3.2.2- O programa PAR- Programa de Apoio aos Refugiados

Em março de 2022, juntando-se aos inúmeros exemplos de solidariedade, em articulação com a Paróquia Nossa Senhora do Amparo e com a Associação dos Ucrânianos em Portugal, deslocou-se até à fronteira da Ucrânia numa missão humanitária, com o objetivo de resgatar 70 refugiados em articulação com a Câmara Municipal de Lviv. Destes, 25 foram acolhidos pelo Município de Proença-a-Nova e 55 foram acolhidos na freguesia de Benfica.

Foi durante a viagem de resgate que, em menos de uma semana, foi criado o PAR- Programa de Acolhimento a Refugiados pela Junta de freguesia de Benfica (JFB, 2022, NP), apenas possível pelo facto de a freguesia ser um bairro que se pauta pelos princípios da vizinhança e solidariedade entre os seus 36 000 moradores e o tecido associativo e comercial existente.

Os refugiados, provenientes de diferentes cidades, foram acolhidos em Lviv, não existindo conhecimento prévio entre si, nem laços familiares ou de amizade. O primeiro contacto, realizado na fronteira polaca, trouxe o primeiro grande desafio. Dos 70 refugiados apenas três conseguiam comunicar de forma incipiente em inglês, sendo que os restantes eram bilingues de duas línguas: o ucraniano e o russo. Foram as ferramentas digitais e o intérprete ucraniano que acompanhou que tornaram a comunicação possível, num contexto de grande temor, desconfiança e tensão. A maior parte dos refugiados nunca ouvira falar de Portugal, não sabia onde se localizava e apenas aceitou a ajuda por ser a única alternativa. Prontamente se instalou o tradutor nos equipamentos móveis, tornando assim o diálogo possível.

O segundo desafio foi indubitavelmente o assegurar o acolhimento habitacional, profissional e escolar de todos. Assim, o acolhimento fez-se em três etapas distintas, resultando do cruzamento de múltiplos intervenientes - *stakeholders*, instituições públicas e privadas, associativismo local, inúmeros anónimos que se tornaram em famílias de acolhimento.

A primeira etapa foi a designação de um “padrinho ou madrinha” de cada uma das famílias refugiadas, que acompanhou todas as etapas da integração da família durante 12 meses, sendo que esse elemento foi selecionado entre técnicos que os trouxeram da fronteira e acompanharam na viagem para Portugal. Elemento integrador por excelência, este “gestor de caso” teve um papel fundamental no acolhimento e na articulação com todos os intervenientes (escolas, trabalho, família de acolhimento, saúde, etc.).

A segunda etapa, foi a inclusão de cada família numa família de acolhimento que os acolheu em casa durante o período de 6 meses de modo que se pudessem autonomizar. Todos os 70 refugiados, quando chegaram a Portugal foram nesse primeiro dia acolhidos em casas, não tendo que passar por centros de acolhimento temporário, sendo que nas primeiras semanas os “padrinhos” monitorizaram diariamente o acolhimento juntamente com as famílias.

Antes de iniciarem a sua inserção escolar/laboral, durante a primeira semana, estruturou-se um programa cultural e educativo no qual lhes foi mostrada a freguesia, locais de interesse, os serviços, a cidade de Lisboa, o seu património, os seus hábitos, as redes de transportes, os jardins, locais de lazer, sendo que esta 1.^a semana se constituiu um elemento fundamental para a interação com outros ucranianos já integrados em Lisboa que os acolheram nas suas redes de sociabilidade.

A terceira etapa foi a integração no mercado de trabalho e na escola. No dia em que chegaram a Portugal, todos os refugiados adultos tinham já colocação no mercado de trabalho local, dado que durante os três dias de viagem, foram criados os currículos, verificadas as competências e em articulação com o comércio local e com o IEFP, garantiu-se que a sua integração no trabalho seria imediata.

Este aspeto foi crucial, dado que se ocuparam desde logo em exercer uma profissão de acordo com a sua experiência e em simultâneo desde o primeiro mês receberam salário, que lhes permitiu gerir as suas despesas e autonomizarem-se financeiramente.

Em simultâneo, todas as crianças foram integradas nas escolas públicas e privadas locais de acordo como seu grau de escolaridade, bem como nas atividades de ocupação de tempos livres da Junta de Freguesia de Benfica e dos seus complexos desportivos.

Em último lugar, elemento transversal a todas as etapas e porque não se faz integração sem o elemento mediador da língua, desde o dia da chegada que os adultos integraram cursos certificados de aprendizagem do português em módulos consecutivos de 50 horas, através do centro de formação *Formup* da Junta de Freguesia de Benfica, em articulação com o IEFP.

As crianças foram integradas na Escola de Português para Ucrânianos que tem a sua sede numa das escolas da freguesia, mantendo as suas tradições e sistema de ensino que conciliaram com a integração nas escolas portuguesas.

Neste momento, todos os adultos e crianças comunicam fluentemente em português, indicador da aptidão inata para aprendizagem das línguas e da eficácia dos programas de ensino e aprendizagem.

Este programa local valorizou ainda a vertente das tradições, cultura e diálogo intercultural, através de várias iniciativas de valorização da cultura ucraniana em épocas festivas como o Natal, passagem de ano, Páscoa entre outras.

Volvidos 4 anos, todas as famílias mantêm os seus empregos iniciais com contratos de trabalho, sendo importante sublinhar que algumas são professoras universitárias, contabilistas, entre outras profissões, já se tendo autonomizado das famílias de acolhimento, alugando as suas próprias casas juntando-se em núcleos familiares.

As crianças e jovens estão integrados nas escolas, havendo 3 que já transitaram para o ensino superior, estando integrados em atividades artísticas e desportivas locais.

O PAR foi complementar às medidas implementadas pelo governo de proteção temporária, ao nível da empregabilidade, ensino e saúde, constituindo-se como uma boa prática de diálogo intercultural, na qual o sentido de pertença a uma comunidade solidária foi fator preponderante para a integração.

A presente investigação propõe-se estudar, em profundidade esta comunidade e a sua integração nas dimensões em análise já especificadas.

Para uma melhor compreensão do Programa apresenta-se uma síntese no diagrama que segue, que revela a abordagem multinível do acolhimento dos refugiados, bem como a diversidade de serviços prestados.

Diagrama n.º 1 - PAR- Programa de Acolhimento a Refugiados



Fonte: Junta de Freguesia de Benfica, 2022

Capítulo 4. Análise e interpretação de dados

Este capítulo apresenta uma análise integrada dos dados recolhidos no âmbito do estudo sobre a integração dos refugiados ucranianos em Portugal. A análise está organizada por diferentes dimensões da integração, o que permite compreender de forma clara como as medidas de acolhimento são implementadas e vividas em cada um desses domínios, acrescentando evidência empírica relevante à reflexão teórica existente. Numa fase posterior, procede-se a uma avaliação global do processo de integração, articulando os resultados empíricos com o enquadramento teórico adotado, procurando dar resposta às hipóteses de investigação formuladas.

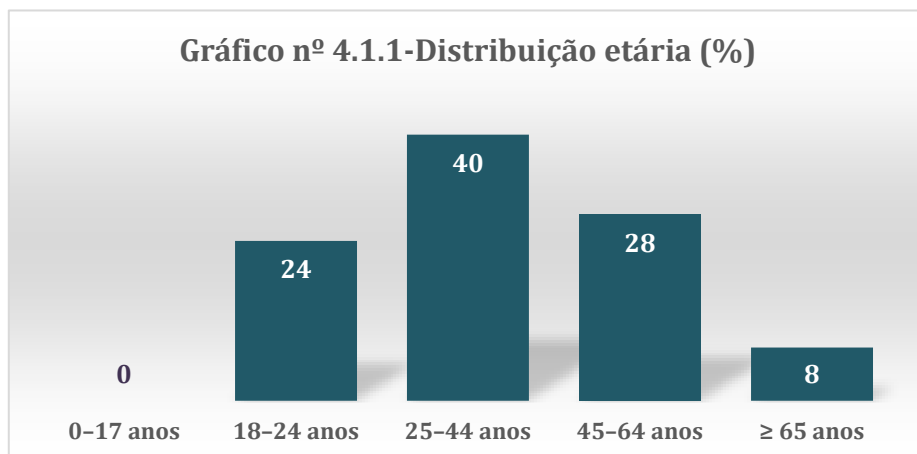
4.1– Caracterização sociodemográfica

A caracterização sociodemográfica dos participantes constitui um elemento fundamental para a contextualização dos resultados apresentados, permitindo compreender de que forma as condições individuais e familiares influenciam os percursos de integração dos refugiados ucranianos em Portugal. Para esse efeito, analisaram-se variáveis como o sexo, a idade, o nível de escolaridade, a composição do agregado familiar e o tempo de permanência no país, cujos dados se encontram sistematizados no Anexo I (Tabelas 1 a 5).

Em relação à distribuição por sexo, conforme apresentado na Tabela 1 (cf. Anexo I), a amostra é, maioritariamente, composta por indivíduos do sexo feminino (70%), enquanto os participantes do sexo masculino representam 30% do total. Esta predominância feminina reflete o perfil observado no acolhimento de refugiados ucranianos em vários países europeus, associado às dinâmicas do conflito armado e às restrições à mobilidade dos homens em idade ativa, sendo o maior número de deslocados mulheres com filhos.

No que respeita à distribuição etária, os dados apresentados na Tabela 2 (cf. Anexo I) evidenciam que a maioria dos inquiridos se concentra no grupo etário dos 25 aos 44 anos (40%), seguido do grupo dos 45 aos 64 anos (28%).

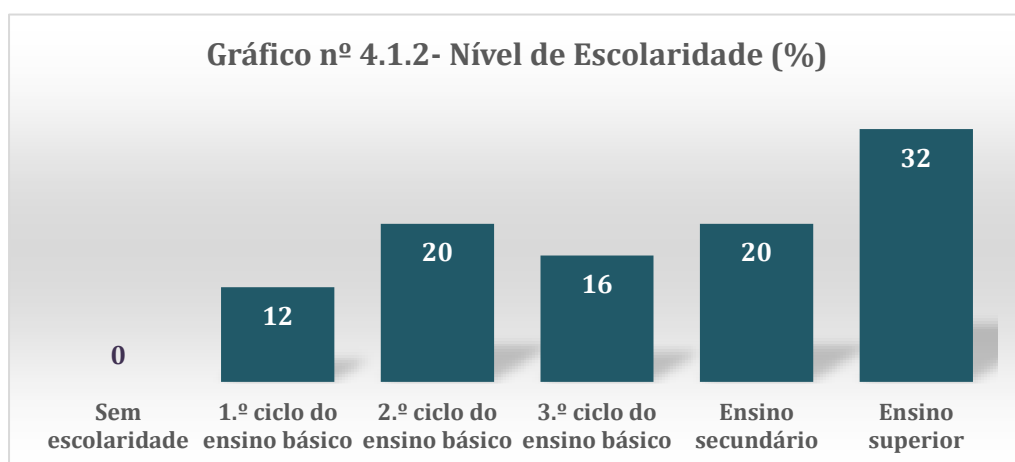
Podemos observar no Gráfico nº 4.1.1 que os indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos representam 24% da amostra, enquanto os participantes com 65 ou mais anos correspondem a 8%.



Estes resultados indicam que a amostra é predominantemente constituída por adultos em idade ativa, o que sugere um potencial significativo para a integração laboral e para a autonomia económica, ainda que condicionado por outros fatores estruturais.

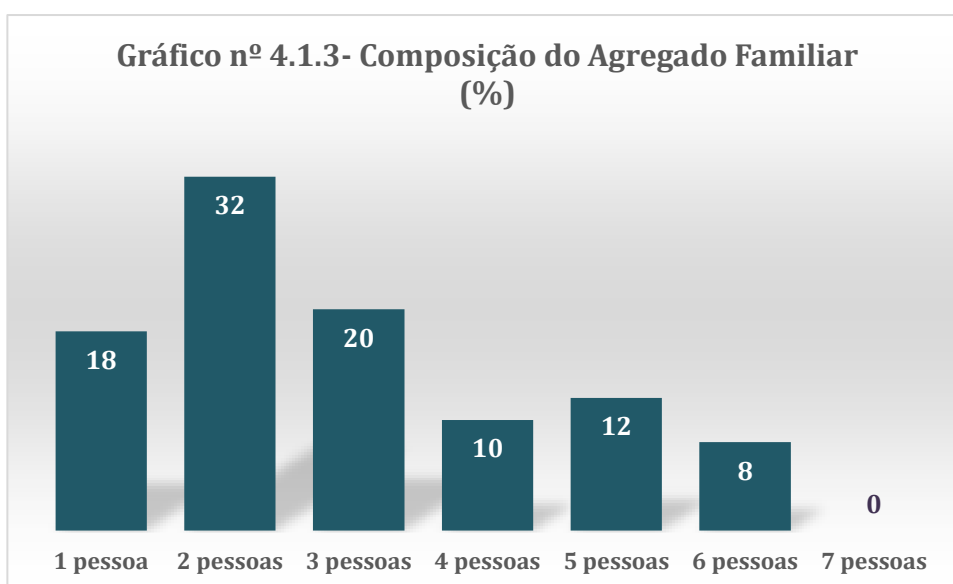
O resultado reflete ainda que se trata de indivíduos com grande capacidade de mobilidade no contexto de fuga e de guerra. Na realidade, os refugiados foram resgatados em Lviv, perto da fronteira com a Polónia, sendo que eram provenientes de diferentes regiões da Ucrânia, tendo atravessado diversas cidades em autocarros, a pé, muitas vezes sujeitos a bombardeamentos, pelo que só as camadas mais ativas e com maior facilidade de mobilidade conseguiram sair da Ucrânia.

Relativamente ao nível de escolaridade, a Tabela 3 (cf. Anexo I), podemos observar no Gráfico nº 4.1.2 uma diversidade significativa de percursos formativos.



A maioria dos inquiridos possui ensino superior (32%), seguindo-se os participantes com ensino secundário e com o 2.º ciclo do ensino básico, ambos com 20%. O 3.º ciclo do ensino básico corresponde a 16% dos participantes, enquanto 12% possuem apenas o 1.º ciclo. Estes dados evidenciam a existência de capital humano relevante entre os refugiados, embora a sua efetiva valorização no contexto português dependa de fatores como o reconhecimento de qualificações e o domínio da língua portuguesa, fator que se revela crucial para o trabalho. Os dados mostram também que o perfil dos refugiados corresponde aos níveis de escolaridade dos ucranianos, sendo por isso representativo, dado que segundo os dados do World Bank e OCDE (2026), a Ucrânia tem uma taxa de alfabetização perto dos 100% e do ensino superior entre 30%-50%. Este capital de nível de escolaridade revela em grande medida a predisposição para a aprendizagem da língua portuguesa, fator potenciador da integração.

No que se refere à composição do agregado familiar, os resultados apresentados na Tabela 4 (cf. Anexo I) e observados no Gráfico nº 4.1.3, indicam que a maioria dos participantes vive em agregados constituídos por duas pessoas (32%).



Os agregados com três pessoas representam 20% da amostra, enquanto os agregados unipessoais correspondem a 18%. Os agregados com quatro ou mais pessoas apresentam uma expressão menos significativa, destacando-se os agregados com cinco pessoas (12%) e com seis pessoas (8%). Esta distribuição sugere a presença de agregados familiares de pequena dimensão, incluindo um número relevante de famílias monoparentais ou núcleos

familiares reduzidos, o que pode influenciar tanto o acesso a apoios sociais como as estratégias de integração adotadas.

Os dados refletem ainda o facto de a amostra inquirida residir em Benfica, dentro da cidade de Lisboa, um meio urbano com difícil acesso à habitação de grande dimensão. Revela que as famílias acolhidas em Portugal, com agregados de maior dimensão escolheram viver nos concelhos interiores do país e nas zonas limítrofes das metrópoles dado ser mais fácil encontrar habitação com tipologia adequada à dimensão da família, fator agravado pelo facto dos agregados familiares, na sua maioria mães com filhos, terem de partilhar a habitação em regime de coabitação com outras mães com filhos.

Por fim, no que respeita ao tempo de permanência em Portugal, a Tabela 5 (cf. Anexo I) revela que a esmagadora maioria dos inquiridos reside no país há um período compreendido entre um e três anos (94%). Apenas 6% dos participantes indicaram residir em Portugal há mais de três anos.

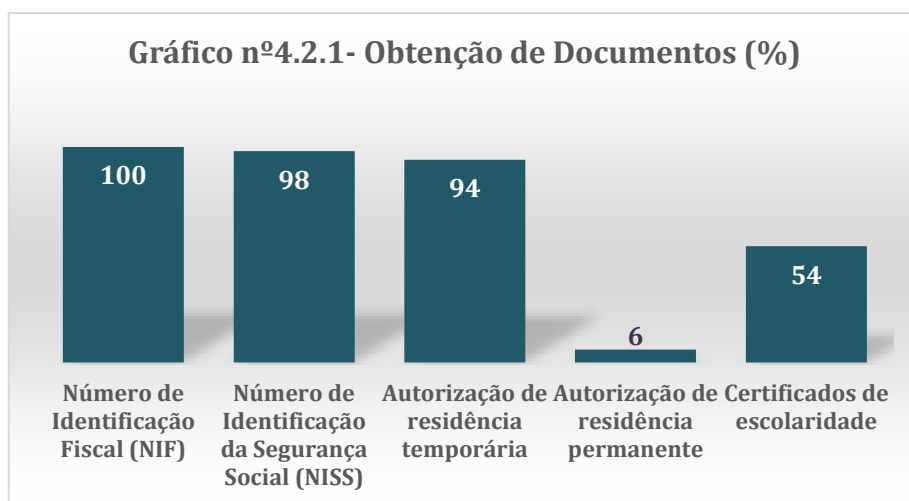
Este resultado é particularmente relevante para a interpretação dos dados relativos às restantes dimensões da integração, na medida em que reflete a natureza recente do processo migratório e ajuda a contextualizar dificuldades identificadas em áreas como a aprendizagem da língua portuguesa, a integração profissional e a estabilidade habitacional.

Em síntese, a amostra caracteriza-se por uma predominância feminina, com concentração em idades adultas ativas e por níveis de escolaridade elevados, ainda que heterogêneos. A maioria dos participantes integra agregados familiares de pequena dimensão e apresenta um tempo de permanência relativamente recente em Portugal. Estas características evidenciam um potencial significativo para a integração, mas também ajudam a explicar algumas das dificuldades observadas ao longo do estudo, sublinhando a importância de considerar o contexto sociodemográfico na análise das diferentes dimensões da integração dos refugiados ucranianos.

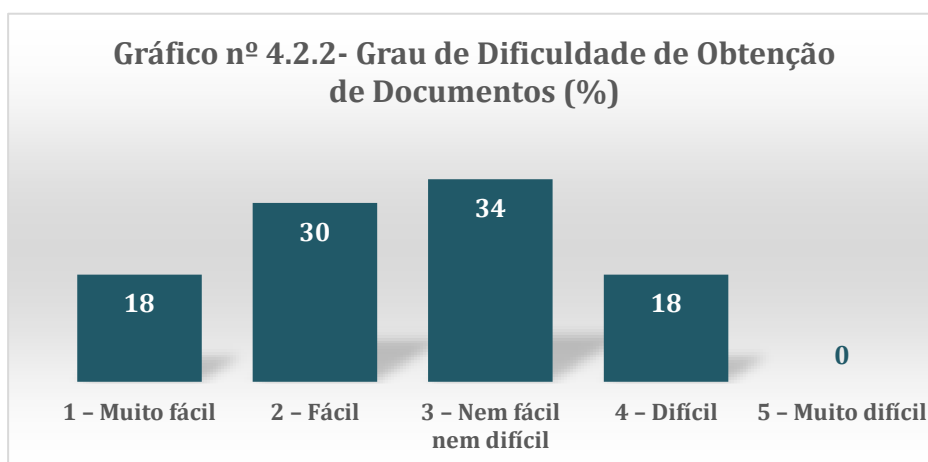
4.2 – Documentação

A análise da dimensão da documentação evidencia elevados níveis de eficácia das medidas de acolhimento em Portugal no que respeita à regularização administrativa dos refugiados

ucranianos. A quase totalidade dos inquiridos possui estatuto de refugiado (98%), sendo residual a percentagem abrangida por proteção subsidiária (2%), não se registando outros enquadramentos legais (cf. Tabela 6, Anexo II). Relativamente à obtenção de documentos essenciais, no Gráfico nº 4.2.1, verifica-se um acesso praticamente universal ao Número de Identificação Fiscal (100%) e ao Número de Identificação da Segurança Social (98%).



A autorização de residência temporária foi obtida por 94% dos inquiridos, enquanto apenas 6% detêm autorização permanente, o que se justifica pela natureza recente da permanência em Portugal. A obtenção de certificados de escolaridade foi assinalada por 54% dos participantes, indicando constrangimentos no reconhecimento de qualificações académicas (cf. Tabela 7, Anexo II). No que respeita à perceção do grau de dificuldade na obtenção da documentação, 48% dos inquiridos classificam o processo como fácil ou muito fácil, 34% como neutro e 18% como difícil, não se registando avaliações de muita dificuldade (cf. Tabela 8, Anexo II). A média obtida (2,52) indica uma perceção globalmente positiva.



Esta avaliação é reforçada pelos níveis de satisfação com o processo de documentação, com 52% dos inquiridos satisfeitos ou muito satisfeitos, 42% a adotar uma posição neutra e apenas 6% a expressar insatisfação (cf. Tabela 9, Anexo II).

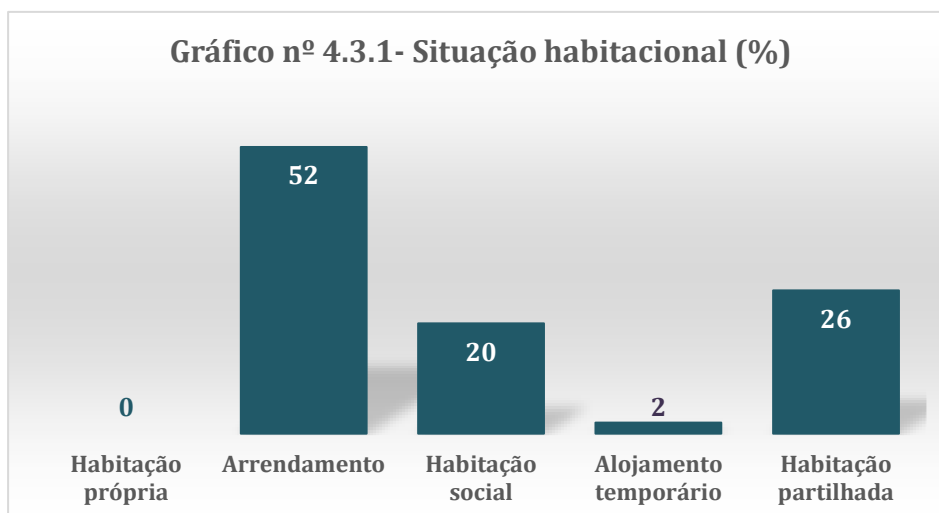
A obtenção de documentação de forma célere foi essencial para o acesso, sobretudo, ao mercado de trabalho e contratos de trabalho, bem como o acesso à saúde. Um dos constrangimentos para os migrantes é o tempo que demora a obtenção do NIF e do NISS que compromete os timings de inserção no emprego visto ser dois documentos obrigatórios para a celebração de contratos de trabalho. O acesso rápido a estes dois números, permitiu uma integração efetiva no mercado de trabalho português.

De forma global, os resultados demonstram a eficácia das políticas de documentação, assegurando regularização administrativa célere e abrangente, embora persistam desafios operacionais no reconhecimento de qualificações académicas, o que demonstra que a integração administrativa não se traduz necessariamente em integração estrutural caso as múltiplas dimensões sejam resolvidas em simultâneo.

4.3 – Habitação

A análise da dimensão da habitação revela um dos domínios mais sensíveis do processo de integração dos refugiados ucranianos em Portugal, caracterizado por uma articulação entre respostas institucionais eficazes no curto prazo e fragilidades estruturais na estabilização habitacional a médio e longo prazo, revelando que a integração não pode ser entendida como um processo linear ou uniforme. A habitação surge, assim, como uma dimensão central para a segurança, o bem-estar e a autonomia dos refugiados.

No que respeita à situação habitacional atual, os dados evidenciam uma forte dependência do mercado de arrendamento e de soluções apoiadas. Conforme apresentado na Tabela 10 (cf. Anexo III), e observando o Gráfico nº 4.3.1, 52% dos inquiridos residem em habitação arrendada, 26% em habitação partilhada e 20% em habitação social, enquanto 2% se encontram em alojamento temporário.

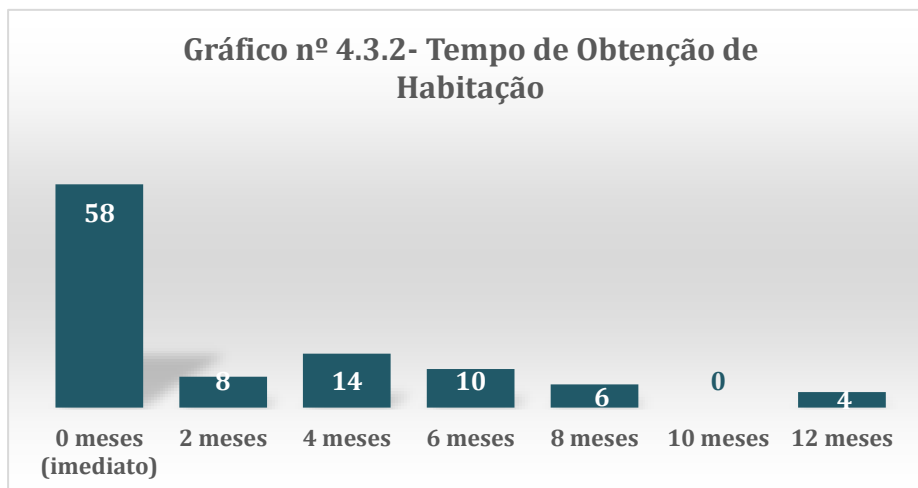


Esta distribuição reflete, por um lado, a natureza recente da permanência em Portugal e, por outro, a vulnerabilidade económica associada à condição de refugiado. A inexistência de habitação própria evidencia que a integração habitacional se encontra ainda numa fase inicial, fortemente condicionada pelas condições do mercado de habitação português e pela necessidade de apoio institucional. A expressão significativa da habitação partilhada sugere igualmente estratégias de adaptação e contenção de custos, muitas vezes associadas à ausência de alternativas acessíveis.

Relativamente ao custo mensal da habitação, os dados apresentados na Tabela 11 (cf. Anexo III) revelam uma marcada heterogeneidade nas condições económicas dos inquiridos. 32% dos refugiados não suportam qualquer encargo financeiro, situação associada, sobretudo, ao acesso a habitação social, alojamento apoiado ou partilhado.

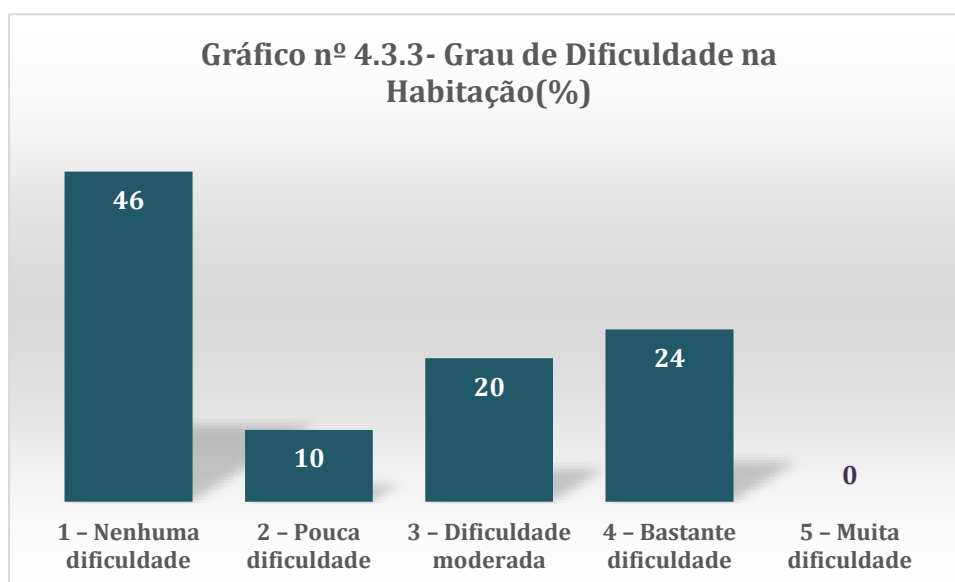
Em contraste, 18% dos inquiridos indicam pagar cerca de 1 000€ mensais, enquanto outros 18% suportam custos na ordem dos 200 €, 14% cerca de 400 € e 8% valores superiores a 1 000 €. Estes dados mostram desigualdades significativas no acesso ao mercado de arrendamento e colocam em evidência o peso da habitação como potencial fator de vulnerabilidade económica.

No que respeita ao tempo necessário para a obtenção de habitação, os resultados apresentados na Tabela 12 (cf. Anexo III) observáveis no gráfico nº 4.3.2, indicam que 58% dos inquiridos conseguiram alojamento de forma imediata, aquando da chegada ou num período muito curto após a entrada em Portugal.



Estes dados sugerem a existência de mecanismos eficazes de resposta de emergência, assegurados por entidades públicas, organizações da sociedade civil e redes de solidariedade. Contudo, 20% dos refugiados demoraram seis meses ou mais a encontrar uma solução habitacional, mostrando dificuldades na transição de soluções temporárias para habitação estável.

A análise da perceção do grau de dificuldade na obtenção de habitação, apresentada na Tabela 13 (cf. Anexo III) e observada no Gráfico nº 4.3.3, revela uma avaliação globalmente favorável, mas não homogénea.



Observa-se que 56% dos inquiridos referem não ter sentido qualquer dificuldade ou ter sentido pouca dificuldade, 20% classificam o processo como de dificuldade moderada e 24% reportam bastante dificuldade, não se registando situações de muita dificuldade. A média

obtida (2,22) situa-se abaixo do ponto intermédio da escala, indicando uma percepção globalmente positiva, ainda que marcada por experiências diferenciadas.

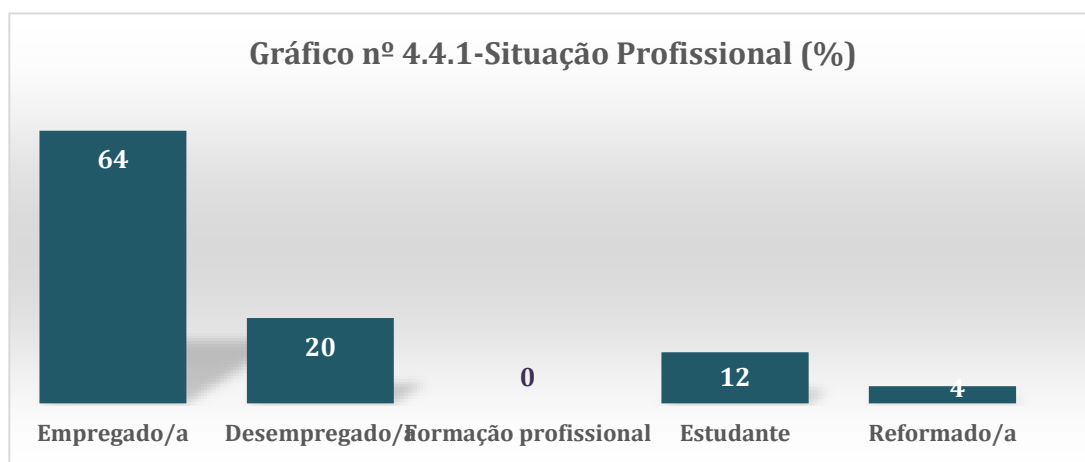
Esta leitura é complementada pela avaliação do grau de satisfação com o acesso à habitação, apresentada na Tabela 14 (cf. Anexo III) em que 62% dos inquiridos manifestam-se satisfeitos ou muito satisfeitos, 20% adotam uma posição neutra e 18% expressam insatisfação. A média de satisfação (3,72) confirma uma avaliação globalmente positiva, que deve ser interpretada à luz da comparação com a situação vivida no país de origem e com a segurança proporcionada pela obtenção de uma solução habitacional, ainda que precária, longe do conflito armado.

De forma integrada, os resultados desta dimensão evidenciam que as políticas de acolhimento foram eficazes na resposta imediata às necessidades habitacionais dos refugiados ucranianos, assegurando acesso rápido ao alojamento para a maioria da amostra. Contudo, persistem fragilidades significativas associadas à estabilidade das soluções encontradas, aos elevados custos do mercado de arrendamento e à dependência de apoios institucionais, o que condiciona a autonomia habitacional a médio e longo prazo. A integração na habitação revela-se eficaz na resposta de emergência (58% com acesso imediato), mas limitada na consolidação de soluções habitacionais estáveis, marcada pela ausência de habitação própria (0%), pela dependência de arrendamento e apoio institucional (78%) e pelos elevados custos suportados por uma parte significativa da amostra, permitindo classificar esta dimensão como parcialmente eficaz, distinguindo entre resposta imediata e integração sustentável no tempo. A médio prazo, o processo de autonomização da habitação face aos apoios institucionais iniciais (subsídios de arrendamento, Fundo de Emergência Social, renda apoiada, entre outros.) só foi possível pela partilha de arrendamento entre diferentes agregados familiares, sendo a alternativa possível, mas não a desejada.

4.4 – Emprego

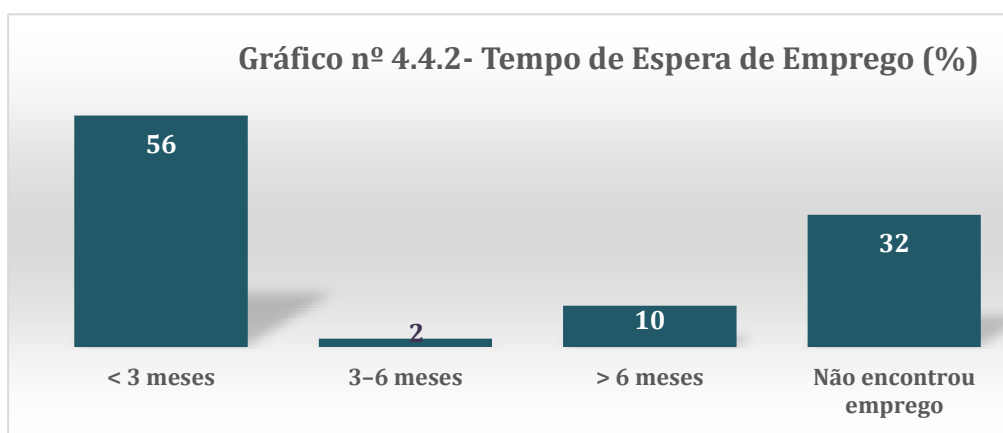
A análise da dimensão do emprego demonstra uma integração relativamente eficaz dos refugiados ucranianos no mercado de trabalho português, sobretudo no que respeita ao acesso inicial ao emprego. Conforme demonstrado pelos dados relativos à situação laboral (cf. Tabela 15, Anexo IV), podemos observar no Gráfico nº 4.4.1 que 64% dos inquiridos

encontram-se atualmente empregados, enquanto 36% se encontram desempregados ou fora do mercado de trabalho.



Este resultado indica que a maioria da amostra conseguiu aceder ao mercado de trabalho, fator central para a autonomia económica e para a perceção positiva da integração, valor influenciado pelos 12% que estão a estudar.

No que respeita ao tempo de espera de acesso ao emprego, no Gráfico nº 4.4.2 verificamos que 56% dos refugiados empregados esperaram menos de 3 meses e apenas 10% demorou mais de 6 meses (cf. Tabela 16, Anexo IV).



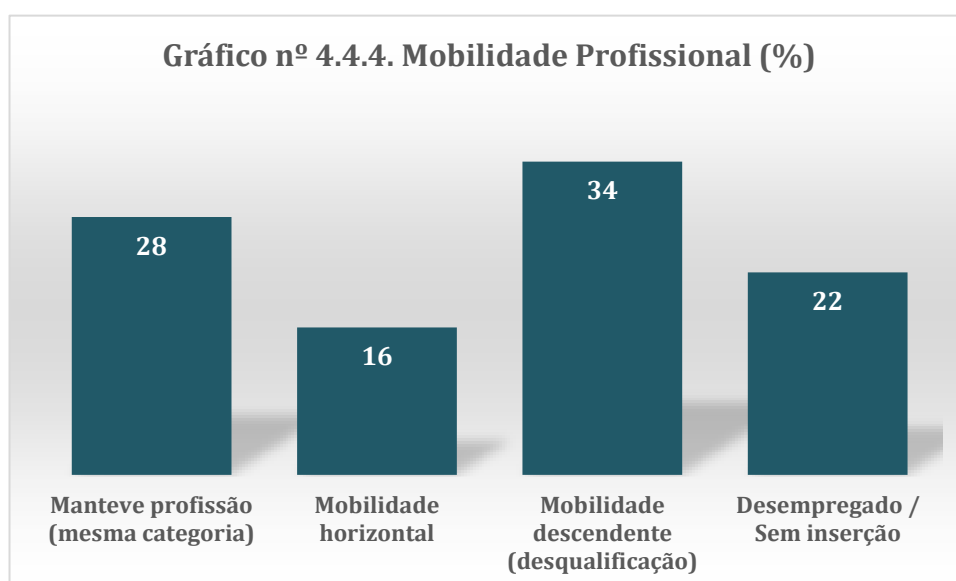
Esta inserção no mercado de trabalho ocorre maioritariamente em setores caracterizados por elevada procura de mão de obra e menor exigência de qualificações formais. Não obstante 32% não encontrou emprego, sendo que destes 12% são estudantes que não iniciaram vida ativa, revelador da capacidade de adaptação do povo ucraniano a trabalhos menos qualificados, garantindo acima de tudo a sua subsistência. A análise das profissões atualmente exercidas em Portugal evidencia uma forte concentração em atividades de baixa ou média qualificação. Conforme indicado na Tabela 19 (cf. Anexo IV) e evidenciado no

Gráfico nº 4.4.3, 28% dos inquiridos trabalham em serviços de limpeza e manutenção, 22% na restauração e hotelaria, 18% na indústria e logística e 16% em trabalhos indiferenciados ou operacionais.



As restantes profissões distribuem-se por áreas como comércio, cuidados pessoais e outros serviços, pouco expressivas. Estes dados são consonantes com o número significativo de refugiados com baixos rendimentos, sendo que 50% dos inquiridos recebem valor igual ou inferior ao salário mínimo nacional (cf. Tabela 17, Anexo IV).

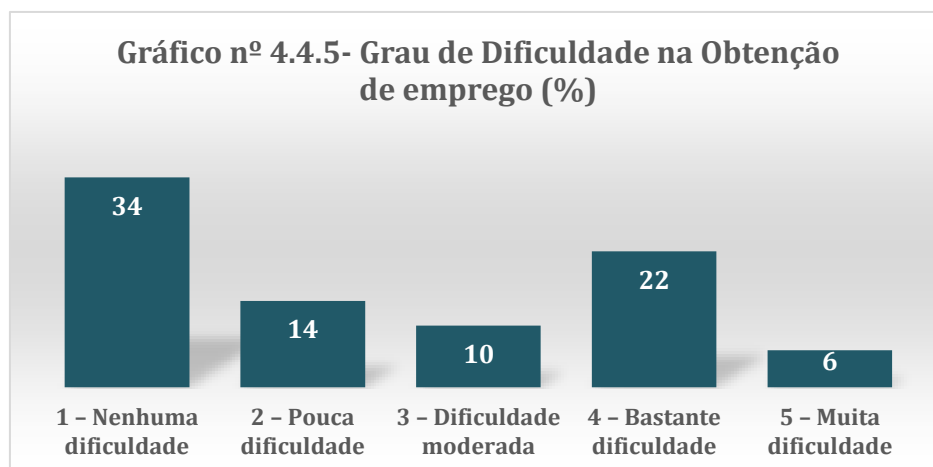
Quando comparadas com as profissões exercidas antes da chegada a Portugal, emergem diferenças significativas. De acordo com os dados apresentados na Tabela 18 (cf. Anexo IV), uma parte substancial dos refugiados exercia anteriormente profissões qualificadas ou semiqualiificadas, nomeadamente nas áreas da educação, saúde, engenharia, administração, serviços técnicos e comércio especializado, que podem ser analisadas no Gráfico nº 4.4.4:



Em termos globais, cerca de 62% dos inquiridos exercia na Ucrânia profissões compatíveis com níveis médios ou elevados de qualificação, observável no Gráfico nº 4.4.4, contrastando com a predominância atual de funções operacionais em Portugal.

Esta comparação evidencia um fenómeno claro de mobilidade profissional descendente, característico de processos de migração forçada. Apesar de muitos refugiados possuírem qualificações académicas e experiência profissional relevantes, a sua inserção no mercado de trabalho português ocorre, maioritariamente, em profissões abaixo do seu perfil profissional, refletindo constrangimentos associados ao reconhecimento de qualificações, nomeadamente as relacionadas com o acesso às Ordens profissionais em Portugal, impeditivo do exercício da profissão, às barreiras linguísticas e à necessidade de obtenção rápida de rendimento.

Relativamente à perceção do grau de dificuldade no acesso ao emprego, os resultados apresentados na Tabela 21 (cf. Anexo IV) indicam uma avaliação globalmente moderada. 48% dos inquiridos classificam o acesso ao emprego como fácil ou muito fácil, 30% como nem fácil nem difícil e 22% como difícil, como podemos observar no Gráfico nº 4.4.5, sendo as principais dificuldades associadas à barreira linguística, ao reconhecimento de qualificações e à ausência de experiência profissional em Portugal.



Os inquiridos identificaram as dificuldades que encontram no processo de inclusão no mercado de trabalho, atribuindo à barreira linguística, à valorização das suas qualificações e ao facto de não terem experiência profissional em Portugal. No que toca ao grau de satisfação com a situação profissional, os dados revelam uma avaliação positiva. De acordo com a Tabela 22 (cf. Anexo IV), 52% dos inquiridos declaram-se satisfeitos ou muito satisfeitos,

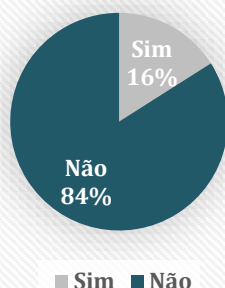
28% adotam uma posição neutra e 20% manifestam insatisfação relativamente à sua situação profissional atual. Apesar de, sem dúvida, a maioria dar valor à autonomia financeira, persistem sentimentos de frustração, relacionados sobretudo com a perda do estatuto profissional e à insuficiente valorização da experiência e qualificação profissional trazida da Ucrânia.

Em suma, os resultados sugerem que a integração no emprego se revela eficaz no acesso inicial ao mercado de trabalho, mas limitada no que respeita à qualidade da integração profissional. A comparação entre as profissões exercidas antes e após o processo migratório, é disso demonstrativa visto que evidencia desqualificação profissional significativa, reforçando o alerta para a importância de políticas públicas orientadas para o reconhecimento e desenvolvimento de competências, nomeadamente as linguísticas bem como da progressão nas carreiras, sugerindo que a integração laboral não garante, por si só, uma integração plena. É necessário dar passos no sentido de garantir o acesso às profissões e qualificações de origem. Embora 64% dos inquiridos se encontrem empregados, a integração no mercado de trabalho é marcada por uma mobilidade profissional descendente com grande expressão: sendo que 62% exerciam anteriormente profissões qualificadas, enquanto mais de metade se encontra atualmente inserida em funções de natureza operacional.

4.5 – Educação

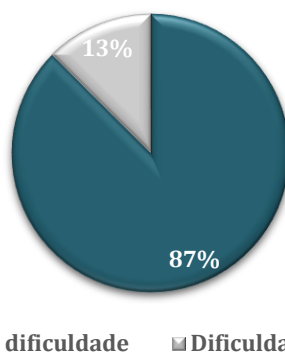
A análise da dimensão da educação permite compreender o acesso dos refugiados ucranianos ao sistema educativo português e o contributo desta dimensão para o seu processo de integração. Os resultados apontam para uma participação reduzida no ensino formal nos adultos, refletindo prioridades distintas no contexto da migração forçada, resultado influenciado pelo número reduzido de jovens que acompanharam as suas mães, tendo de ficar no contexto de guerra. Relativamente à frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal, apenas 16% dos inquiridos referem frequentar atualmente um estabelecimento de ensino enquanto 84% não se encontram integrados no sistema educativo formal (cf. Tabela 23, Anexo V), como evidencia o Gráfico nº 4.5.1:

Gráfico nº 4.5.1- Frequência de Ensino(%)



Esta participação limitada pode ser explicada pela necessidade de uma inserção rápida no mercado de trabalho, pela pressão económica e pelas dificuldades associadas à língua portuguesa. No que respeita ao nível de ensino frequentado, os refugiados que se encontram a estudar distribuem-se sobretudo pelo ensino secundário e pelo ensino superior, sendo residual a frequência de formação básica ou de curta duração (cf. Tabela 24, Anexo V). Este padrão sugere uma estratégia de continuidade ou reorientação de percursos académicos iniciados no país de origem. Relativamente ao tempo necessário para a integração no sistema educativo, a maioria dos inquiridos conseguiu aceder ao ensino num prazo inferior a seis meses após a chegada a Portugal (cf. Tabela 26, Anexo V), evidenciando a capacidade de resposta do sistema educativo quando existe procura:

Gráfico nº 4.5.2- Grau de Dificuldade de Acesso (%)



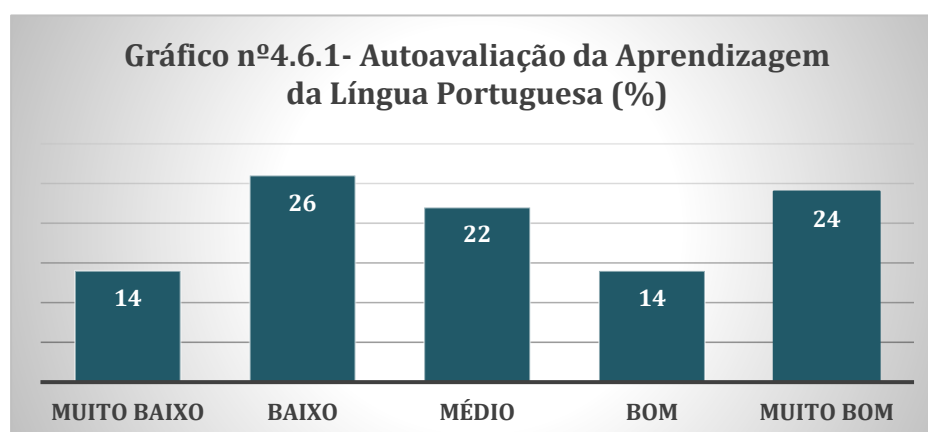
A perceção do grau de dificuldade no acesso à educação é globalmente moderada. Cerca de 46% dos inquiridos classificam o acesso como fácil ou muito fácil, 34% como neutro e 20% como difícil (cf. Tabela 27, Anexo V). Estes resultados indicam que, apesar de existirem obstáculos, o sistema educativo é entendido como relativamente acessível. O grau de satisfação com a experiência educativa é globalmente positivo entre os refugiados que frequentam ensino. Aproximadamente 62% manifestam-se satisfeitos ou muito satisfeitos,

enquanto 14% expressam insatisfação (cf. Tabela 28, Anexo V), refletindo uma avaliação favorável da qualidade da experiência educativa quando o acesso ocorre.

Em síntese, a integração na educação revela-se eficaz para os refugiados que acedem ao sistema, mas limitada em termos de participação no todo. A educação surge como uma dimensão potencialmente estruturante da integração a médio e longo prazo, embora secundarizada face às exigências imediatas de estabilidade financeira e profissional. A integração deve-se também à cultura de aprendizagem fortemente enraizada nos estudantes ucranianos aliada a uma aptidão quase que “natural” para a aprendizagem de línguas, razões pelas quais os dados apontam que os alunos ucranianos estejam, por norma entre os alunos com melhor aproveitamento escolar, nomeadamente 81% dos alunos ucranianos concluem o 9.º sem retenção escolar (Moreira e Carmo, 2025).

4.6 – Aprendizagem da Língua Portuguesa

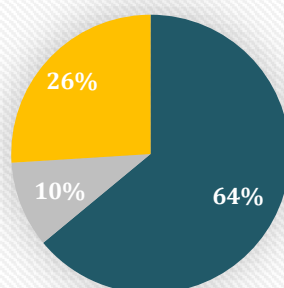
A análise da dimensão da língua portuguesa evidencia um dos principais constrangimentos ao processo de integração dos refugiados ucranianos em Portugal. A aprendizagem da língua surge como um fator transversal, condicionando o acesso ao emprego, à educação, aos serviços públicos e à participação social, assumindo particular relevância no contexto da integração a médio e longo prazo. Importa analisar de forma cuidada esta dimensão, dado que é essencial para o sentimento de pertença dos refugiados e a abertura para o acolhimento por parte dos portugueses. No que respeita ao nível de proficiência em língua portuguesa, os dados apresentados na Tabela 31 (cf. Anexo VI) indicam que a maioria dos inquiridos apresenta níveis reduzidos ou intermédios de domínio da língua, como podemos verificar no Gráfico nº 4.6.1:



Em termos mais concretos, 40% classificam o seu nível como básico, 22% como intermédio e apenas 38% referem um nível avançado ou muito bom. Estes resultados refletem, em grande medida, o caráter recente da permanência em Portugal da maioria da amostra, a distância linguística entre o português e a língua materna dos refugiados e a discrepância da escolaridade dos refugiados. Na realidade, os resultados são semelhantes para os que consideram um nível de aprendizagem baixo e os que consideram um nível alto (40%).

Comparativamente com outros refugiados em Portugal, como por exemplo, os provenientes do sul da Ásia, verifica-se que existe uma maior facilidade de aprendizagem por parte dos refugiados ucranianos por razões da própria linguística, cultura, escolaridade e motivação. Em primeiro lugar, existe proximidade linguística dado que há uma maior semelhança fonética e o nível de escolaridade é bastante superior, facilitando a aprendizagem embora a língua ucraniana utilize o alfabeto cirílico, a estrutura frásica europeia é mais fácil de adaptar. Em segundo lugar, do ponto de vista do contexto e motivação, a comunidade ucraniana é constituída principalmente pela presença feminina e de reagrupamento familiar, o que pressupõe que no dia-a-dia, nas escolas, no trabalho devam comunicar em português, em contraste com os outros grupos que têm negócios próprios e redes comunitárias muito fechadas que comunicam entre si. Relativamente à frequência de cursos de língua portuguesa, observa-se uma adesão moderada. Conforme indicado na Tabela 32 (cf. Anexo VI) e observado no Gráfico nº 4.6.2, cerca de 74% dos inquiridos frequentaram ou frequentam cursos de português, enquanto 26% não participaram em qualquer formação linguística formal.

Gráfico nº 4.6.2- Frequência de Cursos de Aprendizagem de Língua Portuguesa (%)

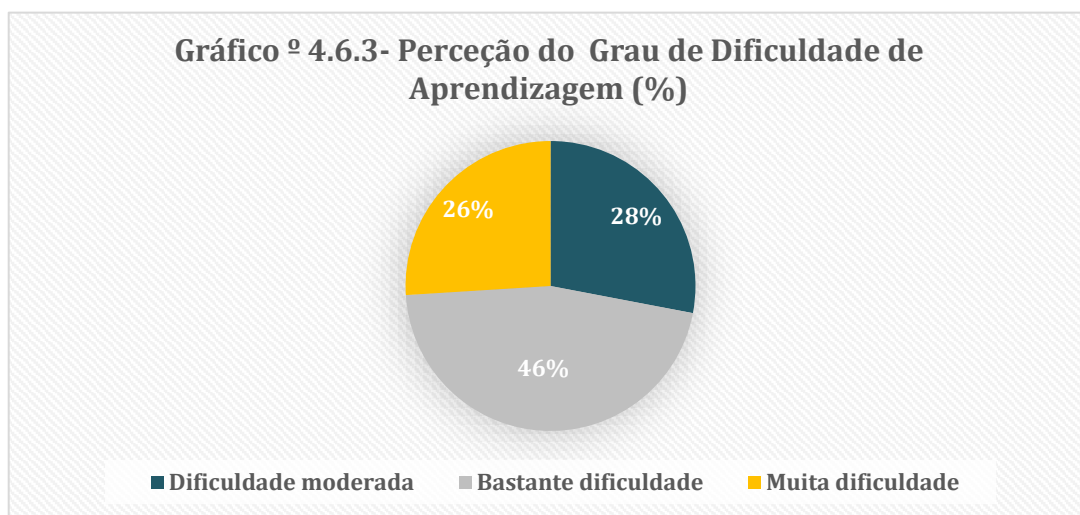


■ Com certificação ■ Sem certificação ■ Não frequentou

Esta participação limitada poderá estar associada a constrangimentos de horário, à necessidade de priorizar a inserção laboral ou à insuficiência de uma oferta formativa ajustada às necessidades específicas dos refugiados.

Uma comparação com outros grupos de refugiados, os ucranianos destacam-se como uma das maiores comunidades a frequentar o ensino básico e cursos de PLNM, com programas específicos de apoio.

A perceção do grau de dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa, apresentada na Tabela 33 (cf. Anexo VI), revela que 72% dos inquiridos consideram a aprendizagem difícil ou muito difícil, 28% classificam-na como moderadamente difícil como evidencia o Gráfico nº 4.6.3:



A média obtida situa-se claramente acima do ponto intermédio da escala, confirmando que a língua constitui uma das principais barreiras percecionadas no processo de integração.

No que respeita ao grau de satisfação com a aprendizagem da língua portuguesa, os dados da Tabela 34 (cf. Anexo VI) apontam para uma avaliação no geral moderada. 30% dos inquiridos manifestam-se satisfeitos ou muito satisfeitos, 30% adotam uma posição neutra e 40% expressam insatisfação. Estes resultados sugerem que, apesar da existência de apoio institucional e associativo, este não se mostra suficiente para responder às necessidades de aprendizagem da língua da maioria dos refugiados. Aliás, os resultados desta dimensão evidenciam que a aprendizagem da língua portuguesa constitui o principal desafio no processo de integração dos refugiados ucranianos em Portugal. Pese embora o facto de a

oferta de cursos ser notória, os níveis de eficácia permanecem baixos para uma parte significativa da amostra, o que limita o acesso a oportunidades no ensino, no trabalho e na comunidade. A integração linguística emerge, assim, como a principal fragilidade do processo de integração, com 80% dos refugiados a apresentar níveis básicos ou intermédios, 58% a considerar a aprendizagem do português difícil e mais de metade a dar nota dos impactos negativos no trabalho do dia-a-dia e no acesso a serviços. Importa refletir sobre a incongruência entre a facilidade de aprendizagem de falantes eslavos pela familiaridade fonética que contrastou com a dificuldade demonstrada pelos nossos inquiridos para a aprendizagem da língua portuguesa. Nomeadamente, devemos procurar respostas no grau de qualidade dos cursos que oferecemos, sobretudo na qualificação e competências para o ensino de língua portuguesa a estrangeiros por parte profissionais ou voluntários que se mobilizaram na primeira etapa, para o acolhimento massivo dos refugiados. Os dados apontam para uma clara ineficácia das respostas indiciando inadequação na preparação para o ensino.

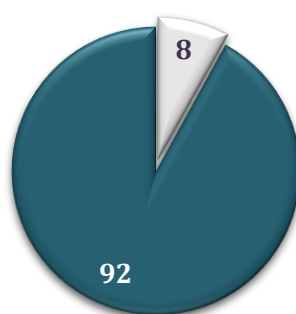
4.7 – Integração na Saúde

A análise da dimensão da saúde revela uma integração, no geral eficaz, dos refugiados ucranianos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), embora se identifiquem limitações no acesso efetivo e continuado aos cuidados de saúde primários. A saúde assume um papel central no processo de integração, condicionando o bem-estar, a autonomia e a participação social e laboral, dado que sem saúde não conseguem desempenhar as atividades do dia-a-dia.

Relativamente à integração formal no SNS, os dados indicam que 98% dos inquiridos se encontram inscritos no sistema, sendo apenas 2% não integrados (cf. Tabela 35, Anexo VII). Este resultado mostra uma das principais políticas de integração no acolhimento, facilitando o acesso administrativo aos cuidados de saúde, assegurando uma cobertura praticamente universal.

Contudo, esta integração formal não se traduz num acompanhamento regular considerando que apenas 8% dos inquiridos referem ter médico de família atribuído, enquanto 92% não dispõem deste acompanhamento (cf. Tabela 36, Anexo VII), observável no Gráfico nº 4.7.1:

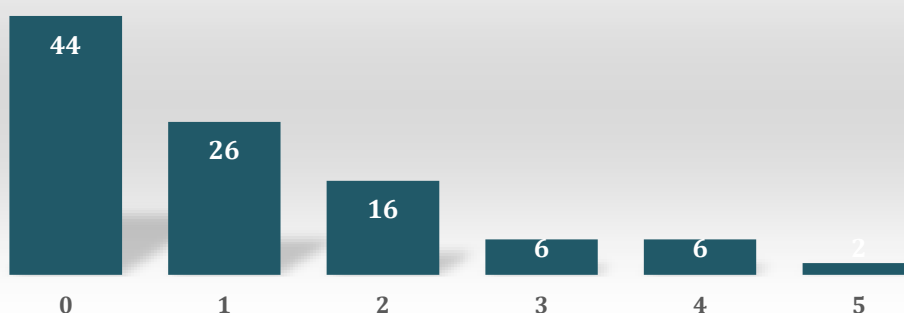
Gráfico nº 4.7.1- Atribuição de Médico de Família(%)



■ Sim ■ Não

Esta discrepância reflete constrangimentos estruturais do SNS, nomeadamente a escassez de médicos de família, com impacto particularmente acentuado sobre populações mais vulneráveis. No que respeita à utilização dos serviços de saúde, os dados revelam uma utilização reduzida dos cuidados não urgentes. Cerca de 50% dos inquiridos não recorreram a estes cuidados nos últimos 12 meses, sendo residual a utilização frequente (cf. Tabela 37, Anexo VII). Em contraste, o recurso aos serviços de urgência apresenta valores ligeiramente superiores, com 56% dos inquiridos a recorrer pelo menos uma vez à urgência no mesmo período (cf. Tabela 38, Anexo VII), como podemos observar no Gráfico nº 4.7.2, sugerindo que este serviço assume frequentemente o papel de principal porta de entrada no sistema de saúde:

Gráfico nº 4.7.2- Utilização do Serviço de Urgências nos últimos 12 meses (%)



Relativamente à existência de doença crónica, 16% dos inquiridos referem sofrer de alguma condição crónica, enquanto 84% não apresentam este tipo de patologia (cf. Tabela 39, Anexo VII). Embora a maioria da amostra não apresente necessidades permanentes de cuidados de saúde, este dado reforça a importância do acesso a cuidados continuados, sobretudo num

contexto de reduzida atribuição de médico de família. A percepção do grau de dificuldade no acesso aos cuidados de saúde é globalmente positiva. Cerca de 66% dos inquiridos referem não sentir qualquer dificuldade ou sentir pouca dificuldade, enquanto 10% reportam bastante dificuldade (cf. Tabela 40, Anexo VII). O grau de satisfação com os cuidados de saúde acompanha esta tendência, com 54% dos participantes satisfeitos ou muito satisfeitos e apenas 6% insatisfeitos (cf. Tabela 41, Anexo VII).

Em síntese, a integração na saúde revela-se eficaz ao nível administrativo, assegurando acesso quase universal ao SNS, mas limitada ao nível funcional, marcada pela reduzida atribuição de médico de família e por padrões de utilização centrados nos serviços de urgência. Esta realidade evidencia a necessidade de reforço dos cuidados de saúde primários, de modo a garantir continuidade e qualidade no acompanhamento da população refugiada.

4.8 – Participação Social e Atividades Recreativas

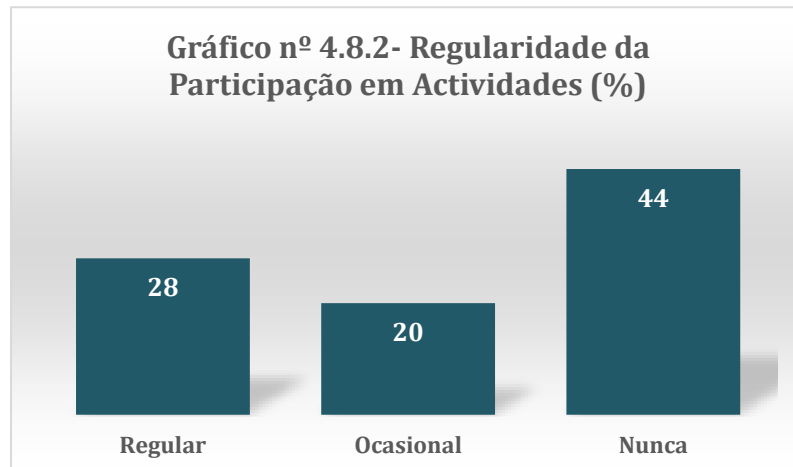
A análise da dimensão da participação social e das atividades recreativas evidencia níveis globalmente reduzidos de envolvimento dos refugiados ucranianos na vida comunitária, configurando uma das dimensões mais frágeis do processo de integração. A participação social constitui um elemento fundamental para a construção de redes sociais, para o sentimento de pertença e para a consolidação da integração a médio e longo prazo.

A integração plena faz-se necessariamente por indicadores que não dizem respeito apenas à satisfação das necessidades básicas como ensino, saúde, habitação e trabalho, mas também pela criação de vida de comunidade, rede de vizinhança, vivência simbólica do espaço público, de participação e cidadania ativa, que fortalece as raízes culturais e o sentimento de pertença.

Relativamente à participação em atividades sociais e recreativas, 52% dos inquiridos referem não participar em qualquer tipo de atividade, enquanto 48% reportam algum nível de participação (cf. Tabela 42, Anexo VIII), demonstrado no Gráfico nº4.8.1:



Entre os que participam, destacam-se sobretudo as actividades associativas (34%) e culturais (20%), sendo a participação em actividades desportivas (14%) e recreativas informais residual. No que respeita à frequência da participação, os dados reforçam este padrão de envolvimento limitado, como podemos verificar no Gráfico nº 4.8.2:



Cerca de 44% dos inquiridos referem nunca participar em actividades, 28% indicam uma participação regular e 20% uma participação ocasional (cf. Tabela 43, Anexo VIII). Mesmo entre os participantes, o envolvimento tende a assumir um carácter pouco consistente, limitando o seu potencial para a criação de redes sociais duradouras.

A percepção do grau de dificuldade no acesso às actividades é globalmente moderada. Aproximadamente 60% dos inquiridos referem não sentir qualquer dificuldade ou sentir pouca dificuldade, enquanto 30% reportam bastante ou muita dificuldade (cf. Tabela 44,

Anexo VIII). Estes dados sugerem que o acesso formal não constitui, por si só, o principal obstáculo à participação.

Relativamente ao grau de satisfação com o acesso às atividades recreativas e de participação social, 40% dos inquiridos manifestam-se satisfeitos ou muito satisfeitos, 24% adotam uma posição neutra e 40% expressam insatisfação ou forte insatisfação (cf. Tabela 45, Anexo VIII). Esta distribuição reflete experiências diferenciadas e uma avaliação global intermédia.

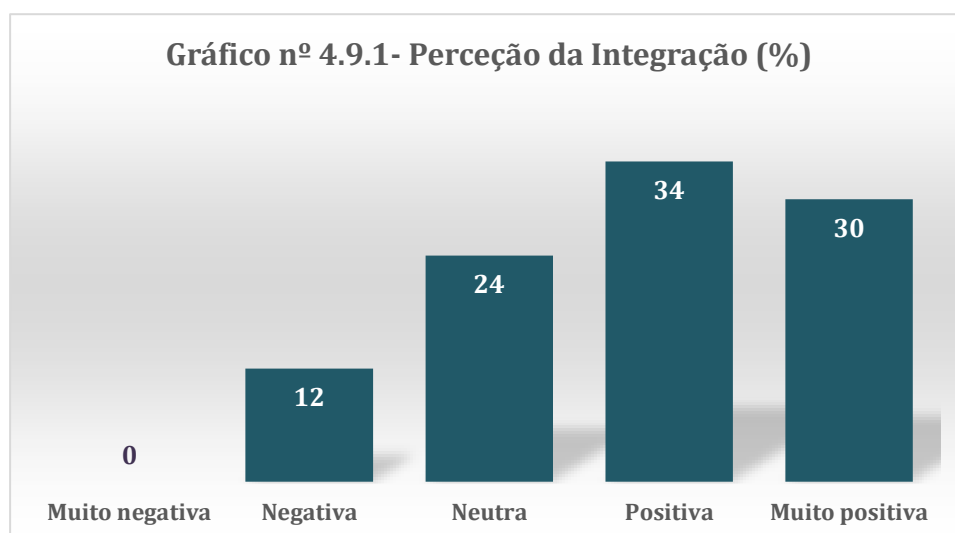
A reduzida participação observada parece estar associada a fatores estruturais e individuais, como a prioridade atribuída ao emprego, as limitações de tempo, as barreiras linguísticas e a ausência de redes sociais consolidadas, mais do que a dificuldades institucionais de acesso, provavelmente influenciado pelo facto de residirem na cidade de Lisboa, que apesar da diversa oferta cultural, desportiva e associativa, é uma cidade permanentemente “acordada”, em que os horários de trabalho são extensos, em grande parte dos casos durante o fim-de-semana, com uma rede de transportes densa, sendo que muitos despendem mais de 2 horas diárias em transportes para se deslocarem da cidade para os locais de trabalho, condicionando assim a disponibilidade para a participação em atividades regulares.

De forma integrada, os resultados evidenciam uma integração social limitada e desigual, fortemente dependente de estruturas formais e pouco enraizada no tecido comunitário informal. Este padrão contribui para situações de isolamento social e para uma integração predominantemente funcional, em detrimento de uma integração relacional e comunitária.

4.9– Avaliação da Integração em Portugal

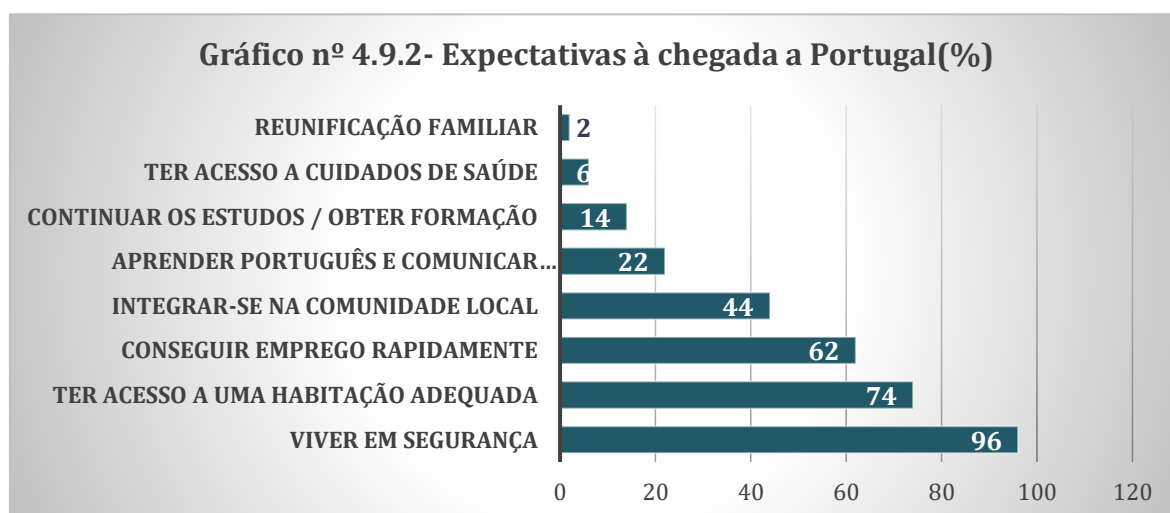
A avaliação da integração em Portugal, a partir da perceção dos próprios refugiados ucranianos, permite compreender de forma global os efeitos das medidas de acolhimento anteriormente analisadas, bem como a forma como estas são subjetivamente vividas. Esta dimensão assume particular relevância, na medida em que articula resultados objetivos com avaliações individuais, permitindo aferir a coerência global do processo de integração.

A perceção dos inquiridos relativamente à sua integração atual em Portugal, apresentada na Tabela 46 (cf. Anexo IX), evidencia uma avaliação maioritariamente positiva, como é possível analisar no Gráfico nº 4.9.1:



Cerca de 64% dos participantes classificam a sua integração como positiva ou muito positiva, não se registando respostas de perceção muito negativa. Apenas 12% expressam uma perceção negativa, enquanto 24% adotam uma posição neutra, o que poderá refletir trajetórias de integração ainda em curso ou experiências diferenciadas consoante os domínios específicos da integração. Esta distribuição sugere que a integração é percebida como um processo gradual, no qual coexistem avaliações positivas com reservas e incertezas, muitas vezes assentes na dualidade que persiste nos refugiados de esperança do término da guerra e retorno ao país *versus* a qualidade de vida que Portugal proporciona e as oportunidades para os seus filhos. O significado desta reflexão é que a perceção da integração é fortemente influenciada por fatores como o “luto” de ter deixado o país e a esperança do retorno a qualquer momento, adiando o processo de integração pleno.

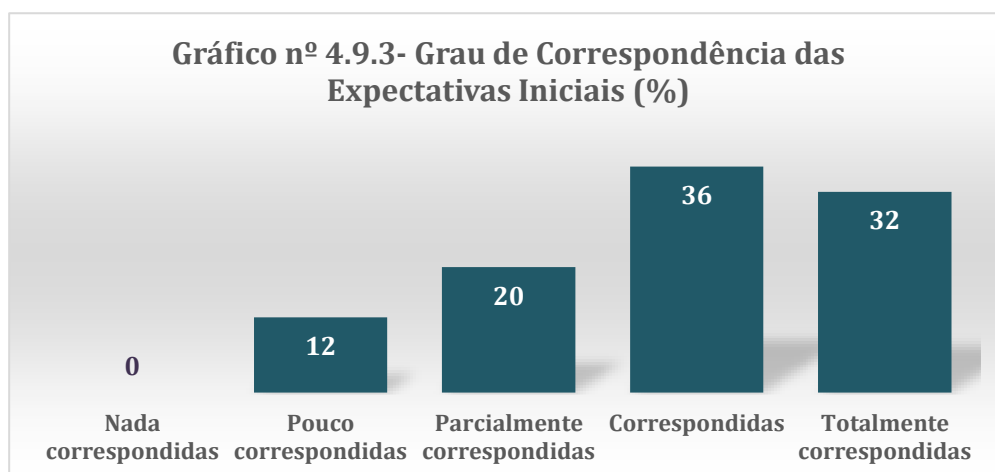
Esta perceção globalmente favorável deve ser analisada à luz das expectativas manifestadas aquando da chegada a Portugal, apresentadas na Tabela 47 (cf. Anexo I), verificada no Gráfico nº 4.9.2:



Os resultados demonstram que as expectativas iniciais dos refugiados estavam fortemente centradas em necessidades básicas e imediatas, destacando-se a segurança (96%), o acesso à habitação (74%) e a possibilidade de conseguir emprego rapidamente (62%).

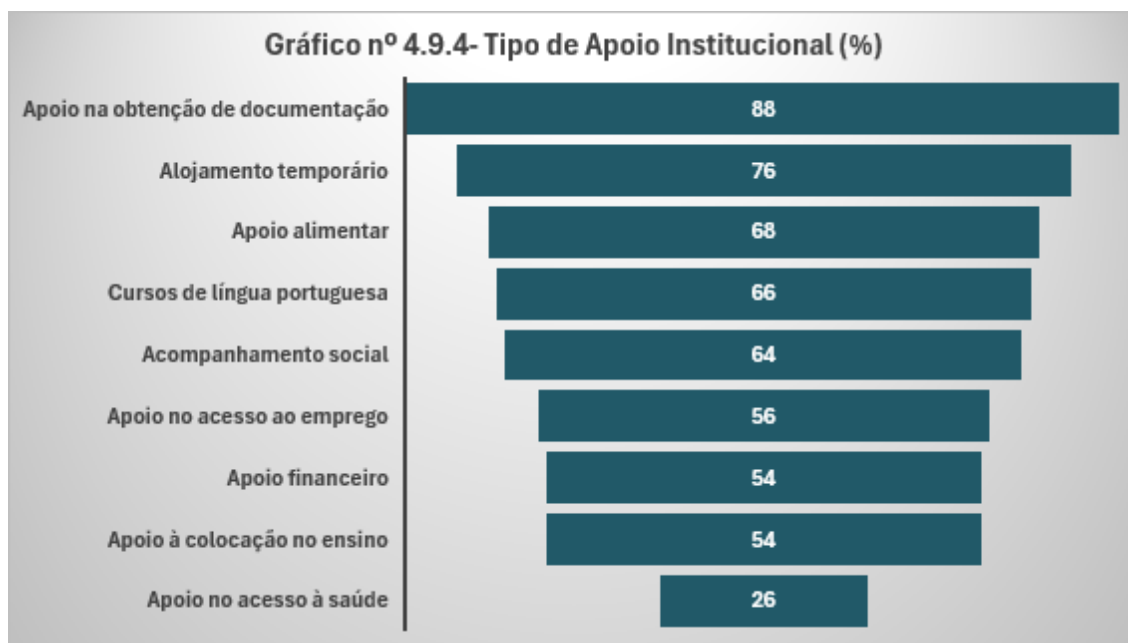
Dimensões como a aprendizagem da língua portuguesa, a integração comunitária e a continuidade dos estudos surgem como relevantes, mas menos prioritárias no momento inicial do processo migratório, refletindo o contexto de migração forçada e a necessidade de estabilização rápida.

O grau de cumprimento dessas expectativas, apresentado na Tabela 48 (cf. Anexo IX), revela que 68% dos inquiridos considera que as suas expectativas foram correspondidas ou totalmente correspondidas, enquanto apenas 12% refere que estas foram pouco correspondidas, como podemos verificar no Gráfico nº4.9.3:

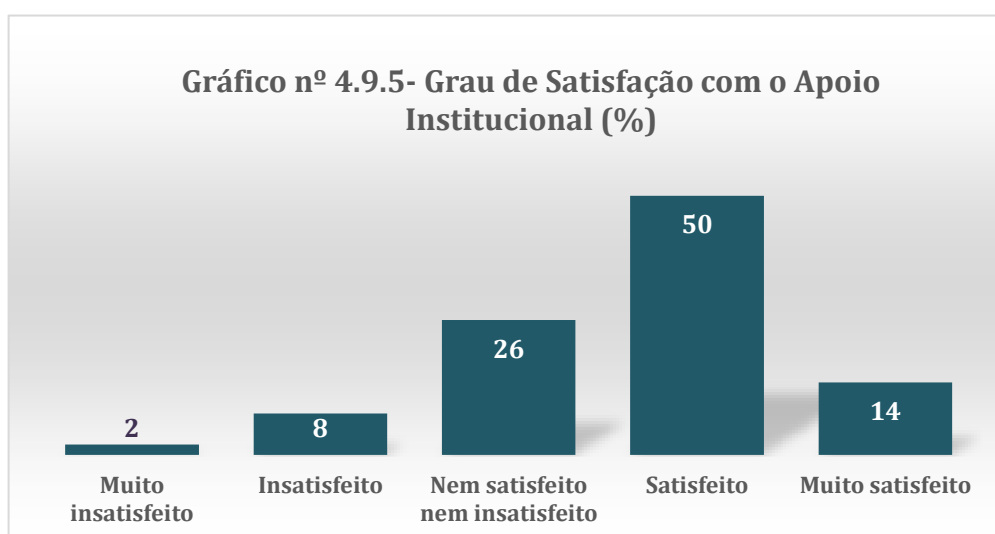


A presença de 20% de respostas intermédias indica que, embora existam dificuldades persistentes em algumas áreas, a experiência global de integração tende a alinhar-se com as expectativas iniciais, sobretudo nas dimensões consideradas prioritárias à chegada. Esta correspondência contribui de forma decisiva para a avaliação positiva da integração, mesmo num contexto marcado por desafios estruturais.

O papel do apoio institucional, apresentado na Tabela 49 (cf. Anexo IX), emerge como um fator central na construção desta percepção favorável, como podemos observar no Gráfico nº 4.9.4.



A elevada incidência de apoio na obtenção de documentação (88%), no alojamento temporário (76%) e no apoio alimentar (68%) evidencia a eficácia das estruturas de acolhimento na resposta às necessidades imediatas. Paralelamente, a existência de medidas orientadas para a integração a médio prazo, como cursos de língua portuguesa (66%), acompanhamento social (64%) e apoio no acesso ao emprego (56%), revela uma abordagem integrada do acolhimento, ainda que com níveis de eficácia diferenciados. Esta leitura é reforçada pela avaliação do grau de dificuldade no acesso ao apoio institucional, apresentada na Tabela 50 (cf. Anexo IX), onde 70% dos inquiridos refere não sentir dificuldades ou sentir apenas pouca dificuldade (Gráfico nº 4.9.5).



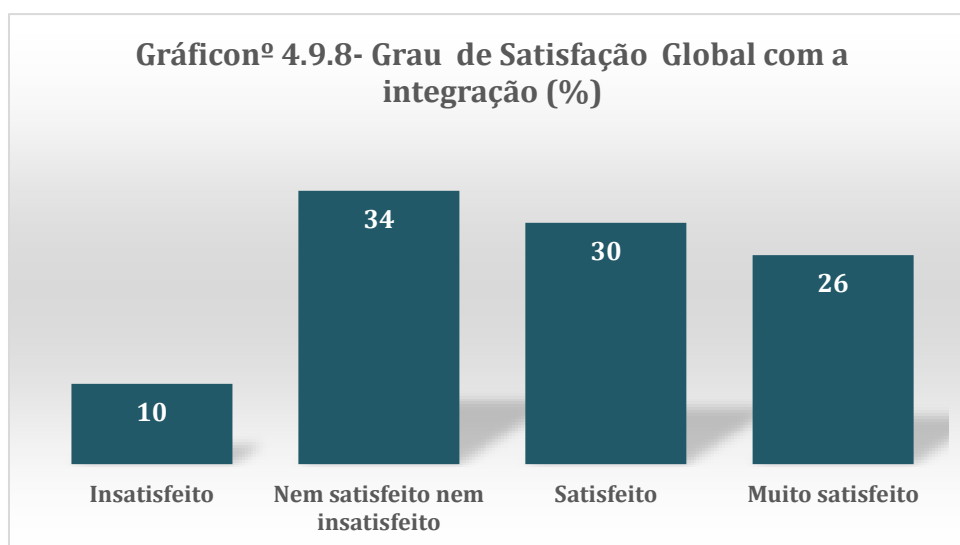
O grau de satisfação com o apoio institucional, apresentado na Tabela 51 (cf. Anexo I), confirma esta perceção positiva, com uma média de 3,66, evidenciando o apoio institucional como um dos pilares fundamentais do processo de integração. Estes resultados ajudam a explicar por que motivo a integração é avaliada positivamente, apesar das dificuldades identificadas noutras dimensões. Quanto às principais dificuldades no processo de integração, apresentadas na Tabela 52 (cf. Anexo IX), podemos observar os resultados no Gráfico nº 4.9.6:



A aprendizagem da língua portuguesa (86%) surge como o principal obstáculo à integração plena, seguida da habitação (46%), das relações sociais e do isolamento (44%) e do emprego (42%). Importa salientar que estas dificuldades incidem sobretudo em dimensões de médio e longo prazo, associadas à autonomia, à participação social e à progressão profissional, e não tanto ao acesso inicial aos sistemas de acolhimento, o que nos deve levar a refletir sobre a eficácia das medidas de acolhimento imediatas e que claramente constituíram uma resposta eficaz *versus* as medidas que permitem a integração a médio e longo prazo que, de forma explícita, espelham os desafios estruturais que temos em Portugal ao nível da habitação e emprego até mesmo para os nacionais. A avaliação global da integração, apresentada na Tabela 53 (cf. Anexo IX), reforça esta leitura, com 68% dos inquiridos a manifestar-se satisfeito ou muito satisfeito:



Contudo, esta avaliação positiva coexiste com a perceção de um elevado grau de dificuldade no processo de integração, evidenciada na Tabela 54 (cf. Anexo IX), onde 70% dos inquiridos refere bastante ou muita dificuldade. Esta coexistência revela que os refugiados percecionam a integração como um processo exigente, complexo e prolongado, mas ainda assim globalmente bem-sucedido. O grau de satisfação com o processo de integração, apresentado na Tabela 55(cf. Anexo IX), confirma esta interpretação, com uma média de 3,72, sendo a distribuição de respostas observada no Gráfico nº 4.9.8:



Estes resultados sugerem que a satisfação não decorre da ausência de dificuldades, mas antes da perceção de progresso, de segurança e de apoio institucional eficaz, quando comparados com a situação vivida no país de origem ou com as expectativas iniciais.

Em suma, de forma geral, o processo de integração é percecionado como positivo, concretizado com sucesso, pese embora o grau de dificuldade com dimensões como a aprendizagem da língua portuguesa, a inserção no mercado de trabalho e a habitação, ainda que maioritariamente positiva. Importa, mais uma vez sublinhar, que o processo de avaliação do grau e sucesso da integração é fortemente influenciado pelo facto dos refugiados encararem esta deslocação como apenas temporária, o término da guerra ser ainda uma incógnita, tendo sido ultrapassados em grande medida os prazos expectáveis do seu fim, adiando reiteradamente o “sonho do regresso”, dificultando assim o desenvolvimento do sentimento de pertença.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como propósito analisar a política portuguesa de acolhimento de refugiados ucranianos no contexto da política europeia de asilo. Procurou-se compreender até que ponto as medidas adotadas se revelam eficazes no processo de integração. Para tal, optou-se por um estudo de caso concreto — o Programa de Apoio a Refugiados (PAR), desenvolvido pela Junta de Freguesia de Benfica — que permitiu observar, de forma próxima, como as políticas públicas são aplicadas no terreno e como se traduzem em experiências reais de acolhimento e integração.

A investigação foi orientada para dois objetivos centrais. O primeiro consistiu em contribuir para o estudo dos fluxos migratórios e das políticas de acolhimento na União Europeia, com particular atenção ao contexto português. O segundo objetivo prendeu-se com a avaliação da eficácia das medidas de acolhimento implementadas em Portugal, procurando compará-las com outras realidades europeias, nomeadamente a Polónia e a Alemanha, e identificar os fatores que influenciam o processo de integração dos refugiados.

Inserido no domínio dos Estudos Europeus, o trabalho procurou articular diferentes níveis de análise — europeu, nacional e local — permitindo compreender de que forma os princípios e instrumentos da União Europeia, em particular o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), são operacionalizados e reinterpretados ao nível local, dando origem a práticas concretas de acolhimento. Atendendo à natureza recente do fenómeno em análise, o estudo assumiu um carácter exploratório, recorrendo a uma metodologia de estudo de caso. A combinação entre análise documental, entrevistas e recolha de dados empíricos junto da comunidade refugiada permitiu construir uma leitura integrada e contextualizada do processo de integração, valorizando a dimensão humana subjacente às políticas públicas.

No que se refere a uma avaliação global da integração dos refugiados ucranianos em Portugal, resultante do cruzamento das diferentes dimensões analisadas ao longo do estudo, conclui-se que o processo de integração é visto pelos inquiridos como globalmente positivo. Ainda assim, revela-se exigente, desigual e ainda em fase de consolidação. Encontra-se em linha com a perspetiva da integração enquanto processo multidimensional e dinâmico defendida por autores como Penninx e Garcés-Mascarenãs (2016) e ACNUR (2016). Os resultados evidenciam a coexistência entre uma integração funcional eficaz nas fases iniciais do acolhimento. No entanto, identificam-se fragilidades estruturais que condicionam a

integração plena a médio e longo prazo. De forma geral, as dimensões associadas ao acesso institucional e à segurança revelam elevados níveis de eficácia. O acesso à documentação, à habitação inicial, aos cuidados de saúde e ao apoio institucional apresenta resultados globalmente positivos, assegurando condições mínimas de estabilidade num contexto de migração forçada. Esta resposta eficaz às necessidades prioritárias identificadas aquando da chegada, contribui de forma decisiva para a perceção globalmente favorável da integração manifestada pela maioria dos inquiridos, corroborando a literatura que identifica estas dimensões como estruturantes no processo de integração (MIPEX, 2020; Lichtenstein e Puma, 2018).

No domínio da habitação, verifica-se uma resposta eficaz em termos de emergência, permitindo o acesso rápido ao alojamento para a maioria dos refugiados. Contudo, a ausência de habitação própria, a dependência do mercado de arrendamento, os elevados custos associados e a necessidade de apoio institucional continuado revelam limitações na consolidação de soluções habitacionais estáveis. A necessidade de apoio institucional continuado configura, assim, uma integração funcional, mas estruturalmente frágil, tal como sugerido na literatura que aponta a habitação como um elemento central, mas frequentemente limitador, da integração plena (UNHCR, 2013).

Relativamente ao emprego, a maioria dos refugiados conseguiu aceder ao mercado de trabalho, assegurando uma autonomia económica mínima. No entanto, a comparação entre as profissões exercidas antes da migração e as atualmente desempenhadas em Portugal evidencia uma mobilidade profissional descendente significativa, acompanhada de uma subutilização do capital humano. As barreiras linguísticas e as dificuldades no reconhecimento de qualificações condicionam a qualidade da integração profissional. A urgência de uma inserção laboral rápida reforça estas limitações. Os dados estão em consonância com estudos que apontam para dificuldades no reconhecimento de qualificações e desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho (OECD, 2016).

A educação surge como uma dimensão com potencial estruturante para a integração a médio e longo prazo, mas com níveis reduzidos de participação. A prioridade atribuída ao emprego e à estabilidade económica, associada às dificuldades linguísticas, contribui para a fraca adesão ao sistema educativo, apesar da avaliação positiva manifestada pelos refugiados que se encontram integrados nesta dimensão.

A língua portuguesa emerge, de forma consistente, como o principal desafio transversal do processo de integração, assumindo-se como fator estruturante para as restantes dimensões. Os baixos níveis de proficiência linguística condicionam o acesso ao emprego qualificado, à educação, à participação social e à autonomia no acesso aos serviços, limitando o impacto positivo das restantes dimensões da integração e comprometendo a consolidação de percursos de inclusão mais sustentados, confirmando o papel central da aprendizagem da língua no processo de integração, amplamente destacado na literatura (Council of Europe, 2011).

No que respeita à participação social, os resultados evidenciam níveis reduzidos de envolvimento comunitário, traduzindo-se numa integração predominantemente institucional e pouco relacional. A fraca participação em atividades sociais e recreativas contribui para situações de isolamento social e dificulta a consolidação do sentimento de pertença, elemento central para a integração a médio e longo prazo, em linha com abordagens que enfatizam a dimensão relacional e comunitária da integração (Esser, 2004), evidenciando uma lacuna nas políticas orientadas para a dimensão social da integração que não têm em conta a necessidade de conciliação da vida familiar e profissional, bem como o fator da monoparentalidade entre os refugiados ucranianos.

A avaliação subjetiva da integração confirma esta leitura integrada. Apesar de o processo de integração ser amplamente percebido como difícil e exigente, a maioria dos refugiados avalia a sua integração de forma positiva e manifesta níveis elevados de satisfação. Este aparente contraste sugere que a satisfação decorre não da ausência de dificuldades, mas da perceção de segurança, progresso e eficácia do apoio institucional, sobretudo quando comparada com a situação vivida no país de origem e com as expectativas iniciais aquando da chegada a Portugal.

Em síntese, os resultados indicam que Portugal apresenta um modelo de acolhimento eficaz na resposta inicial às necessidades dos refugiados ucranianos, embora a integração plena permaneça condicionada por desafios estruturais persistentes, nomeadamente na aprendizagem da língua portuguesa, na valorização das qualificações profissionais, na estabilidade habitacional e na participação social. A integração surge, assim, como um processo gradual, dinâmico e diferenciado, corroborando a conceptualização teórica da integração enquanto processo não linear e multidimensional (Heckmann, 2006; Isaakyan,

2015) que exige políticas sustentadas a médio e longo prazo, orientadas para a consolidação da autonomia e da inclusão social.

Resposta às Hipóteses de Investigação

Torna-se agora necessário dar resposta às hipóteses de investigação, nomeadamente à hipótese 1 que aponta para as medidas de acolhimento de refugiados, em Portugal, contribuírem de modo eficaz para a integração dos refugiados. Os resultados obtidos permitem confirmar a Hipótese 1. Uma avaliação holística das oito dimensões da integração revela que as medidas de acolhimento implementadas em Portugal contribuem, de forma genérica, para a integração dos refugiados ucranianos. Importa, contudo, sublinhar que se trata de um estudo de caso, de uma autarquia que criou um programa específico para o acolhimento e alocou recursos técnicos e financeiros para o efeito.

Esta eficácia manifesta-se sobretudo na rápida resposta às necessidades prioritárias identificadas no momento de chegada ao país, em específico no acesso à segurança, à documentação, à habitação inicial, aos cuidados de saúde e ao apoio institucional. Estas dimensões apresentam elevados níveis de abrangência, com uma perceção reduzida de dificuldade por parte dos inquiridos e níveis de satisfação genericamente positivos, refletindo a capacidade das estruturas de acolhimento em assegurar uma integração funcional na fase inicial do processo migratório, sobretudo pelo seu carácter imediato.

A confirmação desta hipótese é igualmente sustentada pela avaliação subjetiva da integração, dado que a maioria dos refugiados avalia positivamente a sua integração em Portugal, não obstante admitir a existência de dificuldades. Esta coexistência entre dificuldade e satisfação indica que a integração é interpretada como um processo exigente, mas globalmente bem-sucedido, quando comparado com as expectativas iniciais e com a situação de crise humanitária e de insegurança vivida na Ucrânia. Salienta-se ainda que pese embora o facto de os dados apontarem para a confirmação da Hipótese 1, existem fragilidades. Na realidade, existem desafios estruturais em áreas como a aprendizagem da língua portuguesa, a valorização das qualificações profissionais do país de origem, a estabilidade habitacional e a participação social, sugerindo que, embora eficazes a curto prazo, as medidas de acolhimento carecem de reforço e ajustamento para promover uma

integração plena a médio e longo prazo, de que a habitação é um exemplo pelo elevado valor das rendas, muitas vezes incomportável para as famílias.

No que se refere à hipótese 2, uma análise comparativa das políticas de integração da Polónia, Alemanha e Portugal, com recurso aos indicadores do Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX), permite igualmente validar a Hipótese 2. Os dados demonstram que, apesar da existência de um quadro normativo europeu comum, os Estados-Membros apresentam diferenças significativas na implementação das medidas de acolhimento e integração, refletindo-se em níveis distintos de atratividade enquanto países de destino, refletindo as limitações já identificadas na literatura relativamente ao processo de harmonização do Sistema Europeu Comum de Asilo (Uçarer, 2001; Arias, 2017). Fatores como a proximidade geográfica ao país de origem, a dimensão e robustez do mercado de trabalho, a capacidade de resposta dos sistemas de habitação, saúde e educação, bem como a previsibilidade das políticas públicas, influenciam diretamente as decisões dos refugiados.

Embora Portugal apresente resultados muito positivos nos indicadores de integração – comparáveis aos da Alemanha e da Polónia em áreas como mercado de trabalho, saúde e educação – o país continua a registar um menor número absoluto de refugiados acolhidos. Tal sugere que a atratividade não depende exclusivamente da qualidade das políticas de integração, mas resulta de uma combinação de fatores estruturais, geográficos, económicos e sociais. Deste modo, conclui-se que as assimetrias na distribuição dos refugiados na União Europeia não podem ser explicadas apenas pela existência de políticas comuns ou financiamento europeu homogéneo. Estas resultam também da forma diferenciada como cada Estado-Membro operacionaliza essas políticas e pelas condições objetivas que oferece à integração a curto e médio prazo.

Conclusão Final

A presente investigação permitiu responder à questão de partida — “As medidas de acolhimento em Portugal são eficazes no processo de integração dos refugiados ucranianos?”, concluindo que o modelo português revela uma eficácia significativa, sobretudo na resposta inicial às necessidades dos refugiados, ainda que apresente limitações estruturais que condicionam a integração plena a médio e longo prazo. Em síntese, esta

investigação permite concluir que Portugal dispõe de um modelo de acolhimento e integração globalmente eficaz, sobretudo quando apoiado por estruturas locais com capacidade de intervenção e proximidade às comunidades, como é o caso da Junta de Freguesia de Benfica e instituições/associações locais. O estudo evidencia o papel central do nível local na concretização das políticas europeias, reforçando a importância da governação multinível na análise das políticas de acolhimento, tal como sublinhado por Czaika e De Haas (2013), apontando o papel do nível local como dimensão ainda subexplorada na literatura e subvalorizada na análise multinível, como dimensão teórica de grande relevância.

Do ponto de vista teórico, a dissertação contribuiu para a consolidação do conceito de integração enquanto processo multidimensional, dinâmico e dependente da interação entre políticas públicas, instituições e sociedade civil, reforçando a importância teórica de dimensões como o emprego, habitação, ensino, saúde, documentação, participação cívica e aprendizagem da Língua do País de Acolhimento, sem as quais o grau de integração não seria mensurável.

Em termos empíricos, ofereceu um contributo que consideramos pertinente para o estudo das políticas de acolhimento em Portugal, através da análise aprofundada de um caso concreto, ainda pouco explorado na literatura académica ao nível nacional. Sendo que se trata de um estudo de caso, muito específico, importa reconhecer as limitações deste estudo, nomeadamente o seu carácter localizado, que não permite a generalização dos resultados a outros territórios ou a outras comunidades de refugiados. Ainda assim, sublinha-se que os resultados desta investigação reforçam a relevância do nível local na concretização das políticas de acolhimento. A proximidade às comunidades e a capacidade de resposta das entidades locais são determinantes para o sucesso dos processos de integração. A dimensão do impacto da operacionalização das políticas públicas pelas Juntas de Freguesia e comunidades locais deverá ser investigado em termos académicos como um reforço e validação da sua importância porque as “mega políticas”, são operacionalizadas em “microterritórios” que expõem as heterogeneidades e assimetrias nacionais exponenciadas num comparativo entre Estado- Membros. Concretizando, as políticas de apoio ao emprego de refugiados foram comuns em todo o território nacional, no entanto, a sua operacionalização foi muito diferenciada dado que nos grandes meios urbanos como Lisboa, Porto, Coimbra, Faro, existia um mercado de trabalho sedento de mão-de-obra para entrada imediata, enquanto nas pequenas cidades e vilas do interior ou litoral centro, a escassez de

oportunidades de trabalho limitou o acesso ao mercado de trabalho, ainda que as medidas de apoio fossem as mesmas.

De igual modo, mas no sentido inverso, as medidas de apoio à habitação tiveram impacto significativo nas pequenas cidades ou vilas, onde o arrendamento era imediato pela disponibilidade de casas, ao contrário do que se sucedeu nas grandes cidades, em que os preços de habitação e escassez de casas no mercado imobiliário dificultaram o processo de integração. Estes aspetos merecem atenção e sistematização teórica em futuras investigações, dado que em jeito de sistematização, as oportunidades de emprego distaram em largas dezenas ou centenas de quilómetros das oportunidades de habitação. Esta reflexão revela que as políticas públicas devem ser repensadas, sendo talvez o principal contributo desta investigação evidenciar o papel do nível local, subvalorizado na literatura.

Por outro lado, verificou-se que o processo de integração se desenvolve ao longo do tempo, o que limita a avaliação dos seus efeitos a médio e longo prazo, visto o acolhimento de refugiados ucranianos em Portugal ser um fenómeno ainda recente decorrente do conflito Rússia/Ucrânia iniciado no ano de 2022. Neste sentido, futuras investigações poderão aprofundar a análise comparativa entre diferentes territórios de acolhimento, em Portugal e noutros Estados-Membros da União Europeia, bem como desenvolver estudos longitudinais que acompanhem os percursos de integração dos refugiados ao longo do tempo. O papel das entidades locais e da sociedade civil surge, igualmente, como uma área particularmente relevante para investigação futura.

Os resultados demonstram que Portugal dispõe de um sistema de acolhimento capaz de assegurar, de forma célere e eficaz, o acesso à documentação, à habitação inicial, aos cuidados de saúde e ao apoio institucional, garantindo condições de segurança e estabilidade fundamentais num contexto de migração forçada. Este desempenho evidencia a capacidade de articulação entre políticas públicas e estruturas locais, destacando-se o papel determinante das entidades de proximidade na operacionalização das medidas de acolhimento.

Contudo, a análise revela igualmente que a integração dos refugiados não se esgota na resposta imediata às necessidades básicas. Persistem desafios estruturais significativos, nomeadamente ao nível da aprendizagem da língua portuguesa, da valorização e reconhecimento das qualificações profissionais, da estabilidade habitacional e da participação social. Estes fatores condicionam a consolidação de percursos de integração

mais sustentados. Neste sentido, a integração revela-se eficaz numa lógica funcional e de curto prazo, mas ainda incompleta numa perspetiva estrutural e de longo prazo. Do ponto de vista europeu, os resultados confirmam que, apesar da existência de um quadro normativo comum, a eficácia das políticas de acolhimento varia significativamente entre Estados-Membros, confirmando as assimetrias identificadas na literatura no âmbito da implementação do SECA, influenciando não só os resultados de integração, mas também a atratividade dos países de destino. Portugal apresenta um desempenho positivo em várias dimensões, mas a sua posição periférica, aliada a fatores económicos e estruturais, continua a influenciar os fluxos migratórios.

Por fim, em termos práticos, os resultados apontam para a necessidade de reforçar políticas públicas. Estas devem ser orientadas para a aprendizagem da língua portuguesa, com cursos mais ajustados em termos de duração (mais curtos e segmentados) e horários de implementação (com flexibilidade presencial/online), com profissionais especializados. Importa salientar que a maior parte dos refugiados ucranianos são mães com filhos menores a cargo sem qualquer suporte familiar, que conciliam a vida e cuidados familiares com a integração profissional e que têm dificuldade, por exemplo, em frequentar cursos noturnos porque têm responsabilidades parentais ou se encontram em horário de trabalho. Devem também ser orientadas para o reconhecimento de qualificações que constitui uma dificuldade significativa no que se refere às Ordens e organizações profissionais na área do ensino (ex: professores, educadores de infância), financeiras (contabilistas, técnicos oficiais de contas), engenharia e arquitetura, saúde (medicina, enfermagem e psicologia). Em último lugar, orientadas para a promoção da integração social, nomeadamente o incentivo à participação em atividades desportivas, culturais, mais uma vez com apoio à conciliação da vida familiar com essas práticas, dado por norma as mães serem as únicas cuidadoras dos menores. É necessário que em termos académicos, as políticas públicas sejam estudadas, sistematizadas e validadas nestas três áreas, fornecendo evidência científica da sua eficácia de forma a permitir ultrapassar as limitações identificadas e promover uma integração mais completa e sustentável.

Em conclusão, o modelo português de acolhimento revela-se eficaz, mas incompleto, exigindo uma evolução das políticas públicas no sentido de uma integração mais profunda, duradoura e inclusiva, exigindo, por isso, uma reavaliação das abordagens teóricas ao estudo da integração de refugiados e valorização do nível local no contexto europeu.

Bibliografia

- Abou, S. (1988). *L'insertion des immigrés. Approche conceptuelle. Les Étrangers dans la Ville. Le regard des Sciences Sociales*. L'Harmattan.
- ACNUR (2016). *Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas*. ACNUR Brasil.
- AIMA (2023). *Relatório de Migrações e Asilo*. <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>
- Almeida, J., Pinto, J. (1983). *A Investigação das ciências sociais*. Presença.
- Almeida, J., Madureira, J. (1991). *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento.
- Almeida, F., & Silva, E. (2023, n.º 16 (2)). *Políticas de Acolhimento e Integração de Refugiados: O Caso dos Ucrânianos em Portugal*. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, pp. 45-65.
- Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação* (3.ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Arias, C. (2017). *Refugiados na União Europeia: Análise da Política europeia para os Refugiados*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1984, Janeiro, vol. 1465). *Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. <http://www.unhcr.org/protection/migration/49e479d10/convention-against-torture-other-cruel-inhuman-degrading-treatment-punishment.html?query=convention%20on%20torture>
- Berry, J. (1997, vol. 46, n.º 1). Immigration, acculturation and adaptation. *Applied Psychology: and international review*, pp. 5-68.
- Bodirsky, K. (2012). *The Intercultural alternative to Multiculturalism and its limits*. EASA Workshop 2012: Working Papers. Paper 8. http://scholarworks.umass.edu/chess_easa/
- Burguess, R. (1997) *A Pesquisa de Terreno- uma Introdução*. Celta Editora.

Carmo, H., Ferreira, M. (2008) *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem*. Universidade Aberta.

Conselho Português para os Refugiados (1994). *Guia dos Refugiados*. CPR.

Costa, A. F. (1991). A Pesquisa de Terreno em Sociologia, *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento.

Czaika, M. and De Haas, H. (2013, n.º 39 (3)) ‘The effectiveness of immigration policies’, *Population and Development Review*, pp. 487–508.

Dauber, D., Spencer-Oatey, H. (2019). O que é integração e por que é importante para a internacionalização? Uma revisão multidisciplinar. *Journal of Studies in International Education*.

Eportugal (2022). Migrantes: viver e trabalhar em Portugal. <https://eportugal.gov.pt/migrantes-viver-e-trabalhar-em-portugal/ucrania-informacoes-e-apoios-disponiveis-em-portugal>

Esser, H. (2004, 38 (3)) ‘Does the “New” Immigration Require a “New” Theory of Intergenerational Integration?’, *International Migration Review*, pp. 1126–1159.

Euronews (2025) *Qual o Futuro dos Refugiados Ucrrianos em Espanha e Noutros Países Europeus*. <https://pt.euronews.com/my-europe/2025/03/12/qual-o-futuro-dos-refugiados-ucranianos-em-espanha-e-noutros-paises-europeus>.

Europarlamento. (2022). *Asilo e Migrações na UE*. ACNUR. Eurostat. https://www.Europarl.Europa.eu/infographic/asylum-migration/index_pt.html#filter=2021.

European Commission. (2022). *EU Solidarity with Ukraine: Action and Support for Refugees*. ec.europa.eu

Eurostat (2026). *Temporary protection for persons fleeing Ukraine - monthly statistics*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Temporary_protection_for_persons_fleeing_Ukraine_-_monthly_statistics#Source_data_for_tables_and_graphs

Feller, E. (2001, v. 10). The Convention at 50: the Way Ahead for Refugee Protection. *Forced Migration Review*. Oxford pp. 6-9.

Filipe, M. (2022). Políticas Linguísticas: A paz das línguas e as línguas da paz e da guerra . [Políticas linguísticas: a paz das línguas e as línguas da paz e da guerra.](#)

Goodson, L., Phillimore, J. (2008). Fazendo um lugar na cidade global: a relevância dos indicadores de integração. *Journal of Refugee Studies*.

INE (2021). Censos da População Portuguesa. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

Isaakyan, I. (2015) ‘Integration paradigms in Europe and North America’, Routledge Handbook of Immigration and Refugee Studies, pp. 169–179.

Kritz, M., Zlotnik, H. (1992). *International migration systems: a global approach*. Clarendon Press.

Lichtenstein, G., Puma, J. (2018). A Pesquisa de Integração de Refugiados e Avaliação (RISE): Resultados de um estudo longitudinal de quatro anos. *Journal of Refugee Studies*.

Lima, M. (1995) *Inquérito sociológico*. Editorial Presença.

Martin, S. Taylor, A. (2014). *Humanitarian crises and migration: causes, consequences and responses*. Routledge.

Marques, R. (2023). *A Política europeia de acolhimento a refugiados: revisão conceptual e estudo de caso*. Trabalho não publicado, Unidade de Direito e Política Internacional. Universidade Aberta.

Massey, D. et al. (1993, v. 19, n. ° 3). Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and a Development Review*- pp. 431-466.

MIPEX 2020 (2024). <https://www.mipex.eu/health>

- Moreira, J.B.; Borba, J. (2021). Invertendo o enfoque das “crises migratórias” para as “migrações de crise”: uma revisão conceitual no campo das migrações. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 38, 1–20. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098>
- Moreira, C. ; Carmo, D. (2025). Alunos que vêm da China e da Ucrânia saem-se melhor. <https://www.publico.pt/2025/02/20/sociedade/noticia/alunos-vem-china-ucrania-saemse-melhor-chegam-paises-onde-fala-portugues-2123306>
- Ochoa, Z. (2013). *Russia: The Democracy That Never Was*. <http://www.e-ir.info/2013/12/23/russia-the-democracy-that-never-was/>
- Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2009). *Glossário sobre Migração*. <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>
- Padilla, B., França, T. and Vieira, A. (2022) *Trajetórias de Refúgio: Análise de Género, Interseccionalidade e Políticas Públicas em Portugal*. Observatório das Migrações.
- Paddila, B., Goldberg, A. (2017). *Dimensiones Reales y Simbólicas de la 'Crisis de Refugiados' en Europa: un Análisis Crítico desde Portugal'*. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Vol 25. Nº 51. pp.11-27.
- Parlamento Europeu. (1999). *Conselho Europeu de Tampere 15 e 16 de outubro de 1999, Conclusões da Presidência*. http://www.Europarl.Europa.eu/summits/tam_pt.htm#union.
- Pereira, C. (2014) Ucrânia: crónica de uma crise anunciada. Universidade Nova de Lisboa. https://www.iium.pt/cisdi/revista/Artigos/Artigo_58.pdf
- Penninx, R. and Garcés-Mascareñas, B. (2016) ‘The Concept of Integration as an Analytical Tool and as a Policy Concept’, IMISCOE Research Series, pp. 11–29.
- Phillimore, J. (2011, n.º 37 (3). *Refugees, Acculturation Strategies, and Social Integration*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, pp. 571-586.~
- Público (2023). Portugal Concede Estatuto de Refugiado. <https://www.publico.pt/2023/07/13/sociedade/noticia/portugal-concede-estatuto-refugiado-71-pedidos-taxa-alta-ue-2056670>.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.

- Silva, H. (2018). *A União Europeia e o Conflito Ucrainiano- Atuais medidas de segurança e de defesa e perspetivas futuras*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, Évora, Portugal). <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23662?mode=full>
- Sousa, S. (2000). O Alargamento da União Europeia aos Países da Europa Central e Oriental (PECO): Um Desafio para a Política Regional Comunitária. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Strefezza, A. (2020). *Refugiados-Integração nas Cidades*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal).
- Termote, M. (2011) ‘The Efficiency of Immigration and Integration Policies’, *Population Review*, 50(2).
- UNHCR (2022). *Refugee Response in Ukraine*. United Nations High Commissioner for Refugees. unhcr.org
- UNHCR. (2023). *Global Trends: Forced Displacement in 2023*. United Nations High Commissioner for Refugees.
- Uçarer, E. (2001, Vol 2, N°1). Managing Asylum and European Integration: Expanding Spheres of Exclusion? *International Studies Perspectives*. pp. 288–304.
- Wallerstein, I. (2004). *World-Systems Analysis An Introduction*. Duke University Press.
- Yin, R. (1988). *Case Study Research. Design and Methods*. Sage Publications.

ANEXOS

ANEXO I– CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS

- Tabela 1 – Distribuição dos inquiridos por sexo

Sexo	n	%
Masculino	15	30
Feminino	35	70
Outro	0	0
Total	50	100

- Tabela 2 – Distribuição da amostra por grupo etário

Grupo etário	N	%
0–17 anos	0	0
18–24 anos	12	24
25–44 anos	20	40
45–64 anos	14	28
≥ 65 anos	4	8
Total	50	100

- Tabela 3 – Distribuição da amostra por nível de escolaridade

Nível de escolaridade	n	%
Sem escolaridade	0	0
1.º ciclo do ensino básico	6	12
2.º ciclo do ensino básico	10	20
3.º ciclo do ensino básico	8	16
Ensino secundário	10	20
Ensino superior	16	32
Total	50	100

- Tabela 4 – Distribuição da amostra segundo o número de pessoas no agregado familiar

Nº de pessoas no agregado	n	%
1 pessoa	9	18
2 pessoas	16	32
3 pessoas	10	20
4 pessoas	5	10
5 pessoas	6	12
6 pessoas	4	8
7 pessoas	0	0
Total	50	100

Nota. Percentagens calculadas com base em N = 50.

- Tabela 5 – Distribuição da amostra segundo o tempo de permanência em Portugal

Tempo de permanência	n	%
< 6 meses	0	0
6 meses – 1 ano	0	0
1 – 3 anos	47	94
> 3 anos	3	6
Total	50	100

Nota. Percentagens calculadas com base em N = 50.

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO

Este anexo integra as tabelas relativas ao estatuto legal dos inquiridos, aos documentos e números essenciais obtidos, bem como à avaliação do grau de dificuldade e satisfação com o processo de documentação.

- Tabela 6 – Estatuto legal em Portugal

Estatuto legal	N	%
Estatuto de refugiado	49	98
Proteção subsidiária	1	2
Asilo	0	0
Outro	0	0
Total	50	100

Nota. Percentagens calculadas com base em N = 50.

- Tabela 7 – Documentos e números essenciais obtidos

Documento / Número	n	%
Número de Identificação Fiscal (NIF)	50	100
Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	49	98
Autorização de residência temporária	47	94
Autorização de residência permanente	3	6
Certificados de escolaridade	27	54

Nota. Percentagens calculadas com base em N = 50. Resposta de escolha múltipla.

- Tabela 8 – Grau de dificuldade na obtenção da documentação

Grau de dificuldade	n	%
1 – Muito fácil	9	18
2 – Fácil	15	30

Grau de dificuldade	n	%
3 – Nem fácil nem difícil	17	34
4 – Difícil	9	18
5 – Muito difícil	0	0
Total	50	100

Nota. Percentagens calculadas com base em N = 50.

- Tabela 9 – Grau de satisfação com o processo de documentação

Grau de satisfação	n	%
1 – Muito insatisfeito	0	0
2 – Insatisfeito	3	6
3 – Nem satisfeito nem insatisfeito	21	42
4 – Satisfeito	19	38
5 – Muito satisfeito	7	14
Total	50	100

Nota. Percentagens calculadas com base em N = 50.

ANEXO III – INTEGRAÇÃO NA HABITAÇÃO

Este anexo reúne as tabelas relativas à situação habitacional dos refugiados, custos associados, tempo de obtenção de habitação, bem como a avaliação da dificuldade e satisfação com o acesso à habitação.

- Tabela 10 – Situação habitacional

Situação habitacional	n	%
Habitação própria	0	0
Arrendamento	26	52
Habitação social	10	20
Alojamento temporário	1	2
Habitação partilhada	13	26
Total	50	100

- Tabela 11 – Custo mensal da habitação

Custo mensal da habitação (€)	n	%
0 €	16	32
200 €	9	18
400 €	7	14
600 €	2	4
800 €	3	6
1000 €	9	18
1200 €	4	8
1400 €	0	0
Total	50	100

- Tabela 12 – Tempo de obtenção de habitação

Tempo de obtenção de habitação	n	%
0 meses (imediato)	29	58
2 meses	4	8
4 meses	7	14
6 meses	5	10
8 meses	3	6
10 meses	0	0
12 meses	2	4
Total	50	100

- Tabela 13 – Grau de dificuldade na obtenção de habitação

Grau de dificuldade	n	%
1 – Nenhuma dificuldade	23	46
2 – Pouca dificuldade	5	10
3 – Dificuldade moderada	10	20
4 – Bastante dificuldade	12	24
5 – Muita dificuldade	0	0
Total	50	100

- Tabela 14 – Grau de satisfação com o acesso à habitação

Grau de satisfação	n	%
1 – Muito insatisfeito	0	0
2 – Insatisfeito	9	18
3 – Nem satisfeito nem insatisfeito	10	20
4 – Satisfeito	17	34
5 – Muito satisfeito	14	28
Total	50	100

ANEXO IV – INTEGRAÇÃO NO EMPREGO

Este Anexo apresenta as tabelas referentes à situação laboral dos inquiridos, tipo de vínculo profissional, profissões exercidas em Portugal, profissões exercidas no país de origem, adequação entre qualificações e profissão, bem como a avaliação da dificuldade e satisfação com a integração laboral.

- Tabela 15 – Situação profissional atual

Situação profissional	n	%
Empregado/a	32	64
Desempregado/a	10	20
Formação profissional	0	0
Estudante	6	12
Reformado/a	2	4
Total	50	100

- Tabela 16 – Tempo de acesso ao emprego

Tempo de acesso ao emprego	n	%
< 3 meses	28	56
3–6 meses	1	2
> 6 meses	5	10
Não encontrou emprego	16	32
Total	50	100

- Tabela 17 – Distribuição da amostra segundo o rendimento mensal

Rendimento mensal	n	%
< 855 €	25	50
855 € – 1 200 €	14	28

Rendimento mensal	n	%
> 1 200 €	11	22
Total	50	100

- Tabela 18 – Profissões exercidas no país de origem

Categoria profissional	n	%
Profissões altamente qualificadas	11	22
Indústria, construção e logística	8	16
Comércio e serviços	6	12
Técnicos e administrativos	5	10
Serviços pessoais e domésticos	2	4
Estudante / Reformado(a)	3	6
Desempregado / Sem profissão	12	24
Outros	3	6
Total	50	100

- Tabela 19 – Profissão atualmente exercida em Portugal

Categoria profissional	n	%
Profissões altamente qualificadas	7	14
Técnicos e administrativos	8	16
Comércio e serviços	6	12
Indústria, construção e logística	2	4
Serviços pessoais e domésticos	7	14
Estudante / Reformado(a)	8	16

Categoria profissional	n	%
Desempregado / Sem profissão	11	22
Outros	1	2
Total	50	100

- Tabela 20- Adequação entre qualificações e profissão exercida

Situação profissional	n	%
Manteve profissão (mesma categoria)	14	28
Mobilidade horizontal	8	16
Mobilidade descendente (desqualificação)	17	34
Desempregado / Sem inserção	11	22
Total	50	100

- Tabela 21 – Grau de dificuldade no acesso ao emprego

Grau de dificuldade	n	%
1 – Nenhuma dificuldade	17	34
2 – Pouca dificuldade	7	14
3 – Dificuldade moderada	5	10
4 – Bastante dificuldade	11	22
5 – Muita dificuldade	3	6
Total	43	100

- Tabela 22 – Grau de satisfação com o acesso ao emprego

Grau de satisfação	n	%
1 – Muito insatisfeito	0	0
2 – Insatisfeito	9	21
3 – Nem satisfeito nem insatisfeito	12	28
4 – Satisfeito	13	30
5 – Muito satisfeito	9	21
Total	43	100

Nota. Responderam apenas os inquiridos que acederam ao mercado de trabalho.

ANEXO V – INTEGRAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Este Anexo contém as tabelas relativas à frequência de estabelecimentos de ensino, nível de ensino frequentado, tempo de integração no sistema educativo, bem como a avaliação da dificuldade e satisfação com o acesso à educação.

- Tabela 23 – Frequência de estabelecimentos de ensino em Portugal

Frequência de ensino	n	%
Sim	8	16
Não	42	84
Total	50	100

- Tabela 24 – Nível de ensino frequentado

Tipo de ensino	n	%
Ensino básico	1	12,5
Ensino secundário	0	0
Ensino superior	7	87,5
Formação profissional	0	0
Total	8	100

- Tabela 25 – Tipo de instituição de ensino frequentada

Instituição de ensino	n	%
Pública	8	100
Privada	0	0
Total	8	100

- Tabela 26 – Tempo de espera até colocação em estabelecimento de ensino

Tempo de espera	n	%
Até 3 meses	8	100
3 a 6 meses	0	0
Mais de 6 meses	0	0
Total	8	100

- Tabela 27- Avaliação do Grau de dificuldade no acesso à educação

Grau de dificuldade	n	%
Nenhuma dificuldade	7	87,5
Dificuldade moderada	1	12,5
Total	8	100

- Tabela 28 – Avaliação do Grau de satisfação com a experiência educativa

Grau de satisfação	n	%
Nem satisfeito nem insatisfeito	1	12,5
Satisfeito	1	12,5
Muito satisfeito	6	75
Total	8	100

ANEXO VI – INTEGRAÇÃO LINGUÍSTICA

Este Anexo apresenta as tabelas relativas ao nível de proficiência em língua portuguesa, frequência de cursos de língua, dificuldades percebidas na aprendizagem e avaliação do apoio recebido.

- Tabela 29 – Distribuição da amostra segundo a língua materna

Língua materna	n	%
Ucraniano	48	96
Russo	2	4
Total	50	100

- Tabela 30– Outras línguas faladas pelos inquiridos (N = 50; resposta múltipla)

Outras línguas	n	%
Inglês	8	16
Russo	4	8
Inglês e Russo	2	4
Inglês e Alemão	1	2
Ucraniano	1	2

- Tabela 31- Autoavaliação do nível de aprendizagem da língua portuguesa

Nível	n	%
Muito baixo	7	14
Baixo	13	26
Médio	11	22
Bom	7	14
Muito bom	12	24
Total	50	100

- Tabela 32– Frequência de cursos de língua portuguesa

Frequência	n	%
Com certificação	32	64
Sem certificação	5	10
Não frequentou	13	26
Total	50	100

- Tabela 33 – Avaliação do grau de dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa

Grau de dificuldade	n	%
Dificuldade moderada	14	28
Bastante dificuldade	23	46
Muita dificuldade	13	26
Total	50	100

- Tabela 34– Grau de satisfação com a aprendizagem da língua portuguesa

Grau de satisfação	n	%
Muito insatisfeito	3	6
Insatisfeito	17	34
Nem satisfeito nem insatisfeito	15	30
Satisfeito	8	16
Muito satisfeito	7	14
Total	50	100

ANEXO VII – INTEGRAÇÃO NA SAÚDE

Este anexo integra as tabelas relativas à inscrição no Sistema Nacional de Saúde, atribuição de médico de família, utilização de cuidados de saúde, existência de doença crónica, bem como a avaliação da dificuldade e satisfação com os cuidados de saúde.

- Tabela 35– Integração no Sistema Nacional de Saúde

Integração no SNS	n	%
Sim	49	98
Não	1	2
Total	50	100

- Tabela 36– Médico de família atribuído

Médico de família	n	%
Sim	4	8
Não	46	92
Total	50	100

- Tabela 37- Utilização do SNS (cuidados não urgentes)

Nº de utilizações	n	%
0	25	50
1	11	22
2	9	18
3	1	2
4	3	6
5	0	0
6	1	2
Total	50	100

- Tabela 38– Utilização do SNS (urgência)

Nº de utilizações	n	%
0	22	44
1	13	26
2	8	16
3	3	6
4	3	6
5	1	2
Total	50	100

- Tabela 39 – Existência de doença crónica

Doença crónica	n	%
Sim	8	16
Não	42	84
Total	50	100

- Tabela 40– Grau de dificuldade no acesso aos cuidados de saúde

Grau de dificuldade	n	%
1 – Nenhuma dificuldade	13	26
2 – Pouca dificuldade	20	40
3 – Dificuldade moderada	12	24
4 – Bastante dificuldade	5	10
5 – Muita dificuldade	0	0
Total	50	100

- Tabela 41 – Grau de satisfação com os cuidados de saúde

Grau de satisfação	n	%
1 – Muito insatisfeito	1	2
2 – Insatisfeito	2	4
3 – Nem satisfeito nem insatisfeito	20	40
4 – Satisfeito	23	46
5 – Muito satisfeito	4	8
Total	50	100

ANEXO VIII – PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ATIVIDADES RECREATIVAS

Este anexo reúne as tabelas relativas à participação em atividades recreativas e associativas, frequência da participação, bem como a avaliação da dificuldade e satisfação com o acesso a este tipo de atividades.

- Tabela 42– Participação em atividades recreativas e de participação social

Tipo de atividade	n	%
Desportivas	7	14
Culturais	10	20
Associativas	17	34
Recreativas	1	2
Nenhuma	26	52
Total	50	100

- Tabela 43 – Frequência da participação em atividades

Frequência	N	%
Regular	14	28
Ocasional	10	20
Nunca	22	44
Total	50	100

- Tabela 44 – Grau de dificuldade no acesso às atividades recreativas

Grau de dificuldade	n	%
1 – Nenhuma dificuldade	10	20
2 – Pouca dificuldade	20	40
3 – Dificuldade moderada	5	10

Grau de dificuldade	n	%
4 – Bastante dificuldade	14	28
5 – Muita dificuldade	1	2
Total	50	100

- Tabela 45 – Grau de satisfação com o acesso às atividades recreativas

Grau de satisfação	n	%
1 – Muito insatisfeito	2	4
2 – Insatisfeito	16	32
3 – Nem satisfeito nem insatisfeito	12	24
4 – Satisfeito	16	32
5 – Muito satisfeito	4	8
Total	50	100

ANEXO IX– AVALIAÇÃO DA INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL

Este Anexo apresenta as tabelas relativas à avaliação global e subjetiva da integração, incluindo percepção da integração, expectativas iniciais, grau de cumprimento das expectativas, apoio institucional recebido, principais dificuldades e níveis globais de dificuldade e satisfação.

- Tabela 46– Percepção da integração em Portugal

Percepção da integração	n	%
Muito negativa	0	0
Negativa	6	12
Neutra	12	24
Positiva	17	34
Muito positiva	15	30
Total	50	100

- Tabela 47 – Expectativas na chegada a Portugal

Expectativas	n	%
Viver em segurança	48	96
Ter acesso a uma habitação adequada	37	74
Conseguir emprego rapidamente	31	62
Integrar-se na comunidade local	22	44
Aprender português e comunicar facilmente	11	22
Continuar os estudos / obter formação	7	14
Ter acesso a cuidados de saúde	3	6
Reunificação familiar	1	2

- Tabela 48 – Cumprimento das expectativas de integração

Cumprimento das expectativas	n	%
Nada correspondidas	0	0
Pouco correspondidas	6	12
Parcialmente correspondidas	10	20
Correspondidas	18	36
Totalmente correspondidas	16	32
Total	50	100

- Tabela 49 – Apoio institucional recebido

Tipo de apoio institucional	n	%
Apoio na obtenção de documentação	44	88
Alojamento temporário	38	76
Apoio alimentar	34	68
Cursos de língua portuguesa	33	66
Acompanhamento social	32	64
Apoio no acesso ao emprego	28	56
Apoio financeiro	27	54
Apoio à colocação no ensino	27	54
Apoio no acesso à saúde	13	26

- Tabela 50 – Grau de dificuldade no acesso ao apoio institucional

Grau de dificuldade	n	%
Nenhuma dificuldade	14	28
Pouca dificuldade	21	42
Dificuldade moderada	9	18
Bastante dificuldade	6	12
Muita dificuldade	0	0
Total	50	100

- Tabela 51– Grau de satisfação com o apoio institucional

Grau de satisfação	n	%
Muito insatisfeito	1	2
Insatisfeito	4	8
Nem satisfeito nem insatisfeito	13	26
Satisfeito	25	50
Muito satisfeito	7	14
Total	50	100

- Tabela 52– Principais dificuldades no processo de integração

Dificuldades	n	%
Aprendizagem da língua portuguesa	43	86
Habitação	23	46
Relações sociais / isolamento	22	44
Emprego	21	42

Dificuldades	n	%
Questões burocráticas	18	36
Saúde	14	28
Educação	2	4

- Tabela 53 – Avaliação global da integração

Avaliação global	n	%
Muito insatisfeito	0	0
Insatisfeito	2	4
Nem satisfeito nem insatisfeito	14	28
Satisfeito	15	30
Muito satisfeito	19	38
Total	50	100

- Tabela 54 – Grau de dificuldade no processo de integração

Grau de dificuldade	n	%
Dificuldade moderada	15	30
Bastante dificuldade	33	66
Muita dificuldade	2	4
Total	50	100

- Tabela 55 – Grau de satisfação com o processo de integração

Grau de satisfação	n	%
Insatisfeito	5	10
Nem satisfeito nem insatisfeito	17	34
Satisfeito	15	30
Muito satisfeito	13	26
Total	50	100

ANEXO X – INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O presente Inquérito tem como objetivo recolher informações para a realização de uma investigação da Integração de Refugiados em Portugal, no âmbito do Mestrado em Estudos sobre Europa da Universidade Aberta.

Os dados fornecidos nos inquéritos são absolutamente confidenciais e anónimos e as informações serão exclusivamente utilizadas para fins de investigação científica, não sendo partilhadas com terceiros, nem a sua identidade revelada.

1.CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

1.SEXO:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro / Prefere não responder

2. IDADE: ____ anos

3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

- ☐ Sem escolaridade
- ☐ 1.º ciclo (até 4.º ano)
- ☐ 2.º ciclo (5.º e 6.º ano)
- ☐ 3.º ciclo (7.º ao 9.º ano)
- ☐ Secundário
- ☐ Ensino superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento)

4. NÚMERO DE PESSOAS DO AGREGADO FAMILIAR: ____

5. TEMPO DE PERMANÊNCIA EM PORTUGAL:

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ Entre 6 meses e 1 ano
- ☐ Entre 1 e 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

2.DOCUMENTAÇÃO

1.QUAL O SEU ESTATUTO EM PORTUGAL?

- ☐ Refugiado Reconhecido
- ☐ Proteção Subsidiária
- ☐ Pedido de asilo em Avaliação
- ☐ Outro: _____

2.POSSUI ALGUNS DOS SEGUINTE DOCUMENTOS? (ASSINALE OS QUE SE APLICAM)

- ☐ NIF
- ☐ NISS
- ☐ Título de residência
 - A) Temporário
 - B) Permanente
- ☐ Certificados escolares locais ou dos países de origem

3.COMO AVALIA A SUA EXPERIÊNCIA NA OBTENÇÃO DESTES DOCUMENTOS?

- Grau de dificuldade: 1 (nenhuma) – 5 (muita dificuldade) ____
- Grau de satisfação: 1 (muito insatisfeito) – 5 (muito satisfeito) ____

3. ACESSO À HABITAÇÃO

3.1. Atualmente reside em:

- ☐ Habitação própria
- ☐ Arrendamento
- ☐ Habitação social
- ☐ Alojamento temporário
- ☐ Partilha de casa com outras famílias/pessoas

3.2. Valor mensal da habitação: ____ €

3.3. Quanto tempo demorou a ter habitação? ____

3.4. Avaliação do acesso à habitação:

- Grau de dificuldade: 1-5 ____
- Grau de satisfação: 1-5 ____

4.ACESSO À SAÚDE

4.1. Tem número de utente do SNS?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.2. Tem médico de família atribuído?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.3. Nos últimos 12 meses, quantas vezes recorreu a:

- Consultas não urgentes: ____
- Serviços de urgência: ____

4.4. Tem necessidade de medicação para doença crónica?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.5. Avaliação do acesso à saúde:

- Grau de dificuldade: 1-5 ____
- Grau de satisfação: 1-5 ____

5.ACESSO AO EMPREGO

5.1. PROFISSÃO EXERCIDA NO PAÍS DE ORIGEM: _____

5.2. SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL EM PORTUGAL:

- ☐ Empregado
- ☐ Desempregado
- ☐ Formação profissional
- ☐ Outra: _____

5.3. PROFISSÃO ATUAL (se aplicável): _____

5.4. TEMPO QUE DEMOROU A ENCONTRAR O PRIMEIRO EMPREGO EM PORTUGAL:

- ☐ Menos de 3 meses
- ☐ 3 a 6 meses
- ☐ Mais de 6 meses
- ☐ Ainda não encontrei

5.5. RENDIMENTO MENSAL ATUAL:

- ☐ Menos de 855€
- ☐ 855€–1200€
- ☐ Mais de 1200€

5.6. AVALIAÇÃO DO ACESSO AO EMPREGO:

- Grau de dificuldade: 1–5 __
- Grau de satisfação: 1–5 __

6. ACESSO À EDUCAÇÃO

6.1. IDADE ESCOLAR (SE APLICÁVEL): ____ anos

6.2. FREQUENTA ATUALMENTE ALGUM ESTABELECIMENTO DE ENSINO EM PORTUGAL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6.3. TIPO DE ENSINO:

- ☐ Básico
- ☐ Secundário
- ☐ Ensino superior
- ☐ Formação profissional

6.4. INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- ☐ Pública
- ☐ Privada

6.5. TEMPO DE ESPERA ATÉ SER COLOCADO NA INSTITUIÇÃO QUE FREQUENTA OU FREQUENTOU:

- ☐ Menos de 3 meses
- ☐ 3-6 meses
- ☐ Mais de 6 meses

6.6. AVALIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO:

- Grau de dificuldade: 1-5 ____
- Grau de satisfação: 1-5 ____

6.7. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

1. Língua materna: _____
2. Conhecimento de outras línguas _____
3. Nível atual da língua portuguesa (autopercepção):

- ☐ Muito baixo
- ☐ Baixo
- ☐ Médio
- ☐ Bom
- ☐ Muito bom

6.8. FREQUENTA/FREQUENTOU CURSOS DE PORTUGUÊS?

- ☐ Sim, com certificação
- ☐ Sim, sem certificação
- ☐ Não

6.9. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA:

- Grau de dificuldade: 1–5
- Grau de satisfação: 1–5

7. ATIVIDADES RECREATIVAS E DE PARTICIPAÇÃO

7.1. PARTICIPA EM ATIVIDADES:

- ☐ Desportivas
- ☐ Culturais
- ☐ Associativas
- ☐ Recreativas
- ☐ Nenhuma

7.2. FREQUÊNCIA DAS ATIVIDADES:

- ☐ Regular (semanal/mensal)
- ☐ Ocasional
- ☐ Nunca

7.3. AVALIAÇÃO DO ACESSO ÀS ATIVIDADES RECREATIVAS:

- Grau de dificuldade: 1–5
- Grau de satisfação: 1–5

8. INTEGRAÇÃO EM PORTUGAL

8.1. PERCEÇÃO DA INTEGRAÇÃO ATUAL

De um modo geral, como avalia a sua integração em Portugal até ao presente?

- ☐ Muito negativa
- ☐ Negativa
- ☐ Neutra
- ☐ Positiva
- ☐ Muito positiva

8.2. EXPECTATIVAS AO CHEGAR A PORTUGAL

Quais eram as suas principais expectativas? (pode assinalar várias opções)

- ☐ Conseguir emprego rapidamente
- ☐ Continuar os estudos / obter formação
- ☐ Ter acesso a uma habitação adequada
- ☐ Ter acesso a cuidados de saúde
- ☐ Viver em segurança
- ☐ Aprender português e comunicar facilmente
- ☐ Integrar-se na comunidade local
- ☐ Reunificação familiar
- ☐ Outra: _____

Até agora, em que medida foram correspondidas estas expectativas?

- ☐ Nada correspondidas
- ☐ Pouco correspondidas
- ☐ Parcialmente correspondidas
- ☐ Correspondidas
- ☐ Totalmente correspondidas

8.3. APOIO NO ACOLHIMENTO

8.3.1 Tipos de apoio recebidos (pode assinalar vários)

- ☐ Alojamento temporário
- ☐ Apoio financeiro (subsídios, ajudas sociais)
- ☐ Apoio alimentar (refeições, cabazes, etc.)
- ☐ Apoio na obtenção documentação (NIF, NISS, residência, etc.)
- ☐ Acompanhamento social / apoio de técnicos
- ☐ Cursos de língua portuguesa

- ☐ Apoio à colocação em instituição de ensino (para si ou para os filhos)
- ☐ Apoio no acesso a cuidados de saúde
- ☐ Apoio na procura de emprego
- ☐ Outro: _____

8.3.2 Grau de dificuldade e satisfação com o apoio recebido

- Dificuldade no acesso: 1 (nenhuma) – 5 (muita dificuldade)
- Satisfação com o apoio: 1 (muito insatisfeito) – 5 (muito satisfeito)

8.3.3 Instituições envolvidas no acolhimento

Que entidades mais contribuíram para o seu acolhimento?

- ☐ Alto Comissariado para as Migrações (ACM)
- ☐ Segurança Social
- ☐ Autarquia local (Câmara Municipal, Junta de Freguesia)
- ☐ ONG/ Associações (quais? _____)
- ☐ Comunidade religiosa
- ☐ Amigos / família / rede pessoal
- ☐ Outra: _____

9. DIFICULDADES PRINCIPAIS

Quais têm sido as maiores dificuldades no processo de integração em Portugal? (pode escolher até 3 opções)

- ☐ Habitação
- ☐ Emprego
- ☐ Saúde
- ☐ Educação
- ☐ Aprendizagem da língua portuguesa
- ☐ Relações sociais / isolamento

☐ Questões burocráticas (documentos, autorizações, etc.)

☐ Outra: _____

10. AVALIAÇÃO GLOBAL DA INTEGRAÇÃO

Numa escala de 1 a 5, como avalia a sua experiência de integração em Portugal até agora?

☐ 1 – Muito insatisfeito

☐ 2 – Insatisfeito

☐ 3- Nem satisfeito nem insatisfeito

☐ 4 – Satisfeito

☐ 5 – Muito satisfeito

11. PERMANÊNCIA FUTURA

Pensa permanecer em Portugal no futuro?

☐ Sim, quero viver em Portugal a longo prazo

☐ Não, pretendo sair para outro país

☐ Pretendo regressar ao meu país de origem

☐ Não sei ainda

12. IMPORTÂNCIA DE FATORES DE INTEGRAÇÃO

Classifique a importância dos seguintes fatores para uma boa integração em Portugal (1 = nada importante; 5 = muito importante):

- Habitação __
- Emprego __
- Educação __
- Saúde __
- Aprendizagem da língua portuguesa __
- Atividades culturais/recreativas __

- Apoio institucional (ONG, Estado, autarquias) __
- Relações sociais / comunidade local __

13. GRAU DE DIFICULDADE E SATISFAÇÃO GLOBAL

No geral, como avalia o processo de integração em Portugal?

- Grau de dificuldade: 1 (nenhuma dificuldade) – 5 (muita dificuldade) __
- Grau de satisfação: 1 (muito insatisfeito) – 5 (muito satisfeito) __

Agradecemos a disponibilidade do seu tempo!